PAULA RODRIGUES DE ANDRADE

O patrimônio da cidade

arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da
década de 1970

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins

São Paulo

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-MAIL: arq.paulandrade@gmail.com

A553p Andrade, Paula Rodrigues de
O patrimônio da cidade : arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970 /Paula Rodrigues de Andrade. – São Paulo, 2012.
XXX p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP.

Orientador: Paulo César Garcez Marins

1. Patrimônio arquitetônico (Preservação) – São Paulo (SP)
2. Inventários 3. Planejamento territorial urbano 4. Meio ambiente urbano – São Paulo (SP) I.Título

CDU 72.025.3 (816.11)

à minha mãe

AGRADECIMENTOS

Primeiramente devo agradecer a todos os entrevistados pela atenção, disponibilidade e paciência com que me receberam, e acima de tudo por terem acessado e aberto as memórias de um tempo distante, nem sempre de alegrias e vitórias. Em especial agradeço a Hugues de Varine, Benedito Lima de Toledo, Júlio Moreno e Carla Milano, que me disponibilizaram documentos preciosos de seus acervos pessoais.

Àqueles que me ajudaram nos arquivos, em especial ao Paulo César Fernandes Gaioto que não só me auxiliou na busca, como me deixou sempre a vontade para trabalhar em sua sala na Sempla. Da mesma maneira agradeço ao Eduardo Miranda Siufi, quem me recebeu na 9a Superintendência do Iphan, por sua atenção e auxílios fundamentais.

Agradeço especialmente ao Paulo Garcez, por tudo que fez por mim durante essa trajetória, como profissional e como amigo. Tive o privilégio de ter como orientador aquele com quem mais tenho afinidades conceituais, o que tornou nossa convivência sempre muito produtiva, positiva e estimulante. Tive a sorte de ter ao meu lado alguém que acreditou no meu trabalho, que dominava o universo da minha pesquisa, que me ensinou muito, e acima de tudo, se mostrou um grande amigo, me ajudou a suportar e administrar a vida acadêmica e a pessoal em um dos momentos mais difíceis da minha vida, essencialmente foi quem me mostrou o caminho e me deu toda a força que eu precisei para concluir este trabalho.

RESUMO

ANDRADE, Paula de. **O patrimônio da cidade: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970**. (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Esta dissertação tem por objetivo a investigação dos trabalhos de inventário do patrimônio da cidade de São Paulo, realizados entre os anos de 1974 e 1978, que tinham o escopo de identificar imóveis a serem preservados na Área Central e na Zona Leste da cidade. No enfrentamento desses estudos, procurou-se compreendê-los como parte integrante das novas abordagens no campo da preservação do patrimônio em gestação na capital paulista, no que diz respeito tanto aos conceitos quanto às metodologias neles adotados. Os inventários, e também as ações efetivas para a preservação de imóveis selecionados, são compreendidos como parte de uma nova sensibilidade em relação ao patrimônio da cidade, então em rápido processo de transformação em decorrência das demolições advindas da verticalização ou da implantação de grandes obras viárias ou de infra-estrutura, como o metrô. Procura-se estabelecer os nexos entre esses estudos e as práticas de planejamento urbano e de regulamentação do uso do solo realizados no período. Foram investigados os critérios e conceitos defendidos pelos agentes dos inventários focalizados, procurando-se detectar as referências e os diálogos mantidos com experiências nacionais e internacionais, diálogos intelectuais considerados decisivos na formação dos novos critérios, discursos e métodos empreendidos, especialmente aqueles que contribuíram à construção e afirmação do conceito de “patrimônio ambiental urbano”, utilizado pelos agentes preservacionistas a partir desse período.

PALAVRAS-CHAVE: Inventários; patrimônio arquitetônico – preservação – São Paulo; bens culturais; planejamento territorial urbano - renovação urbana; práticas preservacionistas; formação profissional

ABSTRACT

This work has as its goal to analyse the inventory works of the heritage of the city of São Paulo, performed between 1974 and 1978, which had as objective to identify real estates to be preserved in the Downtown and East areas of the city. While reviewing these works, it was persued to comprehend them as a fundamental part of the new approaches in the field of heritage preservation in development in the São Paulo state capital, concearning either the concepts and the methodologies adopted in them. The inventories, as well as the effective actions for the preservation of the selected properties, are taken as part of a new sensitivity towards the city patrimony, so far in a quick transformation process due to demolishings caused by verticalization or by the implantation of great road constructions or of infrastructure, like subway stations. The focus is to establish the logical aspects between these studies and the practices of urban planning and the regulation of the use of the ground performed in this period. The criteria and concepts defended by the focused inventory agents were studied, trying to detect the references and dialogues kept with national and international experiences, intellectual dialogues considered decisive in the formation of new criteria, speeches and undertaken methods, specially those that contributed to the construction and stating of the concept of “urban environmental heritage”, used by preservational agents from this period on.

KEY WORDS: Inventories; architectural heritage; preservation; São Paulo; cultural goods; urban territorial planning; urban renovation; preservational practices; professional shaping.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
<u>CAPÍTULO 1 - Despertando para novas sensibilidades patrimoniais</u>	14
1.1 História da Arquitetura e do Urbanismo na FAUUSP: uma nova abordagem da “tradição do patrimônio”	15
1.2 O CONDEPHAAT como laboratório e arena de ideias	33
1.3 A especialização para preservação: um caminho paralelo	39
<u>CAPÍTULO 2 – Área central e Zona Oeste: a percepção dos bens culturais <i>by feeling</i> como ponto de partida</u>	62
2.1 Preservação e planejamento	63
2.1.1 COGEP (1973-1975): do bairro à casa, passando pelas ruas	66
2.1.1.1 A Bela Vista e a Luz	67
2.1.1.2 Ruas de pedestres	70
2.1.1.3 Vila Itororó	72
2.2 <u>“Toledo e Lemos” - bens culturais da área central</u>	73
2.2.1 A lista da Z8-200 (1975)	73
2.2.1.1 <i>By feeling</i>	80
2.2.1.2 Conceitos	82
2.2.1.3 Critérios	85
2.2.1.4 Da Lista à Lei	87
2.2.2 O inventário decorrente da Lista (1977)	93
2.2.2.1 Adaptando metodologias	94
2.2.2.2 Novos critérios e instrumentos:	97
2.3 A lista da Zona Metrô Oeste: o <i>by feeling</i> sem desdobramentos	99
<u>CAPÍTULO 3 - Inventários do patrimônio ambiental urbano da Zona Leste</u>	103
3.1 Projeto Leste	105
3.2 <u>CURA BRÁS – BRESSER (CBB) – vilas e galpões significativos</u>	109
3.2.1 Uma “nova corrente”	111
3.2.2 Análise Urbana - o diagnóstico geral	113

3.2.3 Vilas e conjuntos habitacionais	119
3.2.4 Galpões industriais significativos	123
3.3 <u>O Inventário do “patrimônio ambiental urbano” da ZML</u>	126
3.3.1 COGEP+DPH	126
3.3.2 Principais Influências	132
3.3.3 Critérios	135
3.3.4 Propostas	137
3.3.5 Divulgação e repercussão	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	153
ANEXOS	166

capítulo 1

ANEXO A - Curso de 74 - Lista dos alunos regularmente matriculados

ANEXO B - Curso de 74 – programa

ANEXO C - Curso de 74 - lista por docentes

ANEXO D – Varine-Bohan - “Schéma du cours”

ANEXO E – Varine-Bohan - grupo de trabalho europeu

capítulo 2

ANEXO F - Imóveis Z8-200 – mar 1975

ANEXO G - tabela de manchas

ANEXO H – mapa Z8-200 manchas

ANEXO I - Reportagem de 1975

ANEXO J - Organização das Pastas

ANEXO K - ficha modelo

ANEXO L - Amostra das Fichas

ANEXO M - Imóveis eliminados da Lista

ANEXO N - Reportagem de 1986

ANEXO O - Lista Zona Metrô Oeste

capítulo 3

ANEXO P – CBB - mapa – Análise Urbana

ANEXO Q - CBB - mapa – Vilas e Conj. Habitacionais Significativos

- ANEXO R - CBB - Lista Vilas Significativas
- ANEXO S - CBB - Mapas de localização dos galpões
- ANEXO T - CBB - Exemplos de mapa por setor
- ANEXO U - CBB - Exemplos de ficha
- ANEXO V - ZML - descrição fichas
- ANEXO W - ZML - amostra de fichas - jan e nov 78
- ANEXO X - ZML - Projeto de Lei (lista Z8-200)
- ANEXO Y - ZML - Mapa Proposta novembro 78

INTRODUÇÃO

A investigação e a análise que desenvolvemos nesta dissertação tem a intenção principal de identificar as referências possíveis que contribuíram à concepção do que chamamos de “novas sensibilidades”, linhas de pensamento que levaram a escolhas até então pouco comuns no campo da conceituação e da preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil. Tais posturas, conceituais e metodológicas que consideramos radicalmente inovadoras, foram assumidas nos trabalhos de inventário desenvolvidos entre 1975 e 1978 no município de São Paulo, que tinham como desafio a identificação do patrimônio da cidade e a proposição de meios para sua preservação.

Para procedermos à análise desses trabalhos, partiremos da tentativa de compreensão do meio intelectual em que os autores se situavam, procurando detectar na formação acadêmica dos profissionais as transformações de abordagem no campo da “história da arquitetura e do urbanismo” que ecoaram no processo de concepção de patrimônio sob novos parâmetros. Para identificar esse processo, partiremos tanto da leitura das referências bibliográficas consagradas pelos agentes envolvidos, quanto por meio de sua produção publicada, da documentação textual encontrada, bem como interpretando seus discursos colhidos no presente, mediante entrevistas realizadas para que pudéssemos compreender um campo, profissional e intelectual, que se configurava na cidade.

Buscamos com esta investigação, identificar no âmbito desses agentes, quais as possíveis fontes, personagens e elementos que possam ter contribuído na formação de suas concepções de patrimônio naquele período. Para tanto, procurando nos distanciar das generalidades já detectadas na historiografia da preservação do Brasil, excessivamente dedicadas à experiência da esfera federal e nos debates em torno dos tombamentos¹. Assim, procuramos documentar as referências em que passaram as ações dos profissionais que focalizamos, especialmente no que tange

1 São referências fundamentais nessa abordagem consolidada da esfera federal: MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 44-47, 1987; RUBINO, Silvana. *As fachadas da História: as origens, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1936-1967*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992; FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, IPHAN, 2005; MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado, 1920-1945*. Rio de Janeiro: Lucerna; Faperj, 2002. No âmbito das ações no estado de São Paulo, especialmente na esfera estadual: RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado – a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987*. São Paulo: Ed. Unesp; Imesp; Condephaat; Fapesp, 2000 [1994]; MARINS, Paulo César Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETUBAL, Maria Alice. (Org.). *Terra paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: Imesp; Cenpec, 2008, v. , p. 237-267; PRATA, Juliana Mendes. *Patrimônio cultural e cidade práticas de preservação em São Paulo*. Tese (Doutorado, FAUSP, São Paulo, 2009.

ao processo de construção do conceito de “patrimônio ambiental urbano”, da cidade entendida como “fato social”, um “bem cultural”, um “artefato”, tendo por base o entendimento do meio ambiente urbano como um bem socialmente produzido e portanto histórico e cultural, como explica Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses:

“As representações, para deixarem de ser mero fato mental ou psíquico e integrarem a vida social, precisam passar pelo mundo sensorial, do universo físico: o patrimônio ambiental urbano tem matrizes na dimensão física da cidade, pois é por meio de elementos empíricos do ambiente urbano que os significados são instituídos, criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e se descartam. Afinal, a corporalidade é base de nossa condição humana. Além disso, não sendo os significados derivados de nossa constituição genética, nem tendo natureza estável, mas sendo produto de escolha e, portanto, historicamente instituídos, mutáveis e diversificáveis, não são nas coisas selecionadas elas próprias que devemos buscar critérios conclusivos para identificar o que compõe esse sistema de referências e guias. São nas forças que geram os interesses e nos conflitos que podem opô-los uns aos outros e nos jogos variados de proposição, imposição ou negociação que encontraremos as chaves pelas quais certos atributos geométricos e físico-químicos (os únicos imanentes) das coisas permitem sua mobilização a serviço do sentido. Sem as práticas sociais, não há significados sociais. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais. É, portanto, apenas dentro do campo de forças e dos padrões segundo os quais elas agem (e valendo-se de suportes materiais de sentidos e valores), que se pode compreender a gênese e a prática do patrimônio”²

Partindo desse entendimento, procuramos abordar os inventários com o olhar direcionado aos valores e métodos empreendidos que vieram de encontro a dessa postura, que se refletiu no discurso e na atuação desses agentes preservacionistas, cujas práticas se tornaram referência no campo da preservação em São Paulo³. No entanto, os trabalhos que analisamos aqui, em sua maioria não foram publicados, ou não tiveram seus “objetivos” totalmente alcançados, ficando sobretudo na memória daqueles que efetivamente se envolveram nesses inventários. Compreendemos, assim, que a importância da investigação desses trabalhos reside principalmente no acesso que podemos ter ao conhecimento dos processos de construção de valores

2 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano*. In: ANDRADE, Antônio L. D. et al. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9a SR/IPHAN, 2006. p.33-53

3 No que sigo a iniciativa pioneira de Marly Rodrigues ao examinar a configuração das ações de preservação na esfera estadual paulista e a importância da renovação conceitual do chamado “patrimônio ambiental urbano”. A esse respeito, ver: RODRIGUES, 2000 [1994].

e práticas que formaram teórica e metodologicamente os técnicos envolvidos com a questão da preservação do patrimônio e que caracterizaram um modo de ver e agir sobre a preservação dos bens culturais.

O primeiro capítulo aborda o universo da formação e atuação desses profissionais, ao menos com um retrocesso à década anterior à realização dos inventários realizados na década de 1970, de modo a permitir o exame da inserção universitária dos arquitetos que participaram desses trabalhos, uns como docentes, outros como alunos, tanto na graduação quanto na especialização. Identificamos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, o lugar comum à maioria dos participantes dos estudos e trabalhos relacionados com a preservação do patrimônio na cidade de então. O exame da experiência das ações estaduais por meio do CONDEPHAAT permitiu compreender também essa instituição como formadora de novas posturas intelectuais e metodológicas, que acabaram por impactar a experiência municipal de São Paulo.

No intuito de nos aprofundarmos nas questões conceituais e metodológicas do campo da preservação do patrimônio, detectamos a carência de estudos voltados à investigação da formação dos conceitos e métodos que vieram a ser adotados na prática por esse grupo nessa época. Por essa razão, decidimos partir para a investigação de trabalhos hoje pouco conhecidos, que muitas vezes nem chegaram a resultados efetivos de preservação, mas que a nosso ver, foram grande palco da discussão e da formação dos agentes da preservação em São Paulo.

Assim, nesta dissertação, trataremos dos primeiros trabalhos de inventário do patrimônio com o fim da preservação realizados por determinação do poder municipal, durante o período em que houve o estabelecimento da primeira legislação protectionista da cidade (Z8-200, 1975) e a criação do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH-1975). Essa década foi marcada pelas intensas transformações urbanas decorrentes da nova estruturação viária e urbana promovidas durante o período de implantação do metrô, quando foram executadas modificações em grande escala no tecido urbano, e de grande impacto para a área central e diversos bairros da cidade, com imensas implicações para a sobrevivência de suportes materiais da memória dos paulistanos.

Veremos que, no caso de São Paulo, a afirmação e a oficialização da prática da preservação do patrimônio da cidade como ação institucional, algo que os inventários aqui estudados viabilizaram, esteve necessariamente atrelada ao estabeleci-

mento de um instrumento do planejamento urbano. Em meio a estudos de caráter multidisciplinar, o patrimônio foi considerado como pauta para os projetos de intervenção urbana, o que acarretou não o tombamento, mas a consideração da preservação de algumas *zonas* da cidade definidas e controladas pelos planejadores da cidade. Em síntese, as ações oficiais de preservação municipal paulistana nascem do planejamento e, em meio à discussão dos destinos do meio ambiente urbano, pensa-se no patrimônio.

No segundo capítulo, trataremos do primeiro trabalho que foi realizado nesse sentido, a elaboração da primeira lista do patrimônio arquitetônico da área central de autoria de Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, parceria que também gerou um inventário dos bens listados. Outro trabalho abordado nesse capítulo é a lista de bens selecionados para a preservação na Zona Oeste, realizado no escritório de Toledo, mas que, ao contrário da lista e do inventário da área central, não gerou ações efetivas de proteção.

O terceiro capítulo trata de dois inventários patrimoniais que abordavam a Zona Leste. Embora realizados no mesmo período, foram empreendidos segundo objetivos e métodos específicos por duas equipes diferentes, um pela equipe da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) e o outro, realizado pela equipe do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) em parceria Coordenadoria Geral de Planejamento (COGEP).

Em todos eles procura-se compreender como as “novas sensibilidades” puderam perceber e reconhecer dimensões patrimoniais da cidade até então completamente ignoradas pelos gestores municipais, por meio de um conjunto de reflexões e procedimentos de identificação que consideramos imensamente inovadores.

CAPÍTULO 1

Despertando para novas sensibilidades patrimoniais

1.1 História da Arquitetura e do Urbanismo na FAUUSP: uma nova abordagem da “tradição do patrimônio”

Em um volume publicado em 1994, em que vários especialistas procuravam perfilar a importância do estudo de história na formação dos estudantes de arquitetura e urbanismo, Nestor Goulart Reis Filho, docente da FAUUSP desde 1956, indica, num esforço de reconstrução da trajetória intelectual de sua geração, que teria se iniciado, a partir dos anos 50, a gestação de novos critérios para o estudo dos percursos da arquitetura e do urbanismo. Tal fase, que coincidiria com o período de afirmação da independência de sua instituição, Reis Filho caracteriza como de “amadurecimento” e “crise”, tendo sido decisiva no caminho da concepção para **uma nova abordagem sobre a história da arquitetura e do urbanismo no Brasil** que buscamos compreender⁴.

Essa abordagem teria sido derivada inicialmente de uma insuficiência das posturas clássicas do IPHAN, que priorizavam o entendimento da história material do país por meio das edificações de escala monumental, de caráter excepcional, com grande sofisticação formal e passível de ser enquadrada no debate estilístico que acabaria por consolidar o Barroco e o Rococó dos conventos, igrejas, catedrais, matrizes e igrejas de irmandades como expressões maiores da identidade nacional. Paradoxalmente, identificamos ter vindo dos próprios quadros conceituais do SPHAN uma sensibilidade para outras dimensões da arquitetura, no que pode aparentar uma enorme contradição àquelas interpretações que buscam ver nesse órgão apenas uma postura classista, embevecida pela erudição e apegada ao debate estilístico.

A recusa do passado imperial e das primeiras décadas republicanas é uma postura que Reis Filho atribui principalmente aos integrantes do “grupo do Rio”, que, por estarem “empenhados em negar compromissos recentes de alguns deles, como os havidos com a arquitetura neocolonial”⁵, descartaram o passado dos últimos 150 anos, tanto no rol dos estudos, como da preservação dessa história. Nessa fase, Reis Filho enfatiza a existência de uma história da arquitetura sendo contada aquém

4 REIS FILHO, Nestor Goulart . Algumas raízes: origens dos trabalhos regulares de pesquisa sobre História da Arquitetura, da Urbanização e Urbanismo no Brasil. *Revista Pós*, São Paulo, Número Especial (Anais do Seminário Nacional O Estudo da História na Formação do Arquiteto. Vol. I), p.40-45, 1994.

5 Idem, p.40.

dos processos, descontextualizada das transformações sociais, segmentada e eletiva:

“Para os modernistas, a Arquitetura era em boa parte desistoricizada. O Modernismo era uma ruptura e pretendia ser uma ruptura com o passado. A principal diretriz era a negação do passado recente – século XIX e início do século XX. A arquitetura desse período era vista como um conjunto quase homogêneo e rejeitada em bloco.”⁶

Por outro lado, empenhados na investigação e valorização da arquitetura do período colonial, esse mesmo grupo – no qual devemos destacar o próprio Lúcio Costa e também Luís Saia – dedicou-se fortemente às pesquisas das origens da arquitetura colonial popular, inaugurando assim uma nova abordagem no trato da história da arquitetura brasileira. Surgia, assim, uma linha de pensamento que partia de um caminho inverso do que vinha sendo feito na Academia até então, que priorizara totalmente a compreensão das manifestações arquitetônicas eruditas e ligadas às elites. Os estudos da arquitetura colonial partiam da investigação do próprio edifício e de seu entorno, para assim chegar ao seu projeto e conformação do seu histórico e sem obviamente recorrer aos cânones e tratados estilísticos costumeiros. Buscavam, na simplicidade e na originalidade da produção popular brasileira, encontrar os pressupostos nacionais para uma arquitetura moderna:

“Esse percurso reverso obrigava a leitura do edifício e da cidade como um produto social. Exigia uma abordagem social do uso e da transformação das técnicas, que não deixaria lugar a posturas tecnocráticas ou a modismos, no trato da modernização. Por isso mesmo, permitia uma compreensão efetiva das especificidades das condições brasileiras negando, na prática da pesquisa, a dependência intelectual do exterior”⁷

A afirmação desse método, uma nova “linha de trabalho” ou linha de influência que surge a partir do grupo liderado por Lúcio Costa, Reis Filho denomina de **“tradição do patrimônio”** que diz ter contribuído fortemente na formação teórica e metodológica da sua geração no final dos anos 50, início dos 60⁸. Assim, embora os tombamentos priorizassem quase sempre o monumental e o erudito, muitas pesquisas e estudos realizados estavam voltados ao costumeiro, ao popular e a

6 Idem, p.40.

7 Idem, p.43.

8 Idem, p.41

descoberta de traços “legítimos” da cultura brasileira. Tais pesquisas enfatizavam uma relação estreita entre teoria e prática, da “elaboração teórica apoiada em sólida base empírica” e à reflexão histórica sobre a organização social do espaço, como nos esclarece Nestor Goulart Reis Filho:

“Procurava-se com esse critério, estudar todas as formas de organização do espaço, inclusive as da arquitetura rural. Procurava-se explicar seu significado social e técnico, enfatizando as mudanças em todas as formas, em todas as fases, em momentos diferentes, em regiões diferentes em escalas diferentes. Ficava claro que nenhuma sociedade é homogênea e que portanto também a arquitetura não pode ser homogênea. O estudo da Arquitetura não podia se restringir àquelas obras elaboradas por profissionais especialmente preparados, em geral para uma determinada classe. Mas deveria abranger as formas de organização de todos setores sociais, com todos os níveis de elaboração técnica. O objeto de estudo e o método já não eram os mesmos.”⁹

Reis Filho nos aponta que essa “tradição do patrimônio” esteve representada na FAUUSP principalmente por meio de Luís Saia¹⁰ e pela interferência de Alcides da Rocha Miranda¹¹, que pertencia ao quadro do SPHAN no Rio de Janeiro, que foi quem abriu as portas para que Luís Saia conquistasse espaço na Faculdade. Sobre o impacto de Saia nos alunos, Reis Filho informa que ele levou muitos alunos para trabalharem nos levantamentos¹² da arquitetura tradicional, e que Saia:

“despertou em numerosos estudantes interesse pelos aspectos sociais da Arquitetura e do Urbanismo e por seu estudo, na História. Saia, como colaborador direto de Mário de Andrade, trazia uma bagagem metodológica, que se aproximava da Etnografia e da Arqueologia e como consequência, de uma visão antropológica de arquitetura”¹³

Dedicados ao tema da arquitetura colonial desde a década de 1930, e sob o

9 Idem, p.43

10 Engenheiro -arquiteto, foi aluno de Dina Lévi-Strauss e sócio fundador da Sociedade de Etnografia e Folclore, onde dedicou grande parte de seus estudos à arquitetura popular, foi indicado pelo próprio Mário de Andrade a substituí-lo na chefia da 6a regional do Sphan -SP aonde permaneceu até o seu falecimento em 1975. Foi braço direito de Mário desde 1938. NOGUEIRA, Antônio Gilberto R. Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec\ Fapesp, 2005.

11 Alcides da Rocha Miranda (1909-2001) formado pela ENBA em 1932, lecionou na FAU entre 1950 e 1955. Miranda, estava atuando junto a Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade no Rio de Janeiro desde 1940.

12 Entrevista a autora, 25 de junho de 2012.

13 REIS FILHO, 1994, Op cit.p.42.

olhar da “etnografia” e do “folclore”, Luís Saia e Mário de Andrade mostram-se figuras chave à concepção de uma nova linha de investigação histórica. Os estudos sobre a cultura popular brasileira e a produção material da época colonial, elaborados a partir de Mário de Andrade, tiveram como característica marcante uma teorização com base estritamente empírica. Valorizava-se a arquitetura popular, o construtor anônimo que eram identificados e estudados mediante um olhar sobre os modos de sua produção e das relações sociais intrínsecas aos processos e construção cultural.

Em relação à história da arquitetura paulista, a partir de meados da década 1950, os alunos tiveram na contribuição de Luís Saia o contato com estudos de caráter regional, num sentido que parece ter se diferenciado da “escola” de Lúcio Costa, até então “a única fonte teórica para o estudo do moderno e do tradicional”¹⁴. Não menos nacionalista, mas focado em outros aspectos, Luís Saia, com certa independência, se utilizou de novas bases para construir a sua história da arquitetura, tendo como intuito principal, o da constituição de uma “evolução regional paulista”, própria de Saia, como bem nos colocou Walter Lowande:

“essa formação “engenherática”, como diria o próprio arquiteto, diferente daquela proposta nas escolas de belas-artes, como aquela na qual se formou Lúcio Costa, provavelmente possibilitou ao arquiteto paulista uma formação mais “científica”, “racional”, e menos “formalista”, “idealista”, distinção que, em alguns aspectos, pode ser estendida para a regional paulista em relação à direção central do SPHAN no Rio de Janeiro”¹⁵ (...) Assim, por caminhos em certa medida diversos, Luís Saia e Lúcio Costa (e a arquitetura moderna por ele “liderada”) acabaram por se encontrar. Todavia, ao menos um ponto de partida foi comum: a crença numa nação brasileira dotada de historicidade. E essa coincidência conduziu a percepções temporais da nação muito semelhantes, ou seja, algo que pode ser unificado numa linha evolutiva dotada de momentos de originalidade e de “submissão” cultural. Assim, o século XIX era visto como um momento em que o Brasil estava na dependência de outras potências econômicas europeias, sobretudo a Inglaterra do ponto vista econômico e a França do ponto de vista cultural, que teria interrompido um longo período de experimentação e de criação de formas originais de organização cultural e

14 Nestor Goulart Reis Filho em depoimento à Walter Lowande. LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. *Os sentidos da preservação: história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1983)*. 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010. p.74

15 LOWANDE, 2010, 78

social.¹⁶

No âmbito da historiografia da arquitetura paulista, Saia legitimou suas posturas e se inseriu no universo dos intelectuais reconhecidos de sua época por meio de diversos textos publicados durante a trajetória de sua atuação no SPHAN, mas foi mediante a edição de *Morada Paulista* (1972 [1978,1995 e 2005]) que vimos Saia ter marcado presença definitiva nas referências bibliográficas até os dias de hoje. Essa publicação representa a compilação de seus estudos desenvolvidos desde a década de 1950¹⁷, marcados pela defesa de suas “teses” sob uma forma de abordagem minuciosa e “lógica” na construção dos nacionalismos “regionais”. Tomou como base, em sua análise da cultura material, as obras já celebradas de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda¹⁸, alicerçando-se ainda num discurso dialético conformado por fatores históricos, culturais, sociais e físicos que ele dominava. Assim, a contribuição de Saia foi muito maior no sentido da construção de uma nova narrativa histórica da arquitetura e do urbanismo, do que propriamente da comprovação literal de suas “teses”:

“Luís Saia se interessou portanto pelo materialismo histórico na medida em que este lhe possibilitou a compreensão da realidade social paulista e sua ação em relação à ela, realidade que para esse arquiteto seria processual e dialética. Dessa forma, nunca se mostrou preso a dogmatismos e sempre esteve aberto às contribuições teóricas e historiográficas que lhe permitissem uma compreensão ao mesmo tempo ampla e específica da realidade paulista”¹⁹

Fica nítido, portanto, que a base da formação de seu pensamento e metodologia de análise ali explícitos, está implícito na sua própria formação intelectual e metodológica a partir de uma “visão antropológica de arquitetura”²⁰,

16 LOWANDE, 2010 84.

17 Da produção historiográfica mais marcante de Saia, segundo pesquisa de Walter Lowande, é possível citar “Fontes primárias para o estudo das habitações, das vias de comunicações e dos aglomerados urbanos de São Paulo no século XVII” (1948), “A casa bandeirista” (1954), “Notas sobre a evolução da Morada Paulista” (1957) e o livro *Morada paulista* (1972 [1995 e 2005]). Publicou também os artigos *O alpendre nas capelas brasileiras* (1939), “Uma relíquia de nosso patrimônio histórico” (1940), “Notas sobre a arquitetura rural paulista no segundo século” (1944), “A fase heróica da arquitetura contemporânea já foi esgotada há alguns anos” (1954), “O ciclo ferroviário” (1955), “Economia de sobremesa” (1955), “Arquitetura paulista” (1959), “Considerações sobre uma residência” (1961), “Morada seiscentista do Tatuapé” (1968), “Escultura popular em madeira (1974), “Evolução Urbana de São Luís do Paraitinga” (1974) etc. Saia ainda publicou, sobretudo na década de 1950, uma série de artigos escritos sobre planejamento urbano.

18 *Casa-Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936), de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda.

19 LOWANDE, 2010, p.82.

20 REIS FILHO, 1994, p.42.

construída mediante seu olhar etnográfico. Sobre a análise desse aspecto em *Morada Paulista*, Lowande identificou que

“Esse saber antropológico e folclorístico forneceu claramente ferramentas metodológicas essenciais à narrativa histórica produzida pelo arquiteto. Em primeiro lugar, fica claro um interesse pela produção cultural popular, esboçada, como mostrei, logo no início de *Morada paulista*. Mesmo que não seja possível, pela ausência de fontes, analisar as técnicas construtivas populares, são as práticas cotidianas, organização social e cultural e as características psicológicas gerais de um povo que fornecem os elementos para a compreensão da evolução arquitetônica (e geral) paulista. O relacionamento de múltiplos aspectos da realidade social num recorte sincrônico (economia, cultura, política, ecologia etc.) fazem lembrar o conceito de “fato social total” de Marcel Mauss, presentes nas aulas de Dina Lévi-Strauss, desde que não nos esqueçamos da solução diacrônica oferecida pela dialética marxista”²¹ (...) Foram considerados assim os processos específicos regionais em conexão com processos de maior amplitude. As peculiaridades foram percebidas em seus elementos mesológicos, mediante um olhar etnográfico que relaciona cultura e sociedade às condições de economia e meio”²²

A arquitetura popular colonial foi, dessa maneira, estudada sob o ponto de vista do seu uso e significados na sociedade; uma produção material e cultural investigadas com base em uma “compreensão social e portanto histórica de todas as formas de organização e uso do espaço”, a partir de uma abordagem empírica. Tal postura, segundo Reis Filho, contribuiu com a **renovação teórico-metodológica no quadro de ensino da história na FAUUSP**. A arquitetura passa a ser estudada não mais apenas sob o crivo do enquadramento estético estilístico, ou dos movimentos independentes e isolados, mas a partir da investigação da história da sociedade envolvida na sua produção e uso do espaço.

Entendemos, enviesadamente, que foi por meio dessa mudança de postura frente à leitura da produção material e artística do passado como fruto de processos, e na construção da história da arquitetura moderna paulista, que as obras arquitetônicas do século XIX e início do XX passaram a encontrar lugar e reconhecimento na narrativa da história da arquitetura brasileira dentro da FAUUSP. Como lembra Reis Filho:

21 LOWANDE, 2010, p. 92.

22 LOWANDE, 2010, p. 113.

“como nós estávamos estudando arquitetura moderna, nós estudávamos as duas coisas, e nós tínhamos uma preocupação de entender a formação brasileira, portando já como estudantes nós não pulávamos o século XIX e começo do XX, nós tínhamos que estudar o processo e não pular do barroco pro moderno como fazia o IPHAN, era um ponto de discordância e nós íamos levando isso, os primeiros estavam muito juntos do Saia estudando casas bandeiristas, mas depois nós já éramos mais independentes e portanto fomos visitar essas coisas por nossa conta, viajávamos sem parar, fotografávamos, o Grêmio chegou a ter uma coleção de umas quatro mil fotografias de arquitetura, São Paulo e do Brasil inteiro, mas em 64 teve a intervenção policial e aquilo desapareceu”²³

Na década de 50, pudemos verificar que alguns estudantes, durante seu período formativo, como Nestor Goulart Reis Filho (1951-55), Gustavo Neves da Rocha Filho (1949-62), Júlio Katinsky (1952-57) e Benedito Lima de Toledo (1957-61), participaram ativamente das atividades do Grêmio estudantil, nas atividades do Centro de Estudos Folclóricos (e depois Centro de Estudos Brasileiros). Estiveram envolvidos principalmente com a **documentação da arquitetura colonial e moderna**, produtos das pesquisas e das diversas “viagens de formação”²⁴ de que participaram, cujos roteiros²⁵ eram formados com vistas ao conhecimento do que estava sendo posto pelos modernistas do SPHAN e sob a indicação e influência direta de Luís Saia.

Na década de 1960, muitos ex-estudantes da própria FAUUSP, recém formados, passaram a integrar o quadro de docentes²⁶, que, a partir da reforma do ensino implementada em 1962,²⁷ incorporou além de novos arquitetos, os “não-arquitetos”, configurando também em um novo programa de disciplinas. Até então, o modelo perseguido tinha sido aquele que havia formado a maior parte dos professores, provenientes da Politécnica e da Escola Nacional de Belas Artes,

23 Entrevista a autora, em 25 de junho de 2012.

24 A respeito da formação dos arquitetos da FAU nesse período vista sob a análise das viagens e das atividades do Grêmio, ver o trabalho de SODRÉ, João Clark de Abreu. *Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil (1938-1962)*. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

25 Os destinos obrigatórios foram as cidades de Minas Gerais, a Bahia, o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. SODRE, 2010, p.132.

26 No contexto da reforma de 1962, assumiram como docentes por exemplo: Benedito Lima de Toledo, Júlio Roberto Katinsky e Dacio Araujo Benedicto Ottoni em 1962. Carlos Alberto Cerqueira Lemos (Mackenze) havia entrado na fase anterior, em 1954. Gustavo Neves da Rocha Filho entrou em 1972.

27 Sobre as reformas no ensino, ver PRONSATO, Sylvia Adriana Dobry. *Para quem e com quem: ensino de Arquitetura e Urbanismo*. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

pautado por ensinamentos e conceitos advindos da *École des Beaux Arts* de Paris²⁸. Esse modelo estava sendo criticado por conta da forma como as disciplinas (“Arquitetura Analítica”, “Teoria da Arquitetura”, “Arquitetura no Brasil” e “História da Arte e Estética”) estavam divididas e do conteúdo nelas abordado²⁹, assim como pelo desejo dos professores da FAUUSP em afirmar sua independência conceitual face às antigas escolas:

“No que diz respeito às disciplinas, atrás arroladas, as maiores deficiências sentidas eram o anacronismo temático, as tendências reducionistas próprias a uma visão puramente pragmática do ensino e, de modo decisivo, a metodologia formalista-segmentar no exame histórico da arquitetura ou meramente descritivo -ilustrativo do trato da história em geral”³⁰

Na “Reforma de 62”³¹, o curso foi organizado em quatro departamentos: Ciências Aplicadas, Construção, História e Projeto. O **“Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto”** (DHAEP) foi composto pelas cadeiras: História da Arquitetura, Estudos de Urbanização, História da Arte, História da Técnica e Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo. Nessa nova fase da história da FAUUSP, constituiu-se um quadro de docentes maior e mais diversificado nos departamentos, fenômeno que se acentuou após a mudança para a Cidade Universitária (1968), devido ao aumento, em dobro, do número de vagas por turma.

Verificamos que o quadro dos docentes e respectivas disciplinas que constituíram o **DHAEP no ano de 1973**³², por meio do documento mais antigo que pudemos analisar sobre sua composição, era composto de três “gerações”, por década. A mais antiga era composta majoritariamente pelos professores mais antigos, que ingressaram nas décadas de 1950 e 1960: Eduardo Augusto Kneese de Mello- “Arquitetura no Brasil” e “As capitais do Brasil”; Eduardo Corona³³ (1949)³⁴ - “Introdução à Arquitetura I”; “Introdução à Arquitetura do século XX”; “Arquitetos Paulistas”; Flávio Lichtenfels Motta³⁵ (1954) - “Arte e Indústria no Mundo

28 Sobre a formação dos professores ver: FICHER, Sylvia. Os arquitetos da Poli: Ensino e profissão em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2005.

29 Sobre a formação na FAUUSP, ver Idem, e SODRÉ, 2010.

30 <http://www.fau.usp.br/fau/ensino/departamentos/historia/index.html>

31 Sobre as reformas ver PRONSATO, 2008.

32 A partir dos programas das disciplinas de 1973 e de uma lista de 1974, todos encontrados no arquivo do Departamento, assim como, da pesquisa no currículo de cada docente.

33 Formado em 1946 na Escola Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

34 Em parênteses sempre o ano de ingresso na FAU.

35 Formado em Pedagogia na FFCL em 1947.

Contemporâneo”; “Estética do Projeto II” e Carlos Alberto Cerqueira Lemos³⁶ (1954) - “Introdução à Arquitetura II”; “Evolução do Equipamento da Habitação”; “Habitação Popular Paulistana”. Neste período, Nestor Goulart Reis Filho (1956) havia assumido primeiro o cargo de Chefe do Departamento (1968-1972) e depois foi Diretor da Faculdade (1972-1975).

Um grupo sequente era composto pelos docentes que entraram a partir da *Reforma de 1962*, por exemplo: Dacio Araujo Benedicto Ottoni³⁷ (1962) - “Introdução aos Estudos da Urbanização II”; “Urbanização em São Paulo nos séculos XIX e XX”; Júlio Roberto Katinsky³⁸ (1962) - “História da Técnica na Arquitetura e no Urbanismo”, “História da Técnica no Brasil”; Paulo Julio Valentino Bruna³⁹ (1963) - “Industrialização da Construção”; “Estudos da Urbanização III”; Benedito Lima de Toledo⁴⁰ (1962) - “Arte e Arquitetura no Brasil nos três primeiros séculos”; “Arte e Arquitetura no Brasil: séculos XIX e XX” e “Arquitetura Paulista - 1890 a 1930”; Rebeca Scherer⁴¹(1962) - “Urbanização Contemporânea: análise crítica das condições atuais. Consideração em torno do planejamento” e “Introdução aos Estudos de Urbanização I”; Maria Ruth Amaral de Sampaio⁴² (1963)- “Contribuição Sociológica ao Estudo da Urbanização”; “Habitação Popular Paulistana”

E, por fim, os então recém-chegados, que ingressaram após a reforma universitária que extinguiu as cátedras: Lúcio Gomes Machado (1972)- “História da Arquitetura Contemporânea” e “Introdução às Artes Gráficas”; Maria Adélia Aparecida de Souza⁴³ (1971) - “Análise do Espaço Urbano e Regional”; Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsanyi⁴⁴ (1972) - “O lazer na grande cidade”; Aracy Abreu Amaral⁴⁵(1972) - “Arte e Indústria no Mundo Contemporâneo”; “Arte e Arquitetura no Brasil nos três primeiros séculos”; “Arte e Arquitetura no Brasil: séculos XIX e XX”; Gustavo Neves da Rocha Filho⁴⁶ (1972) - “Cidades Paulistas”; “Arquitetura Religiosa no Brasil”; Murillo de Azevedo Marx⁴⁷ (1972) - “A Praça como Arquitetura”; “Estética

36 Formado em 1950 pela Universidade Mackenzie.

37 Formado pela FAUUSP em 1960.

38 Formado pela FAUUSP em 1957, doutor pela FAUUSP em 1973.

39 Formado pela FAUUSP em 1963, doutor pela FAUUSP em 1973.

40 Formado pela FAUUSP em 1961.

41 Formada em Ciências Sociais pela FFLC da USP em 1961, integrou o quadro da FAU em 1962 como auxiliar de pesquisa junto a Nestor Goulart Reis Filho.

42 Formada em Ciências Sociais pela FFCL da USP em 1956, fez especialização em sociologia na École Pratique des Hautes Etudes – Sorbonne em 1959, integrou o quadro da FAUUSP em 1963.

43 Formada em Geografia pela FFCL da USP em 1962, mestrado em Geografia Humana pela Universidade de Paris em 1967, doutorado em Geografia pela Universidade de Paris (Sorbonne) (1975).

44 Formada em Ciências Sociais pela USP em 1963, mestrado em sociologia e ciência política na Graduate Faculty of Political and Social Sciences - New School for Social Research (1967)

45 Formada em jornalismo na PUC-SP, mestre pela FFCL da USP em 1970, sob orientação de Flávio Motta.

46 Formado pela FAUUSP em 1962.

47 Formado pela FAUUSP em 1968 e mestre pela FAUUSP em 1980.

do Projeto I”; Juarez Rubens Brandão Lopes⁴⁸ - “Estudos Sócio -Econômicos da Urbanização”; “Desenvolvimento e Planejamento no Brasil”; “Bases Sociais do Planejamento” ; Sonia Miceli Pessoa de Barros⁴⁹- “Produção Cultural e Sociedade”; Gabriel Bolaffi - “Planejamento Urbano e Regional” e “Fundamentos Sociais da Arquitetura e Urbanismo I e II”.

Analisar a contribuição de todos esses docentes no processo de concepção da “história da arquitetura e do urbanismo” seria o ideal, mas é algo que deveria ser pauta para uma outra dissertação. Tomaremos aqui para análise, portanto, somente aqueles que surgiram na pesquisa como figuras de referência no nosso recorte específico, daqueles que se dedicaram especialmente aos estudos e à docência da história da arquitetura e do urbanismo paulista e que se destacam por sua atuação e produção publicada a partir desse período.

No âmbito da construção de novos olhares e percepções, Júlio Katinsky, nos destacou o impacto renovador de Flávio Motta, por ter-lhe despertado o olhar da “arte na vida urbana”⁵⁰. Segundo pesquisa de Juliana Costa⁵¹, o programa de “História da Arte” que Motta passou a ministrar a partir de 1956⁵², inovara no sentido de unir a “história da arte” com a “estética” e apresentar o conteúdo sob uma ótica historiográfica e não estilística, o que contemplava a análise da arte e da arquitetura em todos os períodos. Segundo sua análise, “a maior novidade que aparece neste programa é que quase metade do curso é voltado ao estudo da arquitetura do final do século XIX e do século XX. A única disciplina teórica que então abordava os sucessivos períodos arquitetônicos era ‘Arquitetura Analítica’, que se tratava muito mais de um ‘estudo dos estilos’ arquitetônicos do que de fato um estudo da história da arquitetura voltado à reflexão da produção contemporânea”⁵³.

Dentre as contribuições de Motta sobre os temas pouco estudados até então, é imprescindível lembrar da sua pesquisa sobre o *art nouveau* no Brasil, tema presente em seus estudos desde 1953 – “São Paulo e o Art-Nouveau” publicado na revista *Habitat* em 1953, que por fim apresentou em seu concurso de cátedra em 1968 *Contribuição ao estudo do “art nouveau” no Brasil*⁵⁴. Talvez pelo seu “valor

48 Formado em Sociologia e Política na Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1950 e doutor em Sociologia pela Universidade de Chicago em 1953.

49 Mestre pela FFCL da USP, em 1974.

50 Em entrevista a autora, em 2011.

51 COSTA, Juliana Braga. *Ver não é só ver: dois estudos a partir de Flávio Motta*. 2010. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

52 Antes ministrado por Lourival Gomes Machado.

53 COSTA, 2010, p. 64.

54 Motta, Flávio Lichtenfels. *Contribuição ao estudo do “art nouveau” no Brasil*. Tese (Provimento de Cátedra), FAU-USP, São Paulo, 1968.

artístico” associado com seu caráter funcional, o *art nouveau* foi reconhecido como patrimônio com mais tranquilidade, diferentemente do ecletismo⁵⁵.

A arte associada à técnica vista a partir de um contexto de relações sociais e intercâmbios culturais foi o que identificamos também na ótica do professor **Júlio Katinsky**, que em 1973⁵⁶ ministrava a disciplina “História da Técnica na Arquitetura e no Urbanismo”. Essa postura adotada por Katinsky⁵⁷ pode ser verificada na própria descrição do objetivo da matéria:

“A disciplina tem como objetivo explicitar as relações que se estabelecem entre os instrumentos disponíveis para atuar sobre o meio ambiente e as aspirações das sociedades ao longo da história, manifesta nas suas fixações territoriais. Torna-se, pois, necessário estabelecer um plano de investigação onde esse duplo aspecto se ache evidenciado.”⁵⁸

Katinsky nos colocou que a sua preocupação foi sempre no sentido de “trazer a história para o presente” e que estruturava suas aulas sob a visão da “técnica” como um “produto social”, privilegiando a análise de três aspectos: as “técnicas de assentamento”, as “técnicas de troca e de circulação de bens” e por último as formas de “representação” dessas técnicas⁵⁹. A esse respeito Katinsky destaca a grande influência de Mário de Andrade no sentido do desenvolvimento de seu método de análise de uma obra de arte, desde que descobriu a apostila do seu curso de Filosofia e História da Arte⁶⁰. Isso fica claro quando identifica, no olhar de Andrade sobre as obras de Aleijadinho, as “teses” que provavelmente tomou para si e que consideramos chave no entendimento de sua visão: “a consideração em torno da sociedade brasileira e sua constituição” e “uma tentativa de estruturar a crítica da arquitetura mineira do período barroco a partir de **critérios tectônicos**”⁶¹

No seu artigo “Sete proposições sobre história da arquitetura”⁶², Katinsky

55 A exemplo disso, temos que na década de 1960, Lúcio Costa pediu o tombamento de um edifício neste estilo, uma loja de artigos masculinos tradicional denominada Torre Eiffel, localizada no centro do Rio de Janeiro.

Em 1970, e dessa vez com êxito, Lúcio Costa pediu o tombamento de uma casa art-nouveau dos Villino Silveira (Rua do Russel, 734, Rio de Janeiro) obra art nouveau do arquiteto italiano Antonio Virzi (1882-1954).

56 Ano de obtenção do seu doutorado “Casas Bandeiristas”, sob orientação de Flávio Motta.

57 Apoiado nos autores que referencia: Giedion, Munford, Benevolo, Daumas e Choisy (no programa da disciplina)

58 Programa encontrado nos arquivos do Departamento de História da FAUUSP

59 Entrevista a autora, em 2011.

60 Editado pelo Grêmio estudantil em 1955.

61 KATINSKY, J. R. . *O mestre - aprendiz Mário e as Artes Plásticas*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, . n. 30 (Mário de Andrade), 2002, p. 70.

62 KATINSKY, Júlio Roberto. Sete proposições sobre história da arquitetura. *Revista Pós*, São Paulo, Número Especial(Anais do Seminário Nacional O Estudo da História na Formação do Arquiteto. Vol. I) , p.119-123,1994,.

aponta, em sua “quarta proposição”, quais foram os seus principais referenciais para a concepção de uma História da Arquitetura

“menos como as grandes organizações artísticas sediadas no espaço e no tempo e comumente, quando possível, identificadas como “estilos”, do que a história da arte e arquitetura **concebidas como obras forjadas no interior dos grupos sociais**”⁶³

Atribui a essa concepção principalmente o contato com os estudos de Mário de Andrade⁶⁴ e Lúcio Costa⁶⁵. Tais afirmações mais uma vez confirmam a influência da linha de pensamento da “tradição do patrimônio” na concepção de uma nova História da Arquitetura e do Urbanismo dentro da FAUUSP.

A “tradição” também se confirma nas pesquisas e disciplinas ministradas por Carlos Lemos. Identificamos em um estudo que desenvolveu em 1956 a respeito das “Capelas alpendradas de São Paulo”⁶⁶ a influência evidente de Luís Saia, não somente por ter feito referência aos seus estudos, mas por percebermos no desenvolvimento do texto o mesmo tipo de abordagem, apresentado quase como uma evolução/continuação do estudo que Saia apresentou em 1939⁶⁷.

O estudo que Lemos elaborou em 1959 foi reproduzido na íntegra em 1969 no seu “Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo”⁶⁸ publicação que reuniu oito textos que, segundo Eduardo Corona, eram fruto da pesquisa que haviam feito para o “Dicionário da Arquitetura Brasileira”. Eduardo Corona ainda disse que Lemos vinha desempenhando uma atitude sistemática no sentido de trazer “um pouco de luz ao campo da pesquisa histórica que o conhecimento de nossa arquitetura tanto está a clamar”⁶⁹, uma atitude investigativa e aprofundada dos termos e dos significados das palavras frente a um entendimento da sociedade colonial, e apontou que sua análise ia ao encontro às exigências metodológicas que Lúcio Costa pregava

“É uma sistemática que deve reger todo esse trabalho, e a encontramos nas

63 Idem, p.120 grifo nosso

64 Cita os estudos de Mário de Andrade sobre Antonio Francisco Lisboa e Padre Jesuíno de Monte Carmelo

65 Cita os estudos de Lúcio Costa “A evolução do mobiliário no Brasil” e “Documentação Necessária”

66 LEMOS, Carlos A. C. *Capelas alpendradas de São Paulo*. São Paulo: Setor de Publicações do Serviço de Documentação da FAU, 1959 (Publicação n.1).

67 SAIA, Luís. O alpendre nas capelas brasileiras. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.3, p. 235-249, 1939.

68 LEMOS, Carlos A. C. *Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo*. Centro de Estudos Brasileiros do GFAU/Departamento de História. FAU-USP. São Paulo, 1969.

69 Idem, texto de Apresentação.

contribuições do prof. Lemos, como exige Lúcio Costa no seu “Arquitetura dos Jesuítas do Brasil”⁷⁰

Diante dessa afirmação de Corona, temos que não só Lemos perseguia a “tradição do patrimônio”, mas que este era provavelmente um guia seguro para todos, e todo o trecho foi reproduzido na Apresentação:

“quando se estuda qualquer obra de arquitetura, importa em vista, além das imposições do meio físico e social, consideradas no seu sentido mais amplo, o programa, isto é, quais as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer; em seguida a técnica, quer dizer, os materiais e o sistema de construção adotados; depois, o partido, ou seja, de que maneira, com a utilização dessa técnica, foram traduzidas, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa; finalmente a comodulação e a modenatura, entendendo-se por isto as qualidades plásticas do monumento”

Nessa publicação de 1969, encontramos, em um dos estudos, a posição clara de Lemos em relação a Luís Saia, o que nos confirma a admiração que nutria pelo mestre, que perseguia o seu olhar, mas que neste momento já se colocava como um questionador de suas “teses”. Percebemos que estava ali justamente para enfrentar as fragilidades de sua pesquisa, por meio da **pesquisa histórica aprofundada** que desenvolvia.

“Luiz Saia, em seus magníficos e já bastante conhecidos estudos sobre a morada bandeirista, desejou situar no tempo os vários exemplares de casas remanescentes estudando a localização, o agenciamento como gosta de dizer, de certos elementos do programa, tais como a cozinha ou o alpendre. Etribado em argutas observações, às vezes, chega a conclusões extremamente simpáticas, mas de difícil comprovação. É que no caso aquele autor tentou substituir a deficiência de documentos, e em algumas passagens o fez brilhantemente, com juízos e raciocínios lícitos se encarmos unicamente a pequena coleção de restos ainda conservados nos arredores de São Paulo.”⁷¹

Para proceder ao aprofundamento da investigação da evolução da moradia paulista, Lemos se debruçou nos *Inventários e Testamentos* dos séculos XVI, XVII e

70 Idem.

71 Idem, p.31.

XVIII (pertencentes e publicados pelo Arquivo do Estado de São Paulo), como fez em “A casa bandeirista nos inventários do segundo século”⁷² que somados aos “restos” analisados por Saia, conseguiu identificar “padrões” da casa urbana e casa rural.

Na continuidade de seus estudos sobre a casa paulista, Lemos desenvolveu o seu doutorado *Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*⁷³ sob orientação do sociólogo Juarez Rubens Brandão Lopes⁷⁴ e “colaboração imprescindível”⁷⁵ da também socióloga Maria Ruth Amaral de Sampaio, que na ocasião desenvolvia, junto aos alunos da FAUUSP, pesquisa sobre as “moradias dos bairros periféricos”. Já nas primeiras linhas de seu trabalho, Lemos justifica que seu trabalho tem no **“enfoque sociológico”** sua base, em detrimento de um “enfoque técnico - construtivo”.

Tendo como questão principal na “casa operária”, a compreensão da “casa popular autêntica”, procedeu sua investigação tendo como foco as “funções da habitação”: “estar”, “repouso” e “serviço”. Lemos desenvolveu uma análise extensa da relação do morador com o espaço com base na caracterização da sociedade, buscando segundo ele, “compreender os anseios do proletariado, as expectativas concernentes à noção de conforto e bem estar”, tratando de constituir assim uma “história da evolução da casa brasileira, vendo como se processaram no tempo, as alterações do modo de satisfazer as funções principais”, buscando identificar “o que há de paulista na casa paulistana”⁷⁶.

Além de apoiado na “tradição do patrimônio” expressa nas obras presentes de Lúcio Costa, Luís Saia, dentre outros, Lemos soma em seu repertório bibliográfico sobre a história da arquitetura o *Quadro da Arquitetura no Brasil* de Nestor Goulart Reis Filho e, sobre a história de São Paulo, a obra de Richard Morse *Formação histórica de São Paulo*, republicada em 1970[1954]. O aporte sociológico ficou por conta de Roger Bastide, em seu *Brasil, terra de contrastes*, de 1959 e em *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, trabalho em conjunto com Florestan Fernandes de 1955. Outra obra que se destaca em sua bibliografia é o livro de Emma Debenedetti e Anita Salmoni intitulada *Architettura italiana a San Paolo*, uma

72 Idem, p.19-23.

73 LEMOS, Carlos A. C. *Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. Tese (Doutorado). FAU-USP, São Paulo, 1972.

74 Formado em Sociologia e Política na Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1950 e doutor em Sociologia pela Universidade de Chicago em 1953.

75 Idem, p.3

76 Idem, p. 2-11.

publicação de 1953⁷⁷ que trata da influência e produção do imigrante italiano em São Paulo e que se consolidou obra de referência na questão⁷⁸.

Dos programas das disciplinas que Lemos ministrou em 1973, notamos que em “Introdução à Arquitetura II” não há nenhuma menção a estilos ou períodos, pois todo o curso é focado no estudo dos **sistemas construtivos**⁷⁹. Lemos iniciava na “taipa de pilão” e prosseguia à exposição dos elementos estruturais, materiais, técnicas, etc., chegando, assim, até as estruturas metálicas e a arquitetura moderna. Abarcava muito do que tinha sido produzido no Brasil, uma preocupação nítida em familiarizar os alunos quanto a formação de todos os elementos passíveis de análise e ainda iniciá-los quanto a nomenclatura dos diversos componentes. A outra disciplina que Lemos ministrou dentro da linha derivada da “tradição” foi a “Evolução do equipamento da habitação”⁸⁰, cujo conteúdo foi focado inteiramente na **arquitetura popular doméstica brasileira**, com destaque para as cozinhas portuguesa, indígena, negra, à culinária, aos serviços domésticos e os equipamentos da casa⁸¹. Lemos apontou no programa alguns elementos de sua base analítica: “as determinações do clima”, “as consequências de acomodação ao trópico”, “as razões ecológicas de seleção de materiais de construção e respectivas técnicas”, “estudo do partido arquitetônico que também atenderá às condições culturais e econômicas de nossas sociedades dos vários ciclos por que passamos”.

Quando o questionamos sobre as influências teóricas -metodológicas adquiridas no passado que contribuíram para que adotasse esses caminhos, Lemos declarou:

“Eu sou eminentemente empírico, eu só sei o que eu vi e aprendi e o que eu consegui somar dentro da minha cabeça e cheguei a essas conclusões que são feitas a partir de minha observação, de modo que, não sei porque motivo, eu desde criança gostava muito de admirar as pessoas antigas, um motivo qualquer que eu não sei explicar, o meu pai se bem que gosta de

77 DEBENEDETTI, Emma; SALMONI, Anita. *Architettura italiana a San Paolo*. São Paulo: Instituto Cultural Italo-Brasileiro, 1953 (Coleção "Pasquale Petraccone" de estudos italo-brasileiros, no. 1).

78 Como identificamos, a obra foi citada também na bibliografia de Benedito Lima de Toledo em seu *Belle Époque*, assim como comentada ter sido fonte do trabalho que veremos sobre a Zona Leste. Ver: Debenedetti, E.; Salmoni, A.. *Arquitetura italiana em São Paulo*. Tradução de Paulo J. V. Bruna.. São Paulo: Perspectiva, 1981 (Coleção Debates).

79 Apoiado em CORONA, E. E LEMOS, C.A.C. “Dicionário da Arquitetura Brasileira”, de 1972, Alexandre ALBUQUERQUE, “Construções civis”, de 1952, CHOISY “História de la arquitetura”, 1951 e Sylvio de VASCONCELOS “Vila Rica, formação e desenvolvimento”, de 1956

80 Programa com data de 26 de setembro de 1972. Acervo Departamento de História da FAUSP

81 Apoiado em Gilberto Freyre “Sobrados e Mucambos”, de 1968 e “Casa Grande e Senzala”, de 1966; Sérgio Buarque de Holanda “Caminhos e Fronteiras”, de 1957 e nos depoimentos de Vauthier publicados na *Revista do SPHAN* n.7, de 1943 – constantes na bibliografia do programa. Acervo Departamento de História da FAUSP

antiguidades, colecionava coisas, porcelanas, móveis, talvez eu tenha ligado o mobiliário à arquitetura, de modo que eu nunca fui uma espécie de saudosista propriamente dito, mas um curioso!”⁸²

A partir de *Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*, Lemos passou a dedicar seus estudos exclusivamente sobre a história da arquitetura paulista, e, em 1974, publica o *São Paulo, sua arquitetura: colônia e império*⁸³

No que diz respeito à concepção de uma história da arquitetura paulistana, é nesse período que temos as nossas primeiras referências, por meio de Lemos e também de Benedito Lima de Toledo, que desde a década de 1960 se debruçou sobre a obra de Victor Dubugras⁸⁴. Toledo se dedicou à pesquisa da produção dos estrangeiros em São Paulo e, também em 1974, publicou juntamente com a artista Diana Danon o livro *São Paulo: Belle Époque*, em que identificamos o seu olhar atento sobre a São Paulo de fins do XIX e início do XX.

É na atuação de Toledo, enquanto docente na FAUUSP, que vemos pela primeira vez o “ecletismo” de São Paulo como tema exclusivo de disciplinas de graduação: “Arte e Arquitetura no Brasil: séculos XIX e XX” e “Arquitetura Paulista de 1890 a 1930”, ambas ministradas em 1973. No programa de “Arquitetura Paulista de 1890 a 1930” constatamos portanto a **nova abordagem** que identificamos: o “ecletismo” compreendido a partir da história da urbanização. No plano de Toledo estavam previstos os seguintes conteúdos: “Peculiaridades do desenvolvimento urbano de São Paulo”, “Persistência da manifestação tradicional”, “Expansão da rede ferroviária”, “Formação profissional. Cursos de arquitetura: principais diretrizes”, “Análise de obra de: arquitetos brasileiros formados na Europa, arquitetos estrangeiros no Brasil, projetos elaborados no exterior para o Brasil, arquitetura não erudita. Os mestres de obra” e “Formação de mão de obra. O Liceu de Artes e Ofícios”

O entendimento de como se deu a inserção desses temas na historiografia da arquitetura paulistana é assunto para nós de extremo interesse, pois, tendo em vista a concepção de valores na “tradição do patrimônio” como percebemos, temos que o reconhecimento enquanto elemento representante da história da cidade pode ter repercutido na sua valorização enquanto patrimônio a ser preservado.

82 Entrevista a autora, em 16.03.2012.

83 LEMOS, C.A.C. e LEFÈVRE, R. *São Paulo, sua arquitetura: colônia e império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Edusp, 1974.

84 Em 1966, “O caminho do mar”. *Revista do IEB*, São Paulo, n.1; em 1967, “Os pousos da Serra do mar”. *Acrópole*, São Paulo, n.345, p.15-23.

Na tentativa de buscar essa explicação, um fato que para nós deve ser considerado e analisado, foi o impacto produzido pela contribuição dos novos professores **sociólogos no Departamento**. Rebeca Scherer ao discorrer sobre a teoria e o método empregados nos estudos de história da urbanização a partir da sua participação nas pesquisas desenvolvidas sob coordenação de Nestor Goulart Reis Filho, frisa que o método de análise que estava sendo desenvolvido por eles tinha como base a “produção social do espaço em suas diferentes escalas”⁸⁵ e que levava em consideração todos os agentes socialmente articulados, difundindo uma abordagem e contribuição que ela atribui à incorporação pela FAUUSP do “arcabouço teórico e conceitual das Ciências Sociais ao estudo dos fenômenos urbanos”⁸⁶.

Assim, pode-se afirmar que história da arquitetura e do urbanismo, fomentada a partir de uma ótica sociológica, passou a ser abordada enlaçada aos processos sociais, não mais sob o ponto de vista exclusivo da transformação gerada pelo indivíduo (arquiteto ou urbanista), mas da problemática, dos agentes sociais e dos significados em que se inseriam essas transformações. Dessa maneira, temos que a periodização, a estilística e a contribuição individual perdem terreno para a concepção de uma história construída a partir da análise dos contextos sócio-político-culturais. Nessa perspectiva e a partir de um impulso nos estudos sobre história da urbanização e em particular do caso da cidade de São Paulo, que acreditamos se fez a introdução da produção arquitetônica do século XIX e início do XX como tema, visto que era parte indispensável do processo de urbanização. Escapava-se, assim, dos crivos modernistas que atuavam na compreensão do urbanismo ou da leitura estilística das formas arquitetônicas.

É o que já verificamos no texto de Nestor Goulart Reis Filho de **1969** *Crítica do ecletismo*⁸⁷, em que o autor insere essa produção arquitetônica dentro de um contexto social político próprio no Brasil, da mesma maneira pela qual compreendia o Neoclássico. Reis Filho defendia sua leitura não pelo juízo plástico e formal, e dos estilos individualizados, mas sim, construindo sua significação enquanto fenômeno social aceito e difundido, estabelecendo sua posição a partir do entendimento do

85 SCHERER, Rebeca. História, teoria e método nos estudos de urbanização. *Revista Pós*, São Paulo, Número Especial (Anais do Seminário Nacional O Estudo da História na Formação do Arquiteto. Vol. I.) p.53-59, 1994.

86 O que pode ser verificado nos estudos empreendidos por Nestor Goulart Reis Filho concretizados na sua tese apresentada ao concurso para Cátedra *Urbanização e Teoria*, de 1967 e a publicação em 1968 de sua livre-docência defendida em 1964: *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Pioneira – EDUSP, 1968.

87 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Crítica do Ecletismo*. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, São Paulo, 05 jun. 1969. Depois publicado no “Quadro da Arquitetura no Brasil” em 1970.

que é a própria arquitetura em diálogo com outras dimensões sociais, e explica sua desconstrução:

“A arquitetura não é uma consequência direta das condições sociais porque então, para condições sociais idênticas, haveria sempre a mesma arquitetura. Ela é uma forma de viver, de ir ao encontro da realidade, procurando transformá-la segundo alvos sociais dos agentes. Pode, portanto, adquirir significados contraditórios, segundo os grupos sociais pelos quais é utilizada. Mas sempre e necessariamente, senão é caso particular, isto é, **se é utilizada por grupos sociais e tem generalidade, é porque adquiriu significado social para o grupo**”⁸⁸

Sobre essa nova abordagem da história da arquitetura e do urbanismo, que diz o autor ter passado a adotar e defender desde a década de 1960, Reis Filho ainda nos esclarece:

“eu estudei arquitetura não a partir de critérios estilísticos, mas a partir de critérios urbanísticos, da inserção da arquitetura na cidade. Aquilo me deu instrumentos de conhecimento, partia da análise do tecido pra compreender a arquitetura, eu achei um caminho de análise que não era o estilístico, porque todo mundo ficava impressionado com o problema estilístico, que era paralisante. Aquele tipo de arquitetura de mestre de obras, em termos estilísticos era a superficialidade, aquilo era comprado feito na esquina e colado, então não era isso que explicava aquela arquitetura.”⁸⁹

Reis Filho apontou ainda que a atividade em torno da pesquisa e registro da arquitetura do século XIX e XX já era assunto dos estudantes no Centro de Estudos Folclóricos desde a década de 1950, pois que estudavam a arquitetura moderna a partir do entendimento da **história como um processo**:

“Nós fazíamos a documentação de toda arquitetura, fazíamos uma leitura da história no conjunto, usando Gilberto Freyre, os sobrados do século XIX, nós não interrompíamos, não tínhamos nenhum preconceito enquanto estudo da formação brasileira, ninguém estava querendo voltar ao acadêmico como critério de arquitetura, era um problema técnico, de estudar tudo.”⁹⁰

88 REIS FILHO, Nestor G. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1970. 11. ed., 2006 p.186 (grifo nosso).

89 Entrevista a autora, em 25.06.2012.

90 Entrevista a autora, em 25.06.2012.

No entanto, o fato de reconhecerem a arquitetura e o espaço urbano produzidos entre fins do século XIX e início do XX como uma fase representativa no processo histórico da arquitetura e do urbanismo na cidade de São Paulo, não significou, imediatamente, que desejassem preservar todo o eclético das cidades. A nosso ver, o pensamento sobre a preservação não estava mais sendo construído sob uma ótica estilística, mas acreditamos que a **representação na História** tenha firmado como o elemento fundante do pensamento sobre a preservação em São Paulo, ainda que implícitos nas discussões dos professores da USP, uma postura nova com base na “tradição do patrimônio” como apontamos anteriormente.

1.2 O CONDEPHAAT como laboratório e arena de ideias

O processo de consolidação de novos parâmetros de atribuição de sentido patrimonial à arquitetura da cidade de São Paulo também se manifesta quando focalizamos a atuação dos professores Nestor Goulart Reis Filho, Carlos Lemos e Ulpiano Bezerra de Meneses⁹¹, enquanto estiveram envolvidos no Conselho da Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT⁹². Na política de tombamentos do órgão recém-nascido, os trabalhos se iniciaram no intuito da identificação e da preservação dos vestígios mais antigos, a atenção especial com a arquitetura religiosa, com o colonial, etc. seguindo assim a “cartilha” estabelecida pelo SPHAN desde as décadas de 1930 e 1940. Segundo Marly Rodrigues⁹³

“O tratamento das edificações como patrimônio urbano não ultrapassava os limites da consideração de centros históricos como um único monumento histórico. Embora as experiências europeias – como a Lei Malraux, que estabeleceu “setores preservados”, “manchas” dentro de um bairro ou cidade com qualidades justificadoras da existência de um plano permanente de preservação e valorização, ou o Plano Regulador de Bolonha, experiência que integrou a preservação do centro histórico a

91 Na época, professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH USP, e membro do Conselho do Condephaat desde 1971.

92 Criado e regulamentado entre os anos de 1968 e 1969 (Lei nº10.247 de 22 de outubro de 1968; Decreto-lei 149 de 15 de agosto de 1969 e Decreto de 19 de dezembro de 1969).

93 RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987*. Tese de Doutorado (História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 1994.

solução de problemas urbanos e sociais, como o de moradia – fossem conhecidas entre os profissionais do patrimônio e, como elas, as vantagens decorrentes de outras formas jurídicas, como a listagem, se manteriam os procedimentos anacrônicos. Do ponto de vista dos conselheiros adeptos do culto nostálgico do passado, a concepção de cultura como erudição não compreendia a vida urbana contemporânea como expressão cultural, o que justifica seu alheamento em relação às novas posturas preservacionistas, que consideravam a aproximação entre o patrimônio e a cidade.”⁹⁴

Se a pauta era a valorização pela história, não fazia sentido tombar um edifício eclético que quase na maioria das vezes era considerado uma “cópia”. Segundo análise de Marly Rodrigues, em 1971, na ocasião de elaboração de um parecer sobre o Palácio Pio XII, os professores Benedito Lima de Toledo, Eduardo Kneese de Mello, Nestor Goulart Reis Filho e Carlos Lemos “se utilizaram de critérios estéticos tradicionais fundados na valorização da arquitetura brasileira e, por isso excludente de “estilos importados”, como o eclético que orientara a construção daquele edifício”⁹⁵, mas, a nosso ver, não se tratava de uma questão de estilo, ainda que fosse esse o discurso. Tratava-se, sim, do não reconhecimento da representação que o edifício tinha para a história da cidade, visto como uma construção “cópia”, isolada no contexto, não importasse o ilustre morador.

Já no ano seguinte, Benedito Lima de Toledo se mobilizava a favor da preservação da Villa Fortunata (1903, projeto de Augusto Fried), um dos primeiros palacetes residenciais da Avenida Paulista. Segundo Toledo, a residência era “monumento arquitetônico insubstituível”⁹⁶, mas a ortodoxia de Saia em relação ao estilo importado se manteve impressa também na atuação do CONDEPHAAT, visto a quantidade de edifícios dessa natureza que foram demolidos em São Paulo sem que o CONDEPHAAT atuasse para preservá-los⁹⁷.

Acreditamos que os professores, mesmo em meio a critérios indefinidos, ainda estavam seguindo, em várias ocasiões, a “tradição do patrimônio”, sobretudo em decorrência da influência marcante de Luís Saia (conselheiro do CONDEPHAAT)

94 Idem. p.46

95 RODRIGUES, 1994. p. 49.

96 Construção de 1903, projeto do alemão Augusto Fried. Provavelmente a postura de Toledo em defesa do imóvel se deu não só por conta das características arquitetônicas do edifício em si, mas por conta de quem ali morou e o frequentou. Ali nasceu Burle Marx e viveu o poeta René Thiollier, herdeiro que residiu no imóvel desde 1913. Thiollier promovia encontros de artistas e intelectuais ligados ao movimento moderno, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Guilherme de Almeida, por exemplo. Cf.: <http://netle-land.net/hsampa/vilafortunata/vila%20fortunata.html> e depoimento de Marcelo Thiollier em http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/cbn/boca_041206.shtml

97 RODRIGUES, 1994, p.78.

neste período, na formação de seu pensamento preservacionista e nos próprios conceitos valorativos que norteavam a História da Arquitetura. Entretanto, e paradoxalmente, os edifícios também deveriam ser avaliados a partir do seu entendimento como “documento”, de uma análise de seus aspectos construtivos, dos materiais empregados, enfim, buscando em sua materialidade o seu real caráter testemunhal da arquitetura brasileira. Forjava-se, assim, as bases para uma valorização que escapava aos consagrados bens do período colonial.

Segundo Rodrigues, esse posicionamento ambíguo entrava em conflito com a valorização de “testemunhos da tradição nobiliárquica ou pela relação com a vida dos grandes heróis do passado” preconizada pela primeira geração de conselheiros do CONDEPHAAT, que apoiavam tombamentos embasados na “valorização do bandeirismo e dos primeiros anos da ocupação do litoral brasileiro, que representavam momentos básicos da memória histórica regional e nacional”. Ampliando essa perspectiva da preservação da memória histórica, os docentes da FAUUSP foram adotando como baliza os “ciclos econômicos”, estendendo, no universo de estudos e de tombamentos o interesse conceitual e preservacionista aos exemplares do **ciclo do café e do industrial**.

Essa nova perspectiva histórica, mais abrangente, demorou a se consolidar no CONDEPHAAT, que esteve ao longo das décadas de 1960 e 1970 muito mais atrelada à “cartilha” do IPHAN e às posturas de Saia, que não via “sentido histórico” em um edifício projetado por um estrangeiro, vinculando sempre o “patrimônio histórico” à “história da arquitetura tradicional”. Segundo Carlos Lemos, a postura do órgão federal servia de “guia” aos conselheiros e isso provocou “equívocos dos quais resultaram posições incongruentes diante de casos da mesma natureza”⁹⁸, o que nos demonstra que pairavam mais contradições e dissensos do que uma homogeneidade de conceitos.

Lemos nos esclarece ainda, que quando foi trabalhar no CONDEPHAAT “não sabia nada de restauração, de preservação, de teorização” que era “virgem de qualquer coisa que fosse teorização a respeito”⁹⁹ e confessa que dava despachos sem critérios definidos. Lemos esteve muito ligado ao pensamento de Luís Saia, uma relação que se estabeleceu desde seu tempo de estudante no Mackenzie, quando o consultava a respeito da arquitetura colonial, tendo em vista sua insatisfação com os limites do curso, em que só havia contato com “coisas barrocas,

98 Entrevista concedida à Marly Rodrigues em 15.10.1991 (RODRIGUES, 1994, p.70).

99 Entrevista concedida a autora em 16.03.2012

Aleijadinho, Bahia”¹⁰⁰. Quando esteve no CONDEPHAAT, Lemos se aliou ao seu mestre, nos disse que se afinavam no pensamento, no humor e que durante os debates no órgão, dois pontos de vista se afirmavam, “por um lado, os tradicionalistas saudosistas e do outro os esquerdistas, do contra”, posição em que ele se põe, junto a Saia. Segundo Rodrigues, Carlos Lemos era o responsável pela “coleta de dados técnicos para os tombamentos em estudo” e assim, se tornou responsável pela Comissão Técnica de Estudos e Tombamentos do CONDEPHAAT, aonde também estavam Nestor Goulart Reis Filho e Eurípedes Simões de Paula¹⁰¹.

Em relação a reflexão teórica mais abrangente dentro do órgão, devemos lembrar que os arquitetos tinham desde 1971 na figura do arqueólogo, museólogo e professor do Departamento de História da FFLCH/USP Ulpiano Bezerra de Meneses um outro aporte conceitual decisivo. Ele certamente contribuiu em discussões mais interdisciplinares e na revisão das perspectivas relativas a cultura material, o que influenciou a formação dos técnicos ao longo dos 15 anos que esteve como conselheiro do órgão. Meneses se tornou o principal porta-voz de um conceito de patrimônio mais abrangente, resumidamente, sua concepção aponta o patrimônio como sendo um “sistema de objetos, socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações de um ambiente urbano”¹⁰²o conceito de patrimônio ambiental urbano construído a partir de 1975.

Dos trabalhos que estavam em pauta no órgão nesses primeiros anos, além dos edifícios isolados, os técnicos estavam tratando de processos de tombamento relativos a “**núcleos urbanos**”, consta que até 1971¹⁰³ estavam em pauta de preservação as cidades de São Sebastião, Cananéia, Iguape, São Luís do Paraitinga, Bananal, Embu, Itapecerica da Serra, Santana de Parnaíba e Iporanga. E a partir de 1972, foram alvos de inventário respectivamente: Itu, região de Campinas e a região do Vale do Paraíba¹⁰⁴.

Quanto a uma definição de patrimônio mais abrangente assumida pelo órgão, Marly Rodrigues identificou no “Relatório de Atividades” do ano de 1974, apresentado em março de **1975**, a definição de que “o patrimônio cultural engloba, em síntese, os **'artefatos' da sociedade**, compreendidos no sentido lato, ou

100Idem.

101Idem, p.37

102Palestra realizada na FAUUSP em 17 de agosto de 1976, publicada em: MENESSES, Ulpiano T. Bezerra de. Patrimônio Ambiental Urbano: Do lugar comum ao lugar de todos. *C.J. ARQUITETURA*, Rio de Janeiro: FC Editora, Ano 5, n. 19, 1978,p.45 e 46.

103Relatório de Lúcia Falkenberg, então presidente do CONDEPHAAT apresentado em 1971 In: MEC/ IPHAN. *Anais do II Encontro...*, p.124.

104RODRIGUES, Marly. 1994, p. 44

antropológico da expressão”, aonde se incluíam os “valores trazidos pelos imigrantes surgidos no final do século XIX, ou daqueles importados pela classe dominante, desde os primitivos tempos coloniais”. Tal conceito, Rodrigues entendeu ter “matriz” no que foi passado por **Hugues de Varine-Bohan** em suas aulas no “Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos” realizado em 1974 e sobre o qual discorreremos mais adiante, ideias que teriam impactado na concepção de um novo conceito de patrimônio cultural assumido no CONDEPHAAT a partir de 1975¹⁰⁵.

Devemos ainda recordar que, antenados com as posturas do IPHAN frente ao que se definia por “história da arquitetura brasileira”, assim como da eleição de seus exemplares para preservação, os arquitetos ligados à História e ao Patrimônio em São Paulo se depararam com uma fase do órgão federal em que percebemos não exatamente uma “transição”, mas um período frágil no que diz respeito ao acatamento das determinações de critérios de valor que arbitram as escolhas durante a chamada “fase heroica” do SPHAN/IPHAN. Entendemos a **gestão de Renato Soeiro** como o momento de abertura para novas referências patrimoniais na esfera federal e de formação de novas pautas para o tema do patrimônio. Como nos aponta Maria Cecília Londres Fonseca¹⁰⁶, na década de 1970 não existiam mais consensos absolutos visto que passaram a se manifestar contradições no posicionamento dos técnicos e conselheiros do IPHAN no que tange aos critérios de valor, principalmente no que diz respeito ao peso que cada um deles teria, na medida que se mantinham segmentados em “arquitetônico”, “histórico” ou “artístico”, ao nosso ver, verdadeiras barreiras na fruição do pensamento sobre os significados e valores culturais.

Exemplo simbólico dessa situação, indicado por Fonseca, foi o embate de Lígia Costa e Paulo Santos, na avaliação do processo de tombamento do conjunto da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, em que foram solicitados, pelo IAB e Clube de Engenharia, o tombamento do “conjunto” de 9 significativos edifícios ecléticos¹⁰⁷ por terem valor enquanto testemunhos da história da urbanização do início do século XX.

Paulo Santos toma o partido dos solicitantes e refuta os argumentos formais

¹⁰⁵Idem, p.79

¹⁰⁶FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p.190

¹⁰⁷São eles: Palácio Monroe, Dérbi Clube, Jockey Clube, Palácio Pedro Ernesto, Clube Naval, Tribunal de Justiça, Biblioteca Nacional, Escola de Belas Artes, Teatro Municipal.. Os quatro primeiros não lograram tombamento federal, sendo que os três primeiros foram demolidos.

de Lígia Costa, já chefe da Seção de Estudos e Tombamento e sucessora de Lúcio Costa, defendendo a preservação do conjunto enquanto testemunho, valor histórico:

“Mas o enfoque, igualmente moderno, para a apreciação de obras do passado é diferente, repudiando sejam elas julgadas pela consciência estética dos nossos dias e sim a partir do pressuposto de que cada período da História da arte tem direito a ter seu próprio estilo e deva ser apreciado, em todos os seus aspectos, em função da cultura de que se nutre e das ideias estéticas por que se expressa”¹⁰⁸.

Em apoio à posição negativa de Lígia Costa, Lúcio Costa se pronunciou, fazendo a distinção da casa *art nouveau* de Virzi, que considerava digna de tombamento federal, frente ao conjunto eclético da Avenida Rio Branco, distinguindo-a como legítima representante de uma

“linha de evolução – ou revolução - arquitetônica verdadeira, ao passo, que as imponentes construções a que o relator alude são produtos marginais a essa linha evolutiva autêntica, e manifestações da falsa arquitetura pejorativamente tachada, pela crítica internacional autorizada, como “beaux-arts””¹⁰⁹

Essa argumentação, que acabou vencendo a disputa, mostrava-se, entretanto, já frágil e contestável frente a importância histórica notória do conjunto. O que verificamos a partir da década de 1970, no caso da atuação dos preservacionistas em São Paulo, é justamente a mudança de postura, no caminho da concepção de um conceito de patrimônio “histórico” que se afirma a partir de novas bases gestadas tanto na Universidade, especialmente na FAUUSP, nas práticas do CONDEPHAAT e, ainda, na especialização profissional no campo da preservação que começava a configurar uma nova geração de profissionais especialistas.

108 Paulo Santos, p.14 do Proc.860-T-72 apud Fonseca, 2009, p.191.

109 Apud Fonseca, 2009, p.192, grifo nosso.

1.3 A especialização para preservação: um caminho paralelo

No que tange a formação dos arquitetos para a preservação do patrimônio, identificamos o primeiro curso de especialização em restauração e conservação de obras de arte que temos notícia realizado em 1964 na FAUUSP. O **Curso de Especialização em Restauro e Conservação de Obras de Arte**¹¹⁰, segundo apontou Augusto Carlos da Silva Telles, “apesar de falhas devido à inexperiência de seus coordenadores, foi ele de grande proveito”¹¹¹. Segundo nos declarou Júlio Katinsky, aluno do curso¹¹², atuaram como docentes: Renato Soeiro, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Augusto Carlos da Silva Telles, Fernando Leal, Joaquim de Almeida, Jair Inácio¹¹³, Edson Motta, Flávio Motta e Sérgio Buarque de Holanda. E como alunos, sabemos que frequentaram¹¹⁴: Carlos Lemos, Benedito Lima de Toledo, Dacio Araujo Benedicto Ottoni, João Walter Toscano, Odiléia Setti, Gustavo Neves da Rocha Filho, além de Júlio Katinsky.

Desse curso, Katinsky destacou primeiramente a contribuição do “rigor alemão” de Sérgio Buarque de Holanda¹¹⁵ nas aulas que ministrou sobre metodologia de pesquisa, de quem apreendeu não só a importância do trabalho de história no enfrentamento de um projeto de restauro, mas que é o historiador que deve fazê-lo.

Recordou ainda do contato que tiveram com o primeiro projeto de restauração de Lina Bo Bardi (próxima a Flávio Motta), realizado no antigo Solar do Unhão (Salvador, Bahia) para transformá-lo em Museu de Arte Popular, mais tarde no Museu de Arte Moderna da Bahia. Realizado entre 1959 e 1963, esse projeto teve destaque nacional na época por conta de Lina ter se apropriado dos galpões da

110Título segundo consta no currículo de Dacio Araujo Benedicto Ottoni, diferentemente do que consta em uma ficha que encontramos nos documentos do Departamento de História da FAUUSP, denominado “Restauro, Preservação de Obras de Arte”. Segundo o currículo de Ottoni, o curso teve duração de 60 horas.

111TELLES, Augusto Carlos da Silva. Formação de arquitetos para a preservação dos bens culturais. *CJ Arquitetura*, São Paulo, n.17, 1977, p. 23.

112Entrevista a autora, em 2011.

113Junto a Edson Motta desde 1949, Jair Inácio, o reconhecido “mestre da restauração” de Ouro Preto, passou a ministrar aulas na Fundação de Artes de Ouro Preto – FAOP na década de 1970, formando os principais restauradores que estiveram a serviço do IPHAN para o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH).

114Segundo informações de “currículo” apontadas em documentos do Departamento de História e Estética da Arquitetura da FAUUSP.

115Sérgio Buarque de Holanda, ao lado de Gilberto Freyre, faz parte de praticamente todas as referências bibliográficas de Carlos Lemos, Benedito Lima de Toledo e Nestor Goulart Reis Filho.

fábrica de rapé, um acréscimo do século XIX ao conjunto colonial do século XVIII, considerando assim a **preservação de todos os períodos** de intervenção na história daquele conjunto. Tal posição ainda era considerada descabida pelos restauradores do IPHAN¹¹⁶.

Uma década depois desse primeiro curso, realizou-se nas dependências da FAU em **1974**, o **“Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos”**, fruto de uma parceria entre IPHAN, CONDEPHAAT e FAUUSP. O Curso de 74, como o chamaremos, para nós foi um marco na trajetória da preservação no Brasil por uma série de motivos que tentaremos esclarecer aqui, reunindo entre docentes e alunos figuras expoentes do nosso cenário preservacionista, técnicos e acadêmicos que deixaram sua marca no percurso da preservação do patrimônio no Brasil (ver lista dos alunos, programa e lista dos docentes nos Anexos A, B e C). Segundo Gustavo Neves Rocha Filho, esse Curso,

“deu novas perspectivas aos arquitetos já familiarizados com a defesa do patrimônio cultural e abriu caminho para alguns jovens arquitetos de preservar não pelo passado, mas para o presente e o futuro”¹¹⁷

Antonio Luiz Dias de Andrade disse a respeito do Curso de 74 que:

“Até então o que se discutia eram os problemas cotidianos, as ideias que o Saia tinha, enfim, tudo aquilo me aparecia de maneira acabada, não me parecia terem grandes questões, porque importava desenvolver os trabalhos que até então tinham sido possíveis. Os problemas estavam mais ou menos resolvidos. Nesse curso eu percebi que não estavam resolvidos coisa nenhuma.”¹¹⁸

O Curso de 74 foi lembrado, por alguns deles, realmente como uma baliza no que se refere às mudanças conceituais, dando destaque especial às aulas do francês **Hugues de Varine-Bohan**. Segundo Ulpiano Bezerra de Meneses, foi nas aulas de Varine-Bohan que foram discutidos pela primeira vez “conceitualmente, temas conceituais”¹¹⁹. Quando indagado sobre as mudanças de conceito que foram

116Sobre Lina Bo Bardi, ver FERRAZ, Marcelo (org.) Lina Bo Bardi. São Paulo: Instituto Lina Bo Bardi e Pietro M Bardi, 1993; e AZEVEDO, Mirandulina M. M. A experiência de Lina no Brasil. São Paulo, FAU-USP, 1995.

117ROCHA FILHO, Gustavo Neves. *Centro Cultural: restauro e revitalização da casa-sede do Sítio da Ressaca - diretrizes de preservação visual do monumento*. São Paulo: EMURB, 1977. p.7.

118Entrevista concedida a Marly Rodrigues, em 29.9.1991 (RODRIGUES, 1994, p.74).

119Entrevista concedida à Marly Rodrigues, em 13.12.1991 (RODRIGUES, 1994, p.73)

identificadas em nível federal na literatura como iniciadas no final dos anos 70 (como fruto da gestão de Aloísio Magalhães), Meneses esclarece :

“– Não, a coisa começou antes, no Condephaat. Eu consegui me entender com o Nestor Goulart Reis Filho, que era historiador da arquitetura e foi o primeiro diretor arquiteto da FAU, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, e nós organizamos o primeiro curso de especialização em conservação e restauração de patrimônio urbanístico. Eu era também muito amigo do Luís Saia, que é um dos heróis fundadores do IPHAN, do tempo inclusive do Rodrigo Melo Franco. O Saia estava fora da universidade, mas foi incorporado ao curso, assim como gente muito boa de fora, entre eles o Hugues de Varine-Bohan. Arquitetos de todos os pontos do país, um grupo de umas trinta pessoas, vieram fazer o curso. **A maioria já trabalhava no patrimônio e, pela primeira vez, ouviu falar de certas coisas, porque eles estavam engaiolados naquele universo de pedra e cal. O Varine, naquela época, era o secretário do ICOM - International Council of Museums. Ele falou de cultura de uma forma que abriu portas, janelas e claraboias para esse pessoal todo**”.¹²⁰

Para Carlos Lemos, o curso também teve grande peso, reafirmando para nós que “realmente o curso de 74 foi um divisor de águas”¹²¹ em seu pensamento e atuação e citou, por diversas vezes, o impacto das aulas de Hugues Varine-Bohan sobre sua mudança de conceito de patrimônio por eles praticado. No seu livro de divulgação denominado *O que é patrimônio histórico*, publicado na célebre coleção Primeiros Passos, Lemos utiliza-se da definição de Varine-Bohan para conceber a sua própria; diz que Varine-Bohan foi quem fez “encarar a problemática do Patrimônio Cultural de modo bastante abrangente”¹²² e voltou a citá-lo em sua autobiografia, *Viagem pela carne*, e ainda mais recentemente, na publicação dos *70 anos do patrimônio em São Paulo*, voltou a declarar que foi “o mestre francês que, antes de tudo, abriu as cabeças de seus discípulos, até então entorpecidos ou mal guiados”¹²³. Lemos afirmou ainda, que antes das aulas de Hugues de Varine-Bohan, seu conhecimento “era mais intuitivo” e que tinha como referência, até então,

120Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses - Concedida a Luciana Quillet Heymann e Aline Lopes de Lacerda em 31 de março de 2011. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 48, julho-dezembro de 2011 p. 427, grifo nosso. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/eh/v24n48/09.pdf>

121Entrevista a autora, em 16.03.2012.

122Lemos, Carlos A. C.. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.10.

123MORI, Vitor Hugo. *70 anos do patrimônio em São Paulo*. In: LEMOS, Carlos A. C. et al. *IPHAN, patrimônio: 70 anos em São Paulo*. São Paulo: 9.SR IPHAN, 2008 p.65.

somente os textos da *Revista do Patrimônio* e algumas leituras dispersas; disse que aprendeu “mesmo alguma coisa” e que passou “a olhar com outros olhos” a partir das aulas de Varine-Bohan¹²⁴ Em sua autobiografia reafirma o destaque da importância dele em sua formação:

“a oportunidade de ser esclarecido definitivamente sobre uma série de dúvidas e de aprender sobre as relações necessárias que existem entre os bens culturais e seus ambientes de criação. Pela primeira vez, alguém me ensinou coisas sobre ecologia e, acima de tudo, sobre ecossistemas. As aulas do professor Hugues de Varine-Bohan marcaram-me para sempre.”¹²⁵

A história da realização do Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos começa entre os anos de 1970 e 1971, período em que o DPHAN¹²⁶ promoveu os dois celebrados encontros entre governantes e representantes de instituições culturais de seus estados, o primeiro realizado em Brasília e o segundo em Salvador¹²⁷ Em resumo, o objetivo principal desses encontros foi a afirmação do processo de descentralização da preservação no país, tendo em vista a necessidade de uma quantidade maior de profissionais envolvidos com a preservação em cada região e nos estados. No anexo do Compromisso de Brasília, Lúcio Costa colocou a preocupação do órgão federal em não ter braços suficientes para abarcar todo o patrimônio, a falta de técnicos qualificados e da produção documental e estudos sistemáticos necessários¹²⁸. O problema da “falta de pessoal técnico de nível superior, especializado em restauração”¹²⁹ agrava-se com os recém-criados órgãos estaduais e municipais, posição reiterada no documento de apresentação do Curso de 74:

“Não contamos, em todo território nacional, com cursos de formação de técnicos em conservação e restauração de monumentos artísticos e

124Entrevista concedida à Marly Rodrigues, em 15.10.1991 (RODRIGUES, 1994, p.75).

125LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. *Viagem pela carne*. São Paulo: EDUSP, 2005. p.234.

126Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

1271º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da área Cultural, Prefeitos de Municípios interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais – de Abril de 1970 e 2º Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil – de Outubro de 1971.

1281º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da área Cultural, Prefeitos de Municípios interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais – de Abril de 1970

129Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos. São Paulo: FAUUSP/IPHAN, 1974, p.3.

conjuntos arquitetônicos históricos. Nossos monumentos tombados acham-se em grande parte desvinculados da sociedade, sem que se estabeleçam os indispensáveis elos de ligação do passado ao presente, que são a essência da filosofia da proteção do patrimônio cultural”¹³⁰

O governo do estado de São Paulo, na ocasião representado por seu órgão já instituído, o CONDEPHAAT, e sua representante Lúcia Falkenberg, anunciou no Encontro a contribuição dos paulistas para a realização do “primeiro curso de especialização para arquitetos”, que se daria através de um convênio estabelecido entre o Ministério de Educação e Cultura e a Universidade de São Paulo¹³¹. Segundo carta de Renato Soeiro enviada ao Ministro da Educação e Cultura datada de 21 de julho de 1971¹³², com a efetivação do curso, tratava-se de “preencher lacuna muito sensível na área da preservação do nosso patrimônio cultural”. O convênio nessa ocasião já estava assinado, ou seja, antes mesmo do “II Encontro dos Governadores”, que aconteceu em outubro daquele ano em Salvador. Conforme o documento, estabeleceu-se que:

“Artigo 1º – Pelo presente CONVÊNIO, o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado de São Paulo obrigam-se a tomar as medidas necessárias para a realização de um curso de especialização sobre arquitetura tradicional brasileira e assuntos correlatos, para arquitetos no Departamento de História de Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com a colaboração da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”¹³³

Dentre as definições do documento, temos que o Governo do Estado de São Paulo representado pelo CONDEPHAAT, ficou com a responsabilidade do custeio de todo o curso e que a verba seria repassada à diretoria da FAUUSP. Consta na carta de Soeiro que também contavam com apoio financeiro da Universidade de São Paulo. Outro ponto definido neste documento foi a relação de vagas que deveriam ser disponibilizadas para cada órgão envolvido. Assim, ficou estabelecido que 15

¹³⁰Idem, sem assinatura, p. 3.

¹³¹MEC/ IPHAN. *Anais do II Encontro de Governadores* para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil, realizado em Salvador, Bahia, de 25 a 29 de outubro de 1971. Rio de Janeiro: IPHAN, 1973 p.122.

¹³²Junto à carta está em anexo cópia do Convênio assinado por todas as partes. Documento arquivado na Superintendência do IPHAN em São Paulo.

¹³³Cópia do convênio assinado por todas as partes. Documento arquivado na Superintendência do IPHAN em São Paulo pasta 07- 02102.

vagas deveriam ser provenientes de indicações do IPHAN, buscando a representação das regiões do país, 10 vagas ficariam a cargo de indicações do CONDEPHAAT e 5 vagas seriam disponibilizadas aos arquitetos provenientes da FAUUSP.

Conforme documento de **1972** - “Orientação Geral para o Curso de Restauro e Conservação de Obras e Locais Históricos”¹³⁴ - constata-se a intenção de realização do curso já naquele ano, temos ainda, de que a sua elaboração estava a cargo principalmente de Luís Saia pelo IPHAN e Nestor Goulart Reis Filho pela FAU, signatários do documento. No entanto, Reis Filho nos esclarece que Saia “assumiu a liderança e coordenou tudo”¹³⁵. Sabemos também que Ulpiano Bezerra de Meneses contribuiu na organização, pois foi ele quem estabeleceu contato com Hugues de Varine-Bohan para sua vinda ao Brasil¹³⁶. Quanto às ambições de projeção do curso e sua importância naquele cenário, Saia e Reis Filho declaravam que:

“Contando com o apoio de instituições de tão alto nível, o curso deverá alcançar, certamente, uma grande repercussão, inclusive porque se trata de uma iniciativa pioneira no continente e sua organização vem sendo orientada se modo a lhe conferir gabarito internacional”¹³⁷

Conforme a exposição desse primeiro escopo, já percebemos que as intenções não residiam somente em capacitar os arquitetos quanto às práticas e as técnicas de restauro que estavam sendo utilizadas pelo IPHAN, mas que também desejavam a realização de algo muito maior, a ser ministrado com o patamar de um curso de pós-graduação, com previsão de duração inicial de oito meses, incluindo estágios e “viagens didáticas”.

Nessa primeira explanação geral do curso, vimos que já é dado grande peso ao tema da “**experiência estrangeira**”, prevendo-se com isso, a vinda de representantes de países selecionados que tivessem “proximidade com a cultura brasileira”, países que estivessem em destaque por conta de suas políticas, que estivessem engajados em “uma intensa atividade no campo da proteção ao patrimônio histórico e artístico: Itália, Portugal, França, Espanha e México”¹³⁸.

134Datado de 3 de abril de 1972. Documento arquivado na Superintendência do IPHAN em São Paulo— pasta 07- 02102.

135Em entrevista a autora em 25.06.2012

136Cf correspondência trocada entre os dois. Documento arquivado na Superintendência do IPHAN em São Paulo— pasta 07- 02102.

137SAIA, Luis; REIS FILHO, Nestor Goulart. *Orientação Geral para o Curso de Restauro e Conservação de Obras e Locais Históricos*. São Paulo: FAU-USP, 1972 p.1.

138Idem p.3, grifo nosso.

Oficializado em dezembro de 1972¹³⁹, o “Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos” teve suas inscrições abertas a partir de 18 de março de 1973, iniciou em 12 de agosto de 1974 e terminou em 20 de dezembro de 1974¹⁴⁰. Teve carga horária de 356 horas em aulas e mais 80 horas em estágios.

O curso foi organizado em 5 blocos, apresentados nessa sequência: I. Teoria da Conservação, II. Técnicas de Restauração, III. Técnicas Auxiliares de Restauração e IV. Projetos de Restauração. As matérias que compuseram cada bloco foram classificadas em: Global (G), Teórica (T), Intermediária (I) ou Produção (P). Em anexo apresentamos a lista completa das matérias, os respectivos docentes e a lista de alunos que frequentaram o curso (ANEXOS A,B e C).

Focaremos nossa análise do Curso de 74 nos temas que dizem respeito à teoria e ao contato com a experiência estrangeira, daquilo que compreendemos como uma novidade ou tendência na abordagem dos assuntos relativos a conceitos, à critérios de preservação, dos parâmetros teóricos metodológicos possivelmente absorvidos.

O primeiro tema no Curso que nos chama atenção, e que nos traz informações principalmente sobre escala e método, é o desenvolvido na matéria **“Documentação e Análise de Conjuntos Urbanos”**¹⁴¹, ministrado por Nestor Goulart Reis Filho, Gilberto Ferrez e Viana de Lima. O tema é apontado como recorrente ao longo do curso, “quase como uma especialização; considerando-se que no decorrer do curso serão ministradas noções gerais sobre a matéria”¹⁴² Ao analisar os pontos abordados nessas aulas, percebe-se o enfoque dado às técnicas de registro, ao levantamento e a documentação, à valorização dos documentos iconográficos e fontes primárias. O foco da disciplina é o da formação dos alunos tanto para a pesquisa histórica e iconográfica em arquivos, como para o levantamento nos conjuntos urbanos e a “interpretação iconográfica das vilas e cidades do Brasil” e de acordo com o programa, foi definido:

139Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 20 de dezembro de 1972. e publicado o respectivo Convênio em 10 de maio de 1973. Documento arquivado na Superintendência do IPHAN em São Paulo— pasta 07- 02102.

140Realizado no período da tarde (14h às 18h) nas dependências da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, situada a Rua Maranhão, n.88. Conforme documento arquivado na Superintendência do IPHAN em São Paulo— pasta 07- 02102.

141III - Técnicas Auxiliares de Restauração (25hs): T.4.A – Documentação e Análise de Conjuntos Urbanos (15hs) - Nestor Goulart Reis Filho, Gilberto Ferrez e Viana de Lima e T.2.B – Técnicas de Pesquisa e Documentação (10hs) - Paulo Gasparini. Documento arquivado na Superintendência do IPHAN em São Paulo— pasta 07- 02102.

142Programa encontrado no arquivo da 9superintendencia do IPHAN

“os alunos receberão informações sobre técnicas de pesquisa, interpretação da iconografia das vilas e cidades do Brasil e conhecimentos gerais sobre Evolução Urbana aplicáveis ao estudo e elaboração de trabalhos de restauro e conservação de conjuntos urbanos”

Para a construção de uma **história da “evolução urbana”**, Nestor Goulart Reis Filho deve ter sido a grande referência, pois que esse era um dos conceitos centrais de sua tese apresentada para o concurso de livre-docência *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500 - 1720)*¹⁴³, além do célebre *Quadro da Arquitetura no Brasil*¹⁴⁴, estudos que se tornaram importantes referências na historiografia da arquitetura e do urbanismo brasileiros.

Verificamos ter sido encorajada no curso justamente as suas posturas, um tipo de abordagem da pesquisa que enfrenta a **iconografia como documento**. E é na contribuição de Gilberto Ferrez (1908-2000), um dos maiores colecionadores de arte brasileira e de fotografia oitocentista e do início do século XX¹⁴⁵, que constatamos a aplicação prática dessa linha de abordagem durante o curso, pela utilização da iconografia como suporte de uma análise histórica-sócio-cultural do quadro geral e da **fotografia como instrumento de registro e análise**. Segundo Lenzi, Gilberto Ferrez, “teve um papel fundamental no reconhecimento da fotografia como documento passível de preservação”¹⁴⁶.

Outro docente que percebemos como destaque na matéria foi Alfredo Evangelista Viana de Lima (1913-1991) que, além de ministrar na disciplina “Documentação e Análise de Conjuntos Urbanos”, também contribuiu nas outras duas: “Processo de Restauração e Seminário da Experiência Nacional – II” e “Projetos de Restauração III – Conjuntos Urbanos”, o que nos indica seu reconhecimento nesse âmbito, assim como seu envolvimento destacado no curso. Com três disciplinas a ministrar, além dele, somente o fizeram Luís Saia e Renato Soeiro.

O arquiteto português mantinha contato com os modernistas do IPHAN desde 1965¹⁴⁷, e a eles atribuía o despertar de seu interesse pelo patrimônio cultural. Segundo Silva Telles¹⁴⁸, o passaporte de entrada de Viana de Lima na área da

143 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Pioneira – EDUSP, 1968.

144 REIS FILHO, Nestor G. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

145 Cf. LENZI, 2010.

146 LENZI, Maria Isabel Ribeiro. A missão do intelectual-colecionador Gilberto Ferrez. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio Memória e Patrimônio. UNIRIO, Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010.

147 Ocasão de sua vinda ao Brasil para uma explanação histórica sobre a “arquitetura e arte portuguesa”.

148 TELLES, Augusto da Silva. “Viana de Lima e o Brasil” in SECCA, Amândio e ALMEIDA, Pedro Vieira de (Org.) *Viana de Lima. Arquitecto 1913-1991*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Árvore - Centro de Ac-

preservação do patrimônio no Brasil foi o trabalho sobre núcleos urbanos e a preservação do patrimônio realizado em Bragança¹⁴⁹. Em 1968, na condição de consultor da UNESCO, é convidado por Renato Soeiro para elaboração de um estudo de preservação sobre a cidade de Ouro Preto no quadro de um programa para valorização turística dos monumentos históricos, e a partir dessa investida, foi consultor de trabalhos realizados em outras cidades¹⁵⁰.

Em relação ao conteúdo relativo aos conceitos, foram designados para o desenvolvimento dos temas da “Teoria da Conservação”, os docentes: Renato Soeiro, Rafael C. Rocha, Ulpiano B. Meneses e Hugues de Varine-Bohan. No entanto, Benedito Lima de Toledo recordou que foram nas aulas de Augusto Carlos da Silva Telles¹⁵¹ (nas disciplinas de “Processo de Restauração” e “Seminário da Experiência Nacional – II”) que, segundo Benedito Lima de Toledo,

“pela primeira vez as recomendações da **Carta de Veneza** de 1964 eram apresentadas a um número expressivo de pessoas e pacientemente explicadas artigo por artigo, dez anos depois da sua redação (...) O desprezado século XIX, esquecido pelo Movimento Moderno que teve em Lúcio Costa um dos seus próceres, começava a entrar na História”¹⁵²

A Carta de Veneza, portanto já era conhecida e reconhecida pelos docentes, pois figura neste curso como uma referência bibliográfica básica, apontada não só no bloco dos conteúdos teóricos, como no das técnicas. Na concepção de um conceito mais abrangente que vemos preconizado na Carta de Veneza, resumidamente lembremos, temos a questão da ampliação da visão perspectiva -

tividades Artísticas, CRL, 1996.

149“Plano Parcial de Urbanização compreendido entre o lugar das Beatas e o Governo Civil” Idem

150Para essa missão, Viana de Lima esteve por três vezes no Brasil entre os anos de 1968 e 1970. Em 1972, elabora relatórios para as cidades de São Luís e Alcântara (MA) (5) Neste mesmo ano de 1974, participa do 1º Seminário de Estudos sobre o Nordeste Brasileiro, realizado na Universidade Federal da Bahia MATOS, M.C.; RAMOS, T.B. *Campos opostos: trabalhos e viagens de Viana de Lima no Brasil*. 2 Seminário DO-COMOMO N-NE. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 04 a 07 de junho de 2008 p.4

151Substituiria Lúcio Costa na área técnica e posteriormente seria Secretário da SPHAN e Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória. Ministrou no curso a aula I.3.A - Processo de Restauração e Seminário da Experiência Nacional – II (25hs)

152MORI, Vitor Hugo. *70 anos do patrimônio em São Paulo*. In: LEMOS, Carlos A. C. et al. *IPHAN, patrimônio: 70 anos em São Paulo*. São Paulo: 9.SR IPHAN, 2008. p. 32. A Carta de Veneza foi amplamente difundida na época e desde então e até hoje utilizada como base conceitual pelos organismos internacionais, e tudo que veio depois dela, complementando-a (KÜHL, 2010). *Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios - IIº Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos*. Veneza, maio de 1964. ICOMOS-Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios. In: IPHAN (Brasil). *Cartas patrimoniais*. Brasília: IPHAN 1995. p.109. (Caderno de Documentos nº3).

um salto do monumento isolado ao “**sítio urbano**” - além disso, uma mudança de base conceitual – de que o “monumento histórico” passa a ser aquilo que dá “**testemunho**” e que com o tempo adquire “significação cultural”, passando assim a ser visto como documento histórico e, incluindo-se nesta orientação, as “**obras modestas**”. Ao nosso entender, o “monumento” podia então ser uma “obra modesta”, pois o seu valor enquanto documento histórico sobressaía à questão estética e, dessa maneira, a preservação do seu entorno deveria ser considerada, pois que necessariamente fazia parte do conjunto testemunhal. Sabemos ainda, que a partir do que foi indicado nessa Carta, as outras que se seguiram apareceram no intuito de complementá-la¹⁵³, e assim, em 1968 temos na Recomendação de Paris¹⁵⁴ a definição de “bens culturais” e a consideração dos “**conjuntos tradicionais, os bairros históricos** das zonas urbanas e rurais”.

Percebemos que os docentes brasileiros já haviam tido contato com esses conceitos, prova disso é o que vemos apontado nas recomendações do 2º Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil (Salvador, outubro de 1971). Das recomendações apontadas, temos a introdução do “conceito de ambiência”, da necessidade de “criação de legislação complementar no sentido de proteção mais eficiente dos **conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e suas ambiências**”¹⁵⁵

Nesse sentido, do reconhecimento e da preservação de conjuntos e de bairros, os docentes já haviam tido também contato com a experiência francesa realizada a partir da **Lei Malraux**¹⁵⁶ em Paris. A nova legislação francesa caracterizou-se para os paulistas como um avanço no que tange do tratamento do **patrimônio urbano** com vistas a sua *valorização*, tendo como enfoque a preservação e a reabilitação de “setores”, com o objetivo da “conservação de um aspecto geral existente”; para isso, elaboraram planos específicos em cada bairro antigo considerado degradado, onde atuaram individualmente em cada edifício,

153KÜHL, Beatriz M. *Notas sobre a Carta de Veneza. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo. v.18. n.2, p.287-320, jul.- dez. 2010.

154Recomendação Sobre a Conservação dos Bens Culturais Ameaçados pela Execução de Obras Públicas ou Privadas- Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, Paris, 1968. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cartas patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995. 344p. (Caderno de Documentos nº 3)

155MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL) – MEC/ IPHAN. *Anais do II Encontro de Governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil*, realizado em Salvador, Bahia, de 25 a 29 de outubro de 1971. Rio de Janeiro: IPHAN, 1973.

156Lei de 04 de agosto de 1962, chamada Lei Malraux por conta de seu criador André Malraux.

tratando do todo a partir de suas partes¹⁵⁷. E para a explanação do contexto francês¹⁵⁸ e das posições da UNESCO, foi chamado ao Curso o francês Charles Henri Michel Parent¹⁵⁹ que foi docente nas matérias “Experiência Estrangeira – II e III”

Michel Parent já havia estabelecido ligação estreita com o DPHAN desde sua vinda ao Brasil nos anos de 1966 e 1967, período de afirmação da relação de cooperação entre a UNESCO e o DPHAN, no quadro das “Missões da UNESCO no Brasil”¹⁶⁰, ocasião em que vieram diversos consultores estrangeiros com o fim de auxiliar o órgão federal na implantação de uma política de **“valorização do turismo no âmbito da preservação”**¹⁶¹ em diversas cidades. O “turismo” não era necessariamente o alvo das políticas do DPHAN, mas, como nos aponta Leal, “a questão do turismo parecia então constar como uma porta de acesso ao Organismo e a seus programas de assistência”¹⁶². Parent viajou por todo país (35 cidades) e elaborou um extenso relatório de suas impressões em cada localidade, assim como apontou diretrizes de organização (da descentralização) e ação do DPHAN para as mais diversas situações¹⁶³, principalmente no que se referia a necessidade de realização do que ele chamou de “operações de renovação urbana de caráter social e cultural”¹⁶⁴, Segundo análise de Cláudia Leal,

“Parent apresentou sua defesa do turismo a partir de linhas de ação bem definidas e detalhadas, com ênfase nos conjuntos urbanos e sua infraestrutura, baseadas na relação entre planos de preservação e expansão e que priorizavam “o estabelecimento de um inventário exaustivo”, “a adoção de medidas administrativas consequentes de proteção”; e “a dotação dos meios financeiros necessários para a manutenção, restauração e animação desse patrimônio”¹⁶⁵

157Ver exposição da lei e análise do programa por Jean-Bernard Perrin In: SPHAN-PRO-MEMORIA. *Restauração e revitalização de núcleos históricos*- análise face à experiência francesa. Brasília: MEC/ SPHAN, 1980.

158 Em 1978 foi tema de um seminário exclusivo para apresentação por Perrin e debate entre os participantes. SPHAN-PRO-MEMORIA. *Restauração e revitalização de núcleos históricos*- análise face à experiência francesa. Brasília: MEC/ SPHAN, 1980.

159Michel Parent (1916-2009), arquiteto, especialista em restauração, na ocasião era Inspetor Geral dos Monumentos e Conjuntos Históricos de Paris, além de membro do Comitê Internacional de Documentação do ICOMOS e auditor perito da UNESCO.Cf.: currículo encontrado junto a documentação do Curso – arquivado na 9a. Superintendência Regional do IPHAN – São Paulo.

160O acordo de cooperação técnica foi firmado em 1964, e o primeiro a vir foi Paul Coremans, da Bélgica. Para ter acesso a todo esse contexto, ver: LEAL, Cláudia F. B. (org.) *As missões da Unesco no Brasil*: Michel Parent. Trad. Rejane Maria Lobo Vieira. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. p.7.

161Idem, p.7.

162Idem, p.19.

163Foi realizada reprodução fac-símile do relatório em LEAL, 2008.

164LEAL, 2008. p.64.

165Idem, p.22, grifos no original.

Em relação aos **inventários dos conjuntos urbanos**, Parent, sugeriu ainda que fossem adicionadas informações, afim de que se tivesse um maior alcance físico, já que os tombamentos começavam a atingir o sítio urbano¹⁶⁶ e que se permitisse a realização e o registro de uma pesquisa sociológica e de manifestações culturais, entendendo o **inventário** como uma ferramenta de preservação e momento de identificação dos potenciais turísticos¹⁶⁷.

O documento que nos reafirma essa postura (e que para nós é importante porque foi selecionado e referenciado no Curso com o mesmo peso que a Carta de Veneza, inserido nos temas da Teoria, da Legislação e da Restauração), foi o resultante da “Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico” que resultou nas **Normas de Quito** (OEA-1967)¹⁶⁸ o qual, também sabemos, teve a participação de Renato Soeiro¹⁶⁹. Esse documento ecoa exatamente a postura que Parent nos colocou em relação à valorização turística e reforça a questão do conjunto urbano e do seu interesse histórico e ambiental.

O principal enfoque da reunião em Quito foi a valorização econômica e turística dos monumentos contextualizados no “**ambiente**”. Segundo as Normas de Quito, essa meta deveria ser alcançada através da introdução e integração desses valores nas questões do **planejamento urbano** e desenvolvimento das cidades, de maneira a “integrar ao conjunto urbanístico os centros ou complexos históricos de interesse ambiental”. Nesse documento, foram definidos parâmetros de **classificação do espaço urbano em níveis de proteção**, em três níveis de “zonas de proteção”, da mais restritiva à mais permissiva.

Essas áreas, ao serem escolhidas, foram denominadas de diversas maneiras: “zonas urbanas de interesse histórico”, “o espaço urbano que ocupam os núcleos ou conjuntos monumentais e de interesse ambiental”, ou ainda, o “conjunto urbano de interesse ambiental”. E é neste documento que encontramos a máxima de que: “**A ideia do espaço é inseparável do conceito do monumento e, portanto, a tutela**

166Na ocasião já haviam sido tombados os considerados “Conjuntos Arquitetônicos e Urbanísticos” das cidades de Ouro Preto (MG) – 1933; Mariana (MG) – 1938; Serro (MG) – 1938; Tiradentes (MG) – 1938; Congonhas do Campo (MG) – 1941; Vassouras (RJ) – 1957; Parati (RJ) – 1958; Pelourinho, Salvador (BA) – 1959 e em processo de tombamento Olinda (PE) (1962- 1968) e São Cristóvão (SE) – 1967.

167LEAL, 2008. p.31.

168Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Quito, nov-dez. 1967 – O.E.A. - Organização dos Estados Americanos. In: IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. Brasília, IPHAN, 1995. (Caderno de documentos nº3).

169Segundo consta em seu currículo apresentado no Curso, arquivado na 9ª Superintendencia regional do IPHAN

do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra” ¹⁷⁰.

Importante destacarmos a figura de Renato de Azevedo Duarte Soeiro, que além de organizador do Curso, esteve a frente de 3 disciplinas que consideramos importantes¹⁷¹. Soeiro foi docente nos temas da teoria e da atualização, o que nos atesta sua importância nesse cenário, obviamente por conta de seu cargo de diretor do IPHAN na ocasião, mas também, acreditamos que o seu reconhecimento e sua participação está associada aos conteúdos que foram abordados, principalmente no que se refere à atualização que Soeiro poderia proporcionar frente ao cenário internacional a que estava habituado¹⁷², assim como foi responsável pela estreita relação estabelecida entre o IPHAN e a UNESCO na década de 1960.

Ulpiano Bezerra de Meneses¹⁷³, também organizador do Curso, enquanto docente da disciplina “Noções de Museologia e Arqueologia”¹⁷⁴, trouxe aos alunos o conteúdo inerente à arqueologia em sua especificidade, mas foi além, trazendo à luz temas como a **“pesquisa interdisciplinar”**, das definições de **“artefato e cultura material”** e principalmente, dedicou as duas aulas finais para a explanação de uma **“abordagem antropológica do bem cultural”**¹⁷⁵. E foi Meneses que indicou e trouxe o tão citado Hugues de Varine-Bohan.

A primeira visita de Hugues de Varine-Bohan ao Brasil foi entre 1966 e 1967, no quadro de uma “missão latino americana” que visava ao conhecimento do

¹⁷⁰ LEAL, 2008 p.128.

¹⁷¹ T.2.A – Teoria da Conservação e Legislação (10hs); I.3.A – Processo de Restauração e Seminário da Experiência nacional – II (25hs) e G.5 – Seminário de Política de proteção (24hs)

¹⁷² Atesta seu currículo, que sua primeira viagem como “delegado do Brasil” foi em 1952, para Paris, promovida pela UNESCO “para proteção de sítios históricos”, e assim participou de outros como representante do IPHAN. Em 1966, Soeiro representou o Brasil em reunião do ICOMOS em Bruxelas, no ano seguinte foi nomeado diretor do IPHAN e no mesmo ano, em 1967, foi delegado do Brasil na reunião da Organização dos Estados Americanos – OEA em Quito (Equador), subscrevendo pelo Brasil as “Recomendações de Quito”. No ano seguinte foi designado a compor um grupo de trabalho criado para “estudar a reforma e atualização das instituições culturais” no Brasil. Em 1972, compõe o Comitê Especial de Peritos Governamentais como delegado do Brasil, “com a incumbência de preparar os projetos de convenção e de recomendação aos Estados membros da UNESCO sobre a proteção de monumentos, conjuntos e sítios históricos”, que resultou na “Recomendação de Paris”.

¹⁷³ Doutor em arqueologia Clássica (Sorbonne, 1964), organizou o Museu de Arqueologia e Etnologia/USP (1963-8) e o dirigiu (1968-78) e desde 1971, conselheiro do CONDEPHAAT e Membro do Comitê Brasileiro do ICOM- International Council of Museums/ UNESCO. Um ano antes do curso, em 1973, recebeu Diploma de Mérito no campo do patrimônio cultural da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. Professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP desde 1964.

¹⁷⁴ Dia 14/10: Natureza da Arqueologia, evidências arqueológicas, a pesquisa interdisciplinar; dia 15/10: abordagem ecológica em Arqueologia; dia 16/10: fixação de padrões de estabelecimento em arqueologia; dia 21/10: artefato e cultura material; dia 22/10: problemas de proteção e valorização do patrimônio arqueológico: o que constitui patrimônio arqueológico, problema das coleções; dias 23/10 e 28/10: abordagem antropológica do bem cultural.

¹⁷⁵ Da comparação que fizemos do programa inicial do curso com uma descrição posterior das aulas, notamos que este assunto não figurava inicialmente, o que pode nos indicar a real influência de Varine-Bohan em Meneses.

desenvolvimento dos museus em cada país. Foi nesta visita que conheceu Ulpiano Bezerra de Meneses, que foi o seu anfitrião e o primeiro brasileiro que conheceu: “fui recebido e acolhido por um jovem arqueólogo e ele falava francês como um francês. O Ulpiano foi meu guia em São Paulo e publicou meu relatório”¹⁷⁶. Nesta visita, acompanhado de Rodrigo Mello Franco de Andrade, visitou os museus do Rio, de São Paulo, passou por Ouro Preto, Sabará e também foi até Salvador e Recife com o monge beneditino Dom Clemente da Silva-Nigra, historiador da arte e perito do IPHAN.

Sua vinda para participação no Curso em agosto de 1974, foi viabilizada através do convite e tratativas de Ulpiano Bezerra de Meneses enquanto diretor do Museu da Arqueologia e Etnologia da USP¹⁷⁷. Hugues de Varine-Bohan ministrou 6 aulas no total, entre os dias 12 e 17 de agosto de 1974, totalizando 22 horas-aula. Dessas aulas, foi publicada a primeira¹⁷⁸, e, quanto às outras, temos os temas listados no Programa do Curso¹⁷⁹ e também localizamos uma descrição do que foi dado em cada aula¹⁸⁰, assim como o *Schéma du cours* elaborado pelo próprio Hugues de Varine-Bohan em 24 de junho (ANEXO D). Outro documento localizado foi o que deixou no dia que foi embora do Brasil: uma lista de contatos para a “Constitution d'un groupe de travail européen, correspondant de l'équipe de la FAU, sur les problèmes de conservation, restauration, animation du patrimoine culturel”, documento que ele guardou em seu arquivo pessoal que disponibilizamos aqui em anexo (ANEXO E).

Consta em um programa do Curso¹⁸¹ os seguintes temas para as aulas: dia 12/8: “Tendências da pesquisa: conceito de patrimônio” e “Informação: o sistema da cooperação internacional”. A partir dessa aula inaugural, que temos descrita, Varine-Bohan seguiu com os temas: dia 13/8: Seminário: O conceito de conservação, os sistemas nacionais; dia 14/8: Seminário: O conceito de restauração, as experiências locais; dia 15/8: Seminário: O conceito de museologia, os modelos museológicos; 16/8: Trabalho coletivo: o arquiteto, o urbanista, o conservador, ensaios de divisão; 17/8: programação do patrimônio e desenvolvimento comunitário.

¹⁷⁶Entrevista a autora, em 13 de junho de 2012, realizada durante o IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários - IV EIMC - Patrimônio e Capacitação dos Atores do Desenvolvimento Local. Belém, Pará, 12 – 16 de junho 2012.

¹⁷⁷Temos cópias das cartas trocadas entre os dois, datadas de julho de 1974. Arquivo pessoal de Hugues de Varine-Bohan

¹⁷⁸VARINE-BOHAN, Hùgues de. *A experiência Internacional- notas de aula 12.08.1974*. São Paulo: FAUUSP/IPHAN, 1974.

¹⁷⁹FAUUSP/IPHAN. “Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos”, São Paulo, 1974

¹⁸⁰Documentação arquivada na 9a Regional do IPHAN, em São Paulo.

¹⁸¹Documentos arquivados na 9a Regional do IPHAN, em São Paulo.

Na primeira aula, denominada **“Tendências da pesquisa - conceito de patrimônio”**¹⁸², Varine-Bohan iniciou com a sua apresentação se dizendo como um “não -especialista” ou “perito” do patrimônio, mas um homem que possuía uma vasta experiência por ter viajado 75 países e ter participado de reuniões com especialistas de diversos países e áreas do conhecimento como diretor do ICOM que havia sido nos últimos 10 anos. Esclareceu também que o intuito das aulas seria de ajudar os alunos a “formular problemas, descrever as soluções e estudos que foram feitos em outros países”¹⁸³.

Primeiramente, Varine-Bohan situou os alunos quanto a uma tendência que ele verificara nos últimos anos, a união de três tipos de patrimônio que antes eram tido como separados, são eles: os recursos naturais, o patrimônio natural e o patrimônio cultural. Segundo ele, até então

“os recursos interessavam aos economistas, engenheiros e aos técnicos. A natureza aos zoólogos e aos botânicos e aos ecologistas hoje em dia. A cultura era um domínio bem específico, que interessava às pessoas que estudavam as ciências humanas, arquitetos e conservadores de museus. Mas havia afinal das contas, muito pouca relação entre estes 3 tipos de patrimônio”¹⁸⁴.

Varine-Bohan atribuiu essa tendência de união em favor de um “patrimônio comum, do homem e da humanidade” surgido em virtude de acontecimentos comuns aos três domínios, “a degradação, a destruição rápida deste patrimônio, pela exploração, dissipação dos recursos naturais e econômicos, pela poluição e degradação do meio natural e pela destruição voluntária ou involuntária do meio ambiente cultural do homem”¹⁸⁵. Esse contexto veio a inserir, na discussão de âmbito internacional, um “patrimônio cultural” relacionado ao “desenvolvimento das cidades”.

A par deste contexto, Varine-Bohan colocou a sua postura crítica em relação ao “patrimônio cultural” que se definia, discutia e estimulava no âmbito da UNESCO, momento em que certamente se abriu uma “janela” para uma paisagem até então desconhecida dos alunos, trazendo à luz outras implicações dessa política “mundial”

182Analisaremos como transcrita em VARINE-BOHAN, Hügues de. *A experiência Internacional- notas de aula 12.08.1974*. São Paulo: FAUUSP/IPHAN, 1974.

183Sobre essa experiência, publicou o livro: VARINE, Hugues de. *La culture des autres*. Paris: Le Seuil, 1976.

184VARINE-BOHAN, Hügues de. *A experiência Internacional- notas de aula 12.08.1974*. São Paulo: FAUUSP/IPHAN, 1974, p.2.

185Idem.

que estava sendo seguida.

Varine-Bohan colocou-os ainda a par de um problema que havia identificado, a questão do “desvio” do sentido real do patrimônio, da “fabricação de valores culturais” e do tráfico ilícito de bens culturais, o que se dava pela monopolização de uma pequena parte da humanidade que o ressignificava sob uma ótica especulativa, de estímulo ao turismo de massa, da montagem de coleções em museus ricos com objetos culturais de outros países pobres, enfim, da transformação do significado de origem dos bens culturais, na medida que são retirados do seu país, da sua comunidade e uso originais, passando a ser assimilados em uma lógica de lucro, comércio e status cultural.

Apontou também o quanto a banalização dos termos “patrimônio cultural” e “bens culturais” eram utilizados nas reuniões internacionais “para qualquer coisa, uma palavra cômoda nas organizações culturais; na UNESCO: ‘patrimônio cultural’ era usado no começo ou no fim de qualquer frase”. Concluiu que esse “patrimônio cultural”, ao fim e ao cabo, pode ser definido como “as coisas que não servem mais, que não tem mais utilidade para o país, para os habitantes, a população, mas que são bons para os turistas”, ou os “objetos mortos” que perderam uso, utilidade e que o governo não quer ou não pode proteger, ou ainda, “tudo que é pitoresco, exótico, antigo e que custa caro”¹⁸⁶.

Varine-Bohan defendeu, a partir dessa crítica, um conceito de “patrimônio cultural” que assume ser “uma recusa das definições costumeiras”. Reuniu em uma visão interdisciplinar os domínios do “patrimônio” até então separados, procurou derrubar com as categorias e classificações, unindo o material e o intangível e atribuindo mesmo nível ao erudito e o popular. O “patrimônio cultural” deveria ser entendido por seus três elementos indissociáveis: o *patrimônio ambiental*: a natureza, o meio ambiente, “o quadro natural e o homem, e o quadro feito pelo homem”; o *patrimônio intangível*: o conhecimento, o saber fazer, costumes, crenças; e por fim, os “**bens culturais**”: “que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer”¹⁸⁷

“O conjunto desses três elementos naturais, científicos e, digamos, culturais que compõem, a meu ver, o ecossistema do homem – este pequeno mundo que o homem fabricou para si, e que chamo de patrimônio cultural – vai nos levar a recusar justamente estas distinções, estas classificações cômodas,

¹⁸⁶Idem, p.4

¹⁸⁷VARINE-BOHAN, Hügues de. *A experiência Internacional- notas de aula 12.08.1974*. FAUUSP/IPHAN, São Paulo, 1974, p.5.

úteis, entre monumentos e objetos, entre sítios e monumentos, entre pintura e escultura, entre arte popular e arte erudita, entre uma máquina que incluímos na história das técnicas e um arado que chamamos de folclórico, etc.¹⁸⁸

Ao esclarecer o seu conceito de “bens culturais”, Varine-Bohan propõe que a reflexão sobre a conservação, a restauração, a valorização e a utilização do patrimônio, para que não seja mais feita a partir do pensamento da “utilização unitária” de cada bem, mas a a partir de um pensar “no futuro em termos de conjuntos de elementos que atualmente estão divididos”¹⁸⁹. Ao ser indagado sobre quais seriam os “fatores determinantes que caracterizavam um bem como ‘bem cultural’”¹⁹⁰, disse que não seria possível responder a tal questão e que tinha duas razões que o impediam; a primeira era que os critérios e normas deveriam ser estabelecidos em nível local e não a partir do que se determina no Exterior, pois mesmo que apoiados no que estava sendo colocado pelos organismos internacionais, como o Conselho da Europa e a UNESCO, os países estavam determinando suas políticas com certa autonomia e condicionantes com a cultura local, e assim deu vários exemplos. Os critérios portanto deveriam partir dos anseios, das necessidades locais e portanto, a partir do entendimento do “quadro geográfico cultural humano, histórico, preciso, é então nesta cultura que devemos estabelecer critérios”. A segunda razão, que não era uma razão, mas a pergunta que ele devolveu aos alunos: **“Porque vocês querem conservar o patrimônio? Se puderem responder a essa questão, neste momento podemos então estabelecer juntos os critérios.”**

Com esse “esclarecimento” conceitual, que parece ter gerado muito mais questões do que certezas, só podemos concordar com Meneses de que ele realmente “abriu portas, janelas e claraboias para esse pessoal todo”¹⁹¹. Alguns, como Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, incorporaram literalmente seus conceitos – Toledo no artigo “O Ecomuseu”, que apresentou por três vezes, em 1977¹⁹², 1979¹⁹³ e 1981¹⁹⁴ e Lemos no seu célebre “O que é patrimônio histórico”,

¹⁸⁸Idem, p.5.

¹⁸⁹Idem, p. 6.

¹⁹⁰Idem, p.14-15.

¹⁹¹Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses - Concedida a Luciana Quillet Heymann e Aline Lopes de Lacerda em 31 de março de 2011. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 48, julho-dezembro de 2011 p. 427, grifo nosso . disponível em <http://www.scielo.br/pdf/eh/v24n48/09.pdf>

¹⁹² I Congresso Estadual de Arquitetos, IAB-SP, Campinas, 1977.

¹⁹³ C.J.Arquitetura, Rio de Janeiro, n. 19, p. 106-112, 1978.

¹⁹⁴ Anais do I Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação de Bens Culturais – ARQUIMEMÓRIA, IAB, 1981.

publicado em 1981.

Varine-Bohan abordou também os instrumentos possíveis de identificação dos bens culturais – os **inventários** – que estavam sendo realizados em muitos países e colocou aos alunos as duas abordagens típicas de que ele reconheceu como experiências recorrentes. A primeira seria uma abordagem “empírica”, o inventário com o método preconizado pela UNESCO e o utilizado na maior parte dos países, “que equivale a efetuar o inventário dos elementos do patrimônio já conhecidos como importantes, que estão ameaçados ou que são úteis para a **ação cultural clássica**, para a política cultural atual”¹⁹⁵ e exemplifica:

“Trata-se de, numa área dada, inventariar todos os monumentos anteriores a 1850, ou todas as espécies de habitações rurais, pré-industriais, ou então todos os edifícios da época do “art nouveau” de uma cidade, etc.”¹⁹⁶.

E a respeito deste “**inventário empírico**”, posiciona sua insatisfação:

“é teoricamente científico, mas acho que até agora em todos os países, onde ele foi suficientemente aplicado não satisfaz. Não satisfaz, primeiro porque chega sempre atrasado, aplica-se a objetos, monumentos, que estão em vias de desaparecimento, e nós não podemos mais conhecê-los em seu real significado. E o inventário se concentra em esterilizar um estado moderno de uma coisa antiga: não passa de um estado”¹⁹⁷.

Em relação ao atraso desses inventários dimensionados por categoria, período, estilo, etc., Varine-Bohan atentou quanto à falha na dimensão da temporalidade histórica considerada nesses casos, ocorrendo assim a priorização de um aspecto em detrimento de outro, que sempre deixa de lado a produção mais recente, como por exemplo a da civilização industrial.

O outro modelo de inventário que Varine-Bohan demonstra – e é o que ele defende – é o “inventário operacional”, um “**inventário aplicado**”, que é caso por exemplo do que estava sendo realizado na França. Esse tipo de inventário nasce de uma predeterminação de domínio espacial, de um recorte menor e mais objetivo e que tem como intuito instrumentalizar projetos de intervenção em determinada área. Sob essa ótica, insere-se a ideia de uma **abordagem multidisciplinar**, da produção de um “banco de dados” a partir de diversos tipos de levantamento, entendido o

¹⁹⁵Idem, **grifo nosso**.

¹⁹⁶Idem, p.6.

¹⁹⁷Idem, p.7.

inventário como “a reunião de todos os elementos documentados, permitindo conhecer uma situação cultural dada, em vista de um desenvolvimento ulterior”¹⁹⁸.

Varine-Bohan considera esse tipo de inventário como o de maior agilidade, ao mesmo tempo como de maior profundidade, uma vez que se tem a possibilidade de reunião muito maior de documentos de caráter diversos, não havendo nesse caso uma triagem por estilo por exemplo. Além disso, considerava-o um tipo que promove uma leitura multidisciplinar e relativizada, o que ele chama de trabalho feito por *missões multidisciplinares*, que

“dispondo de grandes meios, para coletar, inventariar, fotografar e registrar, são enviadas para cobrir uma região, para reunir todos esse dados que, em seguida, poderão servir às pessoas que decidirão as medidas de adaptação e transformações sociais humanas e culturais da região”¹⁹⁹.

Esse tipo de inventário é também o que mais se aproxima do que se chama no Brasil de “inventários de conhecimento”, mais comumente promovidos na atualidade. Partem eles de trabalhos de pesquisa, buscando a identificação e o registro de novos valores a preservar, mediante levantamentos sistemáticos baseados na coleta de múltiplas informações em campo²⁰⁰.

Vale lembrarmos também que os modelos de inventário criados e preconizados pelo Conselho da Europa a partir de 1970 tinham duas abordagens típicas: os *inventários de proteção* e os *científicos*. O modelo que foi seguido pelo IPAC da Bahia, desde 1973, foi o de *proteção*²⁰¹, pois Paulo Ormino de Azevedo adotou o modelo do Inventário de Proteção do Patrimônio Europeu (IPCE)²⁰² um inventário que caracteriza-se por partir da categorização -classificação dos bens, pelo uso ou pelo estilo, inventariados todos os bens participantes de determinada categoria elencadas já com o intuito da preservação. Retornaremos aos modelos de inventário nos capítulos seguintes.

Das outras cinco aulas ministradas, as gravações realizadas não estão

198Idem, p.8.

199Idem.

200MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de Resende (orgs.). *Inventários de Identificação*. Rio de Janeiro: IPHAN/ MINC, 1998.

201AZEVEDO, Paulo Ormino de. *Inventário como Instrumento e Proteção: A experiência pioneira do IPAC - Bahia*. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de Resende (orgs.). *Inventários de Identificação*. Rio de Janeiro: IPHAN/ MINC, 1998.

202O Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural da Europa – IPCE foi o modelo resultado de encontros promovidos na década de 1960 pelo Conselho da Europa, cuja “Recomendação de Palma”, de 1965, é o documento que trata especificamente da questão e apresenta diretrizes e critérios para formatação desse trabalho.

localizadas²⁰³, porém temos o “*Schéma du cours*”²⁰⁴ descrito por Varine-Bohan, (que traduzimos e disponibilizamos em (ANEXO D). O documento nos mostra quais eram os temas previstos para sua exposição em aula. Somados ao que obtivemos por meio da sua produção bibliográfica e a entrevista que nos foi concedida, conseguimos apontar alguns aspectos que parecem ter sido chave no seu discurso da época, informações e reflexões que provavelmente foram expostas em aula.

Outro tema que Varine-Bohan aborda e estimula, e que nos parece de fato ter sido na ocasião uma novidade para os arquitetos, é a questão em torno dos novos modelos de museus, com implicações diretas em suas práticas de inventário. A discussões acerca de uma “nova museologia” estão presentes nos temas abordados, assunto de que Varine-Bohan mais tinha conhecimento, experiência e envolvimento de causa. “Museus de bairro”, “Ecomuseus”, “autogestão urbana” e “educação do público ao nível das comunidades locais”, são temas diretamente associados à sua prática preservacionista militante, a formação de seus conceitos e ao desenvolvimento de sua crítica, como exposta já na primeira aula. A bagagem de experiências que Varine-Bohan tinha, havia sido adquirida também de sua experiência prática de criação de um museu sob novos moldes. A experiência que mais marcou sua trajetória, a qual teve uma repercussão mundial no sentido da criação de um novo modelo de museu foi o “ecomuseu” - termo que foi por ele inventado²⁰⁵ e aplicado na experiência desenvolvida na comunidade urbana Le Creusot-Montceau (Saône-et-Loire) na França, poucos quilômetros de sua região natal, na Borgonha.

Varine-Bohan, na toada de seu envolvimento com a preservação do patrimônio em sua própria comunidade, trabalho que já desenvolvia com as propriedades da família, e, fortalecido pela experiência que tivera no ICOM²⁰⁶, se mobilizou junto a mais dois homens e fundou em novembro de 1971, o “Museu do Homem e da Indústria”, o que ele afirmou ter criado em decorrência das

203 Segundo Nestor Goulart Reis Filho, existem as gravações das aulas do Curso de 74, mas que ainda não estão localizadas.

204 Elaborado pelo próprio Hugues de Varine-Bohan em 24 de junho.

205 Em 71 - “a palavra 'ecomuseu' foi criada por mim para o Ministro francês do Ambiente, porque ele não aceitou falar de “museu” sem uma coleção de objetos, eu precisava do Ministro do Ambiente para falar dos museus de ciências naturais como atores de preservação do meio ambiente, na perspectiva da Conferência de Estocolmo” Entrevista concedida a autora, em 13 de junho de 2012.

206 Sobre sua trajetória, temos VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012; e Respostas de Hugues de Varine às perguntas de Mário Chagas. *Cadernos de Museologia*, V. 5, N. 5. Universidade Lusófona, 1996. Disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/248>

“expectativas da população e necessidade de apropriar-se do seu patrimônio, não só no sentido do passado, mas do seu instrumento de trabalho cotidiano, atrelado a uma realidade do momento, da luta de classes, da guerra fria, e eu era visto como um comunista pelos engenheiros, porque estava pensando numa população que era 90% de trabalhadores da indústria”²⁰⁷.

O Ecomuseu da Comunidade Urbana de Le Creusot-Montceau, como logo foi por ele denominado, foi o terreno das experimentações de novas fórmulas, criadas no âmbito do estímulo à participação direta da comunidade na identificação de seus valores, objetos culturais e na construção de sua própria imagem. Sobre a primeira experiência em Creusot, Varine-Bohan nos conta que o “**inventário**” nos primeiros anos foi feito primeiro a partir da participação das crianças da escola primária junto a seus pais, na coleta de objetos de herança, lembranças de família. Depois eram organizados grupos de alunos para fazerem o inventário casa a casa, e

“em 3, 4 semanas, com gravador, câmeras fotográficas – para tomar fotos dos objetos de trabalho, da vida agrícola, artesanal, dos documentos, etc. recolhíamos tudo com estagiários – uma coisa conhecida pelos antropólogos – uma primeira fase de reconhecimento e recolhimento. Uma segunda fase era de convidar as pessoas identificadas pelos alunos por ter uma prática, um saber, pra trazer seus objetos e apresentar seu trabalho – e ao fim dessas semanas, fazia-se uma exposição de tudo que foi recolhido, sem museografia e fazia-se uma inauguração com solenidade com o prefeito, com o padre, com o diretor da escola e uma procissão de pessoas vinham ver a exposição – ao fim do dia, todos os objetos eram recuperados pelos proprietários e nós conservávamos toda documentação. Só a exposição é um símbolo da unicidade do patrimônio desta aldeia.”²⁰⁸

Essa postura frente a concepção de um museu local que é concebido pela própria comunidade por meio de um processo que tem como base a “educação”. Varine-Bohan atribui à influência de Paulo Freire²⁰⁹ e nos declarou que, antes do contato com o educador, nunca havia pensado no “aspecto educacional” do patrimônio cultural. Foi a partir de Paulo Freire que definiu “a mudança da

207Entrevista concedida a autora, em 13 de junho de 2012.

208Entrevista concedida a autora, em 13 de junho de 2012.

209Ambos se conheceram em 1970, enquanto Paulo Freire esteve exilado em Genève e foi convidado por Hugues de Varine a presidir o Instituto Ecuménico para o Desenvolvimento dos Povos (INODEP), com quem trabalhou até 1974.

conservação para a educação, [que assim] era o museu com a “ação libertadora”

“²¹⁰. E explica:

“Paulo Freire propõe inverter o processo educativo. Considera antes que o objecto da educação, o educando, tem também alguma coisa importante a oferecer, da qual o educador e todos nós temos necessidade. No domínio da cultura, é importante inverter igualmente a relação da oferta e da procura. Todo cidadão, toda comunidade oferece alguma coisa em troca do que o agente cultural pode lhe oferecer. Não deveria então ser mais possível fazer uma política cultural, conceber uma estratégia, utilizar métodos como se fazia antes de Paulo Freire” “²¹¹.

Outra grande referência no pensamento de Hugues de Varine-Bohan foi a experiência da organização e participação na Mesa-Redonda de Santiago do Chile realizada em 1972²¹², quando foram discutidos o papel dos museus na América Latina na atualidade. As resoluções desse encontro o marcaram profundamente e são até hoje lembradas por ele em suas exposições, o que denota o caráter ainda atual da discussão. Das considerações e recomendações ali definidas, destacamos: a chamada para o desafio de se trabalhar em um campo multidisciplinar, da responsabilidade e da necessidade de atuação dos museus na formação da consciência das comunidades, que o princípio diretor dos museus deverá ser de servir à sociedade e que dentro dessa nova perspectiva, os novos museus deverão ter uma ação de nível regional, local. Nessa perspectiva, foi decidido de maneira genérica que os museus deveriam se abrir para novas disciplinas e que assim, deveriam servir à conscientização de problemas da atualidade e atuar como um agente da educação permanente da comunidade e mais diretamente junto às escolas. Das recomendações que apresentaram à UNESCO, a primeira nos resume essa “nova tendência”:

“1.Um dos resultados mais importantes a que chegou a mesa-redonda foi a definição e proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de

²¹⁰Entrevista concedida a autora, em 13 de junho de 2012.

²¹¹ Respostas de Hugues de Varine às perguntas de Mário Chagas. Cadernos de Museologia, V. 5, N. 5. Universidade Lusófona, 1996. p. 4

²¹²Mesa-Redonda sobre o papel do museu na América Latina de hoje, convocada pela UNESCO, realizada pelo ICOM em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972.

seu meio material e cultural. Ela sugere que a UNESCO utilize os meios de difusão que se encontram à sua disposição para incentivar esta nova tendência”²¹³

Embora aparentemente distante da formação dos jovens arquitetos que frequentavam o Curso de 1974, as novas práticas e conceitos museológicos de Varine-Bohan traziam a reflexão das práticas sociais, da memória dos lugares e dos espaços da cidade como suporte de legados coletivos. Tais fatores, somados ao amadurecimento de uma postura intelectual criativa derivada da “tradição do patrimônio” gestada na FAUUSP, bem como as demandas propiciadas pela institucionalização do CONDEPHAAT, podem ser consideradas referências fundamentais para os conceitos abrangentes formulados, e, que os inventários realizados na cidade de São Paulo durante a década de 1970 passaram a utilizar, realizando uma profunda renovação das práticas patrimoniais no país.

²¹³Mesa-Redonda de Santiago do Chile - ICOM, 1972 Tradução Marcelo M. Araújo e M.^a Cristina Bruno. disponível em <http://www.museumonteredondo.net/index.php/textos-referencia/8-santiago?tmpl=component&print=1&p...>

CAPÍTULO 2

Área central e Zona Oeste: a percepção dos bens culturais *by feeling* como ponto de partida

2.1 Preservação e planejamento

No que nos diz respeito aos estudos efetivados a partir da década de 70 com o objetivo da identificação do patrimônio da cidade de São Paulo no intuito da sua preservação, identificamos claramente foram realizados em meio aos estudos desenvolvidos na área do planejamento urbano.

As demandas para realização desses trabalhos partiram da Coordenadoria Geral de Planejamento – COGEP, que desde sua criação em 1972, detinha a responsabilidade da definição dos estudos e projetos de reurbanização que seriam realizados na cidade. O órgão tinha a tarefa de revisar e regulamentar as especificidades da Lei de Uso e Ocupação do Solo²¹⁴ recém aprovada, assumindo assim a postura de órgão diretor da cidade. Das determinações e projetos realizados neste período, temos que o planejamento urbano passou a ser guiado principalmente pela implantação da rede de Metrô, o que já se nota nas diretrizes do Plano Urbanístico Básico do Município de São Paulo - PUB de 1968, que se afirmam no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI²¹⁵ na criação das “**zonas especiais**”²¹⁶. As zonas especiais - Z8 - passaram a ser alvo de estudos para sua regulamentação²¹⁷, cuja atribuição estava a cargo da COGEP, e foram nesses estudos do planejamento urbano das zonas especiais que o tema da preservação do patrimônio é apontado como item a ser considerado.

Diagnosticamos, assim, que a tarefa de identificação do patrimônio a ser preservado surgiu no âmbito destes trabalhos de “reurbanização”, em um contexto de urgência, pois que o projeto do metrô tinha prioridade e já estava sendo

214LEI Nº 7.805, DE 01 DE NOVEMBRO DE 1972, guiada pelas determinações da recém-aprovada lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI- Lei n. 7.688 de 30 de dezembro de 1971, criada sob as diretrizes do PUB de 1968.

215Desejava-se a criação de um “corredor de atividades múltiplas” de 5km de lado, juntamente com a ideia da criação de “bolsões” de vias expressas e áreas de alta densidade residencial, diretrizes que já estavam propostas desde o PUB (1968) e que foram se confirmando nos “projetos de reurbanização” das áreas adjacentes à linha do Metrô.

216Trata-se do Plano Diretor - Lei nº7688 de 30 de dezembro de 1971 - Z8 - usos especiais, com taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento do lote estabelecidos para cada uso específico, respeitadas as disposições desta lei.

217Lei nº7694/72. Lei de Uso do Solo - Lei nº7805 de 01 de novembro de 1972 - Art. 20 - A zona de usos especiais (Z8) , à que se refere o artigo anterior, será objeto de planos específicos, elaborados pela Coordenadoria Geral de Planejamento - COGEP, no prazo de 3 (três) anos, para cada um dos seus perímetros. Sobre a Cogep, sua estrutura administrativa da época, cargos e atribuições, ver FELDMAN, *Planejamento e Zoneamento: São Paulo, 1947-1972*. 1a ed. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2005, p.255.

implantado e cujas consequências e intervenções advindas de sua implantação afetavam toda a dinâmica e a infraestrutura da cidade. Nesse contexto, a atividade do técnico-planejador envolvia uma aproximação multidisciplinar frente aos diagnósticos e critérios estabelecidos para a realização de projetos de em áreas consideradas degradadas ou que seriam alvo de grandes transformações urbanas. Segundo Feldman, é nesse momento que o “planejamento” toma o lugar do “urbanismo”, deixando de se tratar somente das questões técnicas para entrar no campo da política e da economia da cidade, tendo como discussão base a “abrangência regional, a pesquisa, a abordagem multidisciplinar, a organização do território urbano a partir de unidades de vizinhança, o zoneamento, a distribuição equilibrada de indústrias e população, a contenção da expansão urbana”²¹⁸.

O volume e a escala de obras visando a reestruturação da cidade buscando adequá-la a sua função metropolitana, atingiu a região central principalmente na década de 1970.

A área foi nessa época caracterizada pela ideia de “abandono”, de área em processo de “deterioração” e de “desvalorização fundiária”, cujas causas foram atribuídas à transferência gradual, a partir da década de 1960, das atividades de comércio e serviço tradicionais associadas às classes alta e média, assim como da transferência da sede de grandes empresas, para outros pontos da cidade²¹⁹.

A passagem do metrô pela região central, assim como a implantação de outras obras viárias como viadutos e vias expressas, foram apontadas como solução para esses problemas, dentro de uma concepção progressista modernizadora de cidade, que desconsiderava em parte a importância do existente, ou melhor, que priorizava o novo: o metrô e as obras viárias. Contraditoriamente a esse pensamento, foi também em meio a esses **planos de reurbanização** que se pensou na **preservação da memória da cidade**, caracterizando portanto, um período de inúmeras ações heterogêneas e incoerentes no sentido dos critérios de intervenção na cidade. A esse respeito, Valdir Zanetti identificou que o ano de 1975 foi

“altamente representativo por evidenciar um conflito latente entre a visão de modernização demolidora, fortemente presente na prática urbanística

218FELDMAN, S. 2005, p.28.

219Deslocamento principalmente a sudoeste da avenida Paulista, momento de formação de novas centralidades, como ao redor da avenida Luís Carlos Berrini e Marginal Pinheiros. Sobre a análise dos processos de deslocamento ocorridos na área central neste período, ver VILLAÇA, 1989, 1998; FELDMAN, 2005, KARA-JO-SÉ, Beatriz. *Políticas Culturais e Negócios Urbanos: A Instrumentalização da Cultura na Revitalização do Centro de São Paulo. 1975-2000*. São Paulo: Annablume, 2007, e FRUGOLI JUNIOR, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez; EDUSP, 2000.

paulistana, e a ideia de preservação- reabilitação de imóveis e espaços públicos representativos da memória urbana da Cidade”²²⁰.

Segundo nos aponta Kara-José, intervenções de caráter arrasador, segregador, já não eram bem visto no contexto internacional nas décadas de 60 e 70, principalmente nos países da Europa e nos Estados Unidos, cujos projetos e planos para a cidade passaram a valorizar os bairros antigos. Seus centros históricos começam a ser alvos de planos de preservação e restauração, posicionamento esse, que segundo a autora, também contribuiria para modificar a noção de patrimônio entre os urbanistas²²¹. No entanto, essa nova noção de patrimônio ainda estava em processo de entendimento, digestão e amadurecimento no começo da década de 70, o que não impediu que projetos de renovação urbana afetassem duramente a preservação da memória da cidade ao mesmo tempo em que promoveram algumas das primeiras ações coletivas pela defesa de marcos da cidade²²².

Os estudos e ações no sentido da desapropriação, da demolição, da construção, da preservação e da restauração, devem ser analisados caso a caso, pois que entre os dissensos e a conjuntura complexa de interesses que foram pauta na discussão sobre os rumos da cidade de São Paulo neste período, afirmar generalidades quanto aos conceitos de patrimônio e critérios de valor, só podem nos conduzir a reduções e falsas interpretações. Neste capítulo, os inventários realizados na área central e na Zona Leste da cidade, serão detidamente analisados, visando a compreensão do conceitos e métodos adotados, de modo que possamos contribuir à historiografia da preservação no Brasil.

220ZANETTI, Valdir Z. *Planos e projetos ausentes: desafios e perspectivas das áreas centrais de São Paulo*. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005, p.249.

221KARA-JOSÉ, 2007. p.34

222Só para citar alguns exemplos, tivemos, em decorrência da implantação do metrô, a demolição do Palacete Santa Helena (1971) e tantos outros edifícios para a construção da nova Praça da Sé mas, por outro lado, houve a conquista da preservação do Instituto Caetano de Campos. As restaurações do edifício Martinelli e do viaduto de Santa Ifigênia revelam também como a Prefeitura, que realizava o metrô, pode, durante a gestão Olavo Setúbal, voltar suas ações para a preservação.

2.1.1 COGEP (1973-1975): do bairro à casa, passando pelas ruas

Em 1974, em meio a um período de elaboração de estudos e planos para toda a cidade, os técnicos da Coordenadoria Geral de Planejamento - COGEP, promoveram duas reuniões no Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB para apresentar o andamento dos estudos de regulamentação das **áreas especiais**²²³. Seus membros registraram todo o debate em um relatório²²⁴, documento que nos forneceu muitas informações a respeito dos interesses que estavam em voga, dos problemas mais preocupantes, dos prazos e partidos adotados nas intervenções e principalmente em que residia o interesse em se preservar o patrimônio da cidade. Como relatado, os técnicos da COGEP tinham a “obrigação de encaminhar à Câmara Municipal, projeto de Lei, caracterizando ou enquadrando essas áreas denominadas Z8”, zonas que João Evangelista Rodrigues Leão, na época o Coordenador da COGEP²²⁵, caracterizou da seguinte forma:

“zonas em processo de deterioração, ou pelo menos, em processo de indefinição, onde se impõe pesquisar e definir o papel que se pretende, venha desempenhar no desenvolvimento da cidade. Nesse ultimo tipo, tínhamos originalmente, as zonas Bela Vista e a da Luz, e mais recentemente incluímos a região do Brás²²⁶

Dos pontos tratados nessas reuniões, a respeito da região da **Bela Vista** foi dito que através da investida nessa área, pretendia-se firmar um “modelo” para ação, o que nos denota a preocupação em preservar e legislar sobre o patrimônio da cidade, tema que passa a fazer parte das discussões e projetos dos planejadores. Nas colocações sobre o projeto da Bela Vista, Plínio Xavier de Mendonça Júnior propôs que, após as investigações, ocorresse a regulamentação do uso daquela

223 Das reuniões participaram: 1ª João Evangelista Rodrigues Leão (coordenador da Cogep desde 1973), Flávio Formicola, Plínio Xavier de Mendonça Júnior, Domingos Theodoro de Azevedo Neto, Eurico Prado Lopes – 2ª (Bela Vista) João Evangelista Rodrigues Leão, Plínio Xavier de Mendonça Júnior, Domingos Theodoro de Azevedo Neto, Marcos Freitas, Selda Pantaleona Souza Franchi, Nilza Antenor, Regina Piva, Benno Perelmueter.

224 SÃO PAULO (município)/ Cogep. *Reuniões*. São Paulo: IAB/COGEP, 1974.

225 O cargo de coordenador estava logo abaixo do prefeito Miguel Colasuono, como um ‘secretário de planejamento’ e abaixo de João Leão estava Domingos Theodoro de Azevedo Neto com o cargo de gerente de projeto.

226 SÃO PAULO (município)/ Cogep. *Reuniões*. São Paulo: IAB/COGEP, 1974 No arquivo do DEUSO.

área, de maneira a

“proporcionar, a induzir a preservação de algumas edificações ou conjuntos de edificações de um certo valor histórico para a cidade de São Paulo (se estimou que esse era um valor a preservar), ou melhor, se estimou que as gerações futuras terão interesse em identificar parte da história da cidade nessa área”.²²⁷

Em 1975, o ano seguinte a essa reunião, foi publicada a lei que regulou as **zonas especiais**²²⁸, em que foram então definidas as áreas alvo de uso e projetos especiais. A **Zona Metrô Leste – ZML** foi definida como a região a ser reurbanizada para expansão da cidade, assim como outras zonas foram demarcadas para intervenções de caráter específico. A **Bela Vista** e a **Luz** também definidas como “zonas especiais” (Z8) e passaram a ser objeto de estudos multidisciplinares realizados por escritórios particulares:

“foram objeto de verdadeiros “planos diretores” quer pelo nível – até aqui inédito – de aprofundamento no estudo, diagnóstico e prognóstico, de micro-áreas do Município de São Paulo, quer pelo foque integrado com que foram desenvolvidos”²²⁹

2.1.1.1 A BELA VISTA E A LUZ

O bairro da **Bela Vista** foi o primeiro alvo dos estudos realizados no sentido da “reabilitação” de áreas consideradas degradadas, estudos que, nesse bairro, foram baseados em levantamentos iniciados já em 1973²³⁰. O “Projeto de Reabilitação Urbana Grotta da Bela Vista” foi idealizado por João Evangelista Rodrigues Leão e Plínio Xavier de Mendonça Júnior, respectivamente o coordenador e o gerente de projetos da COGEP na época. Contrataram para esse estudo o escritório particular do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, que contou com a participação da arquiteta Christina de Castro Mello e com a consultoria do professor

²²⁷Idem.

²²⁸Artigo 22 da Lei nº 8.328 de 02 de dezembro de 1975.

²²⁹PMSP/COGEP. PR-073. *Grotta da Bela Vista: Projeto de Reabilitação Urbana*, 1974. p.1. No arquivo do DEUSO

²³⁰Idem.

Flávio L. Motta, dos arquitetos José Cláudio Gomes e Benedito Lima de Toledo, além da socióloga Maria Ruth Amaral de Sampaio e do maestro Samuel Kerr.

A área foi diagnosticada pela equipe de Rocha como que em estado de “decadência” e “deterioração urbana”, além de apresentar “pouco interesse da iniciativa privada imobiliária na região”, o que eles atribuem ao fato dos lotes terem pequenas dimensões. Tal padrão fazia com que a Bela Vista destoasse dos “padrões das classes privilegiadas”, constituindo-se a área como um “problema no que diz respeito às condições atuais de conservação imobiliária”, constataram um “panorama social” caracterizado pela ocupação predominante de “habitação de população de baixa renda”, entendendo-se por “cortiços” e “habitações precárias”.

As propostas apresentadas previam três tipos de intervenção: preservação, reurbanização e ordenação; 1/3 da área (área total de 34.5 ha) seria destinada a “reurbanização” e o restante à “reordenação”, prevendo o aumento da densidade habitacional. A proposta previa a manutenção da população e implantação de novos edifícios nas áreas desocupadas, como forma de “relocar a população deslocada das áreas de reurbanização”, e à construção de edifícios que deveriam possuir áreas livres, no intuito de assim, de “preencher a necessidade de estar e lazer coletivo”. Propuseram, assim, a “obrigatoriedade do uso de pilotis no pavimento térreo para as edificações em altura”, assim como, da eliminação de muros nos recuos de frente. O estudo apontou para necessária implantação de um parque no entorno da região e a criação de “parques de vizinhança”, aproveitando os miolos de quadra. Foi proposto, ainda, um centro educacional e uma escola de música, juntamente com equipamentos destinados a manifestações ligadas ao samba e à música em geral, característica vista como potencial a ser investido para suprir necessidades da educação, do lazer e do turismo. Quanto às propostas de “**preservação**”, sugeriram que:

“As medidas de preservação teriam objetivos estéticos, culturais e econômicos de alto interesse, conservando um testemunho da história da construção da cidade nas áreas possíveis de serem preservadas que se encontrem no bairro. Principalmente a manutenção de determinados conjuntos, vilas e vielas que, na topografia peculiar da região, garante visuais estratégicas. Essas construções continuariam a desempenhar o seu papel como conjunto habitacional de uso particular e coletivo, e o abrigo de atividades comerciais e de atração turística”²³¹

231Idem.

O outro estudo encomendado por Leão nesta época, foi o projeto de regulamentação da zona especial Z8-007, região da Luz, e que foi publicado, em 1977, sob o título *Área da Luz: renovação urbana em São Paulo*²³². Para esse trabalho foi contratado o Escritório Rino Levi Arquitetos Associados Ltda., cujos autores principais foram os arquitetos Roberto de Cerqueira César, Luiz Roberto Carvalho Franco e Paulo Júlio Valentino Bruna, ainda participaram os arquitetos Carlos Eduardo Zahn e José Luiz Ronca e para consultoria especial participaram os também arquitetos Benjamin A. Ribeiro para “metodologia” (autor da lei da Z8-200), Benedito Lima de Toledo para “assuntos históricos”, Miranda Martinelli Magnoli para “paisagismo”, Marc Rubin para “planejamento urbano”.

Em uma análise geral do trabalho apresentado, identificamos como objetivo principal a preparação da região para receber o metrô e, assim, foi dado destaque ao estabelecimento de “setores funcionais”, à viabilização da circulação do tráfego e de pedestres, à eleição de áreas para implantação de equipamentos públicos, ao aumento da área para uso residencial, etc.²³³. A proposta incluía um projeto de sistema viário e ainda uma “proposta de instrumentos e programas, visando otimizar o desempenho da Área, bem como a preservação de seus aspectos histórico-culturais e paisagísticos e recuperação de setores urbanos deteriorados”. Em relação às indicações de **imóveis para preservação**,

“Foram dadas orientações para execução de projetos especiais para cada setor, por exemplo: a conservação dos quarteirões da **Vila Economizadora**, a revisão do projeto de duplicação da rua João Teodoro e a manutenção da chaminé da antiga Usina, a remoção do Grupo Escolar Prudente de Moraes para desobstruir a vista do Jardim da Luz desde a Avenida Tiradentes, o tombamento do Conjunto Politécnico, constituído pelos Edifícios Paula Souza e Ramos de Azevedo, assim como a valorização das áreas próximas como a Praça Fernando Prestes, entre outras.”²³⁴

232BRUNA, P. J. V. ; CESAR, R. C. ; FRANCO, L. R. C. ; *Área da Luz: renovação urbana em São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

233Uma análise desse projeto pode ser vista em MOSQUEIRA, Tatiana M. *Reabilitação da região da Luz – Centro histórico de São Paulo: Projetos urbanos e estratégias de intervenção*. (dissertação de mestrado) FAU-USP, São Paulo, 2007.

234Idem, p.132, grifo nosso.

2.1.1.2 Ruas de pedestres

Das discussões e determinações apontadas no âmbito das atividades da COGEP a respeito dos planos para a região central, temos nos registros do seminário “Revitalização de áreas centrais”²³⁵ (realizado em 1975 e que teve o objetivo da troca de experiências em âmbito nacional e internacional²³⁶) um importante documento que nos apontou tanto a origem das referências que foram tomadas pelos técnicos como partido para intervenção no centro de São Paulo.. Foram apresentados nesse Seminário os “exemplos”, isto é, os projetos tidos como bem sucedidos, principalmente com foco na experiência de “**revitalização urbana**” realizada em Curitiba e, não por acaso, o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC participou da organização do evento.

O prefeito e urbanista Jaime Lerner, além de informar da “reciclagem” de edifícios antigos que havia realizado em Curitiba e que eram tomadas por ele como

“evidências, hoje, de renovação ou de mostras de valores arquitetônicos tradicionais ou de uma determinada época, estão bem salientes em quase todas as ruas da cidade.”²³⁷

também defendeu, como mote principal do sucesso das intervenções da cidade, o partido da priorização do transporte coletivo e a criação de **áreas exclusivas para pedestres**. No Seminário, também foi abordada a experiência de implantação de calçadas realizada em Munique, associada ao controle dos gabaritos dos edifícios. Walter Ulrich Jager informou que

“As áreas de pedestres tornaram-se uma atração e estão presentemente localizadas junto aos edifícios mais tradicionais. São patrocinados concursos para renovação (restauração) das fachadas dos edifícios que dão

235 SÃO PAULO (município)/ Cogep. PR-085 Seminário “Revitalização de áreas centrais”. IPUUC-COGEP. São Paulo. 27-29 de janeiro de 1975. No arquivo de DEUSO. Na ocasião prefeito Miguel Colasuono, coordenador geral COGEP João Leão e gerente de projeto Victor Chinaglia.

236 Participantes: Jaime Lerner (Curitiba), Richard Mitchell (Los Angeles), Walter Ulrich Jager (Munique), Ake Norling (Gotemburgo), Carlos Sayini (Roma), Pierre-André Julien (Quebec). SÃO PAULO (município)/ Cogep. PR-085 Seminário ...

237 SÃO PAULO (município)/ Cogep. PR-085 Seminário “Revitalização de áreas centrais”. IPUUC-COGEP. São Paulo. 27-29 de janeiro de 1975, p.6. No arquivo do DEUSO

aspecto típico da cidade”²³⁸

o que ecoava o sucesso da empreitada de Jayme Lerner, realizada a partir de 1972. Em uma matéria do Jornal da Tarde de 1973, o jornalista Júlio Moreno dedicou duas páginas à experiência da “rua de pedestres”. A matéria *Uma rua colorida, com flores, sem carros. Uma rua de lazer*²³⁹ aponta as soluções de Curitiba e enaltece o impacto positivo da solução, que criou “pontos de encontro”, “salas de estar urbana” com quiosques de flores e áreas de descanso. Tal foi o sucesso, que várias ruas já haviam sido fechadas para o trânsito de automóveis. Outro exemplo apontado por ele, foi o da Praça 7 em Belo Horizonte, que também já adotara a solução em algumas de suas ruas na área central. Moreno também dedicou parte da matéria a apresentar os projetos bem sucedidos do arquiteto americano “especialista em arquitetura do lazer” Lawrence Halprin²⁴⁰.

Outra pauta interessante dessa matéria, foi a publicação da proposta do arquiteto Jorge Wilhelm a ser realizada na rua Augusta em São Paulo, o projeto “Nova Augusta”, que havia apresentado ao prefeito Figueiredo Ferraz. Wilhelm propunha “a pedestrianização da rua em seu trecho mais nobre (a parte dos Jardins) e a criação de dois parques públicos e diversos ‘pontos de encontro’” e a criação de estacionamentos subterrâneos.

Na apresentação dos trabalhos da COGEP do Seminário de 1975, o coordenador João Evangelista Rodrigues Leão²⁴¹ colocou sua insatisfação quanto a “legislação de preservação de edifícios muito pobre” existente no Brasil, assim como o “consenso popular correspondente a ela”. Em um tom de “desculpas” aos convidados estrangeiros, explicou a situação em que se encontravam nesses termos:

“São Paulo ainda está enfrentando as obras do seu próprio metrô e equacionando o que deverá ser feito das ruas e das áreas que forem retiradas da utilização do automóvel, e que deverão ser devolvidas aos pedestres (...) no estágio em que nós estamos, aqui em São Paulo – não só com relação ao centro da cidade, como também em relação ao próprio processo de planejamento, faz com que tenhamos consciência de que, por mais que o planejamento da Prefeitura tenha feito nos últimos anos, ainda falta muita coisa a ser feito, não só em termos de planejamento, como de execução”²⁴²

238Apresentação de Walter Ulrich Jager. SÃO PAULO (município)/ Cogep. PR-085 Seminário “Revitalização de áreas centrais”. IPUUC-COGEP. São Paulo.27-29 de janeiro de 1975. p.23 No arquivo do DEUSO

239MORENO, Júlio. *Uma rua colorida, com flores, sem carros. Uma rua de lazer*. Jornal da Tarde de 26 de fevereiro de 1973.

240Apresentou o recém-inaugurado Auditorium Forecourt, em Portland, Oregon e reforma da avenida Nicollet em Minneapolis.

241Eng. João Evangelista Rodrigues Leão, coordenador da Cogep e anfitrião do encontro.

242SÃO PAULO (município)/ Cogep. PR-085 Seminário “Revitalização de áreas centrais”. IPUUC-COGEP. São Paulo.27-29 de janeiro de 1975. p.31No arquivo do DEUSO

2.1.1.3 Vila Itororó

Dentre as ações que pretendiam investir, Leão afirmou, durante o Seminário de 1975, que o desejo de “devolução da rua ao pedestre” (que se confirmou no projeto implantado na área central de São Paulo “PR.064 - Ruas de pedestres”) apontou diretrizes para limpeza e realce das fachadas da rua 25 de março, caracterizando-a como uma “área valorizada por suas características estéticas”, “arquitetonicamente interessante”, além de citar um outro projeto, o da Vila Itororó, tida por ele como uma “casa surrealista” de “arquitetura interessante”, cujo projeto de “recuperação urbana” havia sido contratado nessa época.

O projeto “PR.067 Vila Itororó: proposta de recuperação urbana”²⁴³ foi executado pelos arquitetos Claudio Tozzi, Décio Tozzi e Benedito Lima de Toledo, foi apresentado em 1974, o caderno entregue em 1975²⁴⁴ e também foi parcialmente publicado na revista *Construção São Paulo* em junho de 1975²⁴⁵. Sobre a escolha da “Vila Surrealista” como um projeto especial, Domingos Theodoro de Azevedo, na época gerente de projetos da COGEP, nos disse que ouviram muito Carlos Lemos e Benedito Lima de Toledo, e que

“já existia uma ideia de que tinha muita coisa a ser preservada, por exemplo a Vila Itororó, a Bela Vista entrou muito em função da Vila Itororó (...) eu sempre achei que tinha muita coisa, do eclético digamos assim, que fazia parte da cidade, que mesmo que não tivesse nenhum valor arquitetônico de inovação ou qualquer coisa desse tipo, eram marcos da cidade que deviam ser preservados, a gente falava de valor de referencia para a população”²⁴⁶.

Ao discorrer sobre a “Casa Surrealista” do mestre-de-obra português, Toledo valorizou o modo criativo, “engenhoso” e “curioso” com que Francisco de Castro conduziu as “colagens”, não economizando na descrição detalhada dos elementos de composição desse conjunto cujo resultado para ele foi “surpreendente”!²⁴⁷

²⁴³Sob a gestão do prefeito Miguel Colasuonno, sob coordenação de João Leão e do gerente de projeto Domingos Theodoro de Azevedo

²⁴⁴TOLEDO, Benedito L.; TOZZI, Cláudio; TOZZI, Décio. Vila Itororó: projeto de recuperação urbana. São Paulo: Cogep, 1975.

²⁴⁵Plano para recuperar um pouco dos anos 20. *Construção São Paulo*, São Paulo, n.1426, 9 de junho de 1975, p.11-15.

²⁴⁶Entrevista a autora, em 27.02.2012.

²⁴⁷TOLEDO, B. L.; DANON, D. *São Paulo: Belle Époque*. São Paulo: Nacional, 2010.2 ed., p.70 [1974].

2.2 “Toledo e Lemos” - bens culturais da área central

2.2.1 A lista da Z8-200 (1975)

Em meio aos estudos anteriormente mencionados e aos projetos em andamento na área central, temos em um relatório da COGEP de 1976²⁴⁸ listados os seguintes projetos, como finalizados ou em andamento para o Centro: Projeto Centro: Áreas verdes; Caso Martinelli; Projeto Centro: Edifícios de Valor Histórico e Paisagístico; Projeto Anhangabaú; Projeto Pátio do Colégio; Projeto Galeria de pedestres; Projeto 25 de março e Projeto Ruas de Pedestres.

O “PR-025/2 - Projeto Centro: Edifícios de Valor Histórico e Paisagístico”²⁴⁹ como vimos, já estava previsto desde 1972 (Projeto nº 014/PR.025/72) listado como um dos estudos a serem realizados para regulamentação das zonas especiais-Z8. Benedito Lima de Toledo foi chamado no final de 1974 por Leão²⁵⁰, que convidou Carlos Lemos para procederem a um trabalho de identificação do patrimônio da área central a ser realizado em três meses. Como identificamos anteriormente, Toledo já havia participado como consultor da “preservação” em todos os trabalhos que haviam sido contratados pela COGEP até então, e não coincidentemente foi chamado para este.

Como vimos no capítulo anterior, Toledo e Lemos eram professores do Departamento de História da FAU, em que desenvolviam estudos específicos sobre a história da arquitetura paulista. A nosso ver, praticamente se completavam em seus assuntos prediletos, Lemos dedicado à arquitetura popular doméstica e Toledo atento à presença do imigrante, temas que se confirmam nas publicações lançadas pelos dois nas décadas de 1970 e 1980. No intuito de divulgar a historiografia da arquitetura paulistana, a Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP²⁵¹ os

248 SÃO PAULO (município)/COGEP. RD/001/76 PLANO INTEGRADO DA ÁREA CENTRAL – Relatório Informativo dos Elementos de Conhecimento, 1976. Pasta P02G020A6, acervo da Seção Técnica de Crítica e Tombamento STCT/DPH.

249 Encontrado no Departamento de Uso do Solo – DEUSO/SMDU/PMSP: SÃO PAULO (município)/ COGEP. PR-025/2 - *Projeto Centro: Edifícios de valor Histórico e Paisagístico*. São Paulo, 1975.

250 Segundo Benedito Lima de Toledo, entrevista a autora, em 01.02.2012.

251 A Edusp vinha, desde 1969, vinha lançando uma série de livros cuja finalidade era de “promover a divulgação da arquitetura brasileira desde os seus primórdios” (Cf: *Da taipa de mão ao concreto do metrô. Construção São Paulo*, São Paulo, n.1412, p.6-11, mar, 1975). e desde 1971 passou a publicar com ênfase sobre a arquitetura da cidade de São Paulo. Todas as publicações tem texto histórico e ilustrações ou desenhos realizados ora por Renée Lefèvre, ora por Diana Danon. A primeira foi “Memória e tempo das igrejas de São Paulo”, de 1971, de Diana Danon.

escolheu e respectivamente lançou, em 1973 *São Paulo, sua arquitetura: colônia e império*²⁵² de Carlos Lemos, e, no ano seguinte, *São Paulo: Belle Époque*²⁵³ de Toledo.

Benedito Lima de Toledo figurava como um arquiteto militante da preservação da cidade e já aparecia como uma referencia, em matérias de jornal, no que se referia ao esclarecimento da história na discussão das transformações da cidade. Em julho de 1973, na série “Fuga da Cidade” do *Jornal da Tarde*, Toledo colaborou com o jornalista Júlio Moreno²⁵⁴ em pelo menos duas matérias relativas ao tema da cidade de São Paulo “Esta fuga já dura três séculos” e “Uma cidade calma e humana, no lugar em que hoje está São Paulo”²⁵⁵. Na segunda matéria, Toledo apresenta algumas de suas ideias sobre o planejamento e a preservação de São Paulo, critica a postura dos administradores de estarem “descaracterizando” a cidade, apontando sua indignação para com as demolições e construções que estavam sendo realizadas a favor do “automóvel” e da implantação do metrô:

“Benedito Lima de Toledo lamenta que todos estejam aderindo aos lugares-comuns para criticar a metrópole - “o que leva ao desamor por seus valores, a ponto de ninguém ligar quando se destroem **belezas como o Palacete Santa Helena, o Palacete Prates, a Vila Fortunata, as casas art-nouveau, a avenida Paulista ou a avenida São João**”²⁵⁶

Toledo e Lemos foram, portanto, os autores escolhidos também para proceder à seleção de imóveis a serem preservados na área central, que deu origem à primeira lista oficial de bens que se tornaram protegidos pelo município. A lista foi publicada em dezembro de 1975 sob forma de Lei²⁵⁷, e assim, passaram a ser enquadrados tanto imóveis isolados quanto conjuntos arquitetônicos como **Z8-200**, uma “zona especial” definida por: “imóveis de caráter histórico ou de excepcional

252 LEMOS, Carlos A. C. e LEFÈVRE, Renée. *São Paulo, sua arquitetura: colônia e império*. Companhia Editora Nacional/ EDUSP, São Paulo, 1974. O texto foi também publicado em 1978, na *CJ Arquitetura*, São Paulo, 1978, n.19.

253 TOLEDO, B. L. ; DANON, D., 1974.

254 Formado pela ECA-USP, Moreno dedicou-se a matérias sobre a cidade desde quando trabalhava na *Folha de São Paulo* como estagiário em 1971. Em 1972, foi para o *Jornal da Tarde*, momento em que passou a cobrir a repercussão da Lei de zoneamento, conheceu João Leão e a partir da proximidade com Toledo e Lemos, passou a se dedicar ao tema do patrimônio em São Paulo.

255 MORENO, Júlio. *Esta fuga já dura três séculos*. (série Fuga da Cidade n.2). (com colaboração de Benedito Lima de Toledo). *Jornal da Tarde* São Paulo, 18 de julho de 1973, p.10 e MORENO, Júlio. *Uma cidade calma e humana, no lugar em que hoje está São Paulo* (série Fuga da Cidade n.4) (com colaboração de Benedito Lima de Toledo) *Jornal da Tarde*, São Paulo, 20 de julho de 1973, p.18.

256 MORENO, Júlio. *Uma cidade calma e humana, no lugar em que hoje está São Paulo* (série Fuga da Cidade n.4) (com colaboração de Benedito Lima de Toledo). *Jornal da Tarde*, São Paulo, 20 de julho de 1973, p.18, negrito nosso

257 Lei nº8328 de 2 de dezembro de 1975, proposta pelo arquiteto Benjamin A. Ribeiro.

valor artístico, cultural ou paisagístico, destinados à preservação”.

Ao compararmos com outras experiências protecionistas, vemos que foi criado um instrumento diferenciado de preservação, primeiramente porque não surgiu como uma investida de um órgão criado para esse fim²⁵⁸ e também porque o enquadramento em Z8-200 não significava o tombamento do imóvel. Significava, sim, a obrigação da submissão dos projetos de intervenção para análise, ficando determinadas as decisões finais de enquadramento pela Câmara Municipal sob análise e indicação da COGEP. Na referida **Lei nº 8.328 de 02 de dezembro de 1975**, ficou assim determinado:

“Na zona de uso Z8-200, o remembramento ou desdobro de lotes, as demolições, reformas, ampliações, reconstruções ou novas edificações ficam sujeitas à prévia autorização da Coordenadoria Geral de Planejamento – Cogep, tendo em vista a preservação das características urbanas e ambientais existentes. § 1.0 os pedidos referentes ao disposto neste artigo serão apreciados e decididos pela Cogep, no prazo de cento e oitenta dias, a qual ouvirá, se necessário e para fins de direito, o Conselho de defesa do patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat)”²⁵⁹

A “Lista dos bens culturais dignos de preservação, no Centro de São Paulo” que resultou na **primeira lista da Z8-200**, foi um trabalho realizado por Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 1975, e entregue em março de **1975** uma lista de 91 itens, cerca de 200 imóveis. Em **1977**, ocorreu que essa mesma lista foi submetida a uma revisão, uma análise e pesquisas mais aprofundadas dos edifícios e que resultou da elaboração de uma **normatização por níveis de proteção** dos imóveis da Z8-200, cujo trabalho foi também realizado pela equipe do escritório de Benedito Lima de Toledo e cujo fruto podemos dizer, foi o **primeiro inventário** do patrimônio de São Paulo, intitulado “COGEP Z8 200 - Programa de preservação de bens culturais arquitetônicos da área central de São Paulo” ou ainda “Programa Toledo/Lemos para a preservação de bens culturais arquitetônicos da área central de São Paulo”, como consta na capa do trabalho.

Na **Lista de 75** – a “Lista dos bens culturais dignos de preservação, no Centro de São Paulo” entregue em 1975 – foram apresentadas **27 “manchas” e 66**

258 O Departamento do Patrimônio Histórico – DPH e o Conpresp, que hoje possuem essa atribuição, ainda estavam sendo criados e somente após 1984 teriam algum domínio sobre a questão.

259 Artigo 2 - Lei nº8328 de 2 de dezembro de 1975.

edifícios isolados a serem preservados, num total aproximadamente de **200 imóveis**. Como identificamos, da mesma forma que foram apresentados por Toledo e Lemos, foram publicados na Lei (Lei nº 8.328 de 02 de dezembro de 1975) e que apresentamos aqui em anexo (ANEXOS F, G e H). A lista entregue e a publicada são praticamente as mesmas, com os mesmos dizeres e poucas alterações. Assim como no relatório, na Lei também foram divulgadas as justificativas, o valor atribuído, etc. da maneira que foi apresentado por Toledo e Lemos. Não se tratava, portanto, apenas de uma simples listagem de nomes e endereços, pois também continha uma descrição breve de cada caso, cheia de adjetivações, pormenorizada o quanto possível, com informações de data, representação de qual técnica ou período, quem construiu, etc.

Como sabemos, o inventário realizado em 1977 que definiu os níveis de proteção dos imóveis, não logrou na regulamentação dos imóveis naquele momento. Essa regulamentação só foi formalizada no decreto de 1984²⁶⁰, quando finalmente se estabeleceram os **níveis de proteção**.

Apesar de oficialmente não ter tido um resultado imediato, o Programa Toledo/Lemos deixou como herança aos técnicos municipais um grande acervo de informações sobre cada imóvel, assim como uma metodologia a ser utilizada. Segundo Sylvia Luz Fré, o inventário de 1977 sempre serviu de fonte à elaboração das análises técnicas feitas pela Cogep²⁶¹ e, como verificamos, as fichas elaboradas e utilizadas na Cogep (depois Sempla) após 1977, são o aperfeiçoamento ou complementação daquela já criada por Toledo e Lemos.

260Leis 8759/78, 8769/78 e 8848/78 – regulamentada pelo Decreto nº19835/84, a lista estende-se até Z8-200.107.

261Informação dada pela arquiteta Sylvia Maria Luz Fré, que participou deste processo e trabalhou no Cogep desde 1979. Entrevista a autora, em julho de 2010.

Z8-200 IMÓVEL		CATEGORIA	MAPA
			1:20000
001	IGREJA DA BOA MORTE mancha rua do Carmo/rua Carolina Augusta	P1/P2/P3	03/04
			3314/26/23 139/26/23
002	PÁTIO DO COLÉGIO mancha pátio/rua Gal. Carneiro/rua Bilencaort Rodrigues	P1/P2	02
			3314/23 139/23
003	PRAÇA PATRIARCA rua Libero Badaro/rua São Bento/rua da Quitanda CASA FRETIN rua da Quitanda 162 ED. SAMPAIO MOREIRA rua Libero Badaro 340/346/350	P1/P2	15/26
			3314/22/23 139/22/23
004	LARGO CORAÇÃO DE JESUS IGREJA E LICEU CORAÇÃO DE JESUS Al. Dino Bueno/Barão de Piracicaba/Al. Glete/Rua Helvetia	P2/P3	23
			3312/42/45 118/42/45
005	DONA MARIETA CASA DA BOIA rua Florêncio de Abreu, 111 rua Florêncio de Abreu, 119/123	P1/P2	35
			3314/23 139/23

Cabeçalho da lista utilizada para consulta dos técnicos da SEMPLA

Percebemos ainda, que a regulamentação definida no Decreto de 1984, foi totalmente baseada nas indicações de normatizações definidas no inventário de 1977. Tal comparação pode ser feita com o chamado “tijolinho” de 1984, a publicação *Bens culturais arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo*²⁶², cuja apresentação, formatação, normatização e legislação aprovada, vemos ser claramente baseadas nas propostas de Toledo e Lemos.

Com a criação da Z8-200 em 1975, o governo municipal passou a poder exercer a responsabilidade da salvaguarda dos bens da cidade, sob controle da COGEP (Secretaria de Planejamento), enquanto que o Departamento do Patrimônio Histórico -DPH estava sendo criado e estruturado (1975-1977). As discussões dentro do DPH sobre a política e a legislação protecionista vinham acontecendo obviamente desde a criação da Z8-200, mas foram efetivadas somente em 1985 com a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP. O Conselho seria convocado pela primeira vez somente em 1988 e a sua atuação só aconteceria a partir de 1989, sendo que só em **1992** aconteceu a abertura do processo de tombamento dos imóveis Z8-200 (Res.44/92/COMPRES), o que concluiria o processo de proteção legal do trabalho iniciado por Toledo e Lemos na década de 1970.

Da divulgação do trabalho da **Lista de 75** na época, temos uma matéria do *Jornal da Tarde* de maio do mesmo ano, cujo título é *Primeiro catálogo do tesouro que São Paulo esconde em suas ruas*²⁶³ (Anexo I), do jornalista Júlio Moreno; no ano seguinte, temos um artigo de Lemos publicado na revista *Módulo*, o *Preservação da*

262SNM/EMPLASA/SEMPPLA. *Bens culturais arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo*. São Paulo: SNM/EMPLASA/SEMPPLA, 1984.

*fisionomia paulistana*²⁶⁴, publicado em **1976** que trouxe parte do texto entregue. Uma outra publicação diretamente relacionada a esse trabalho foi outra matéria do *Jornal da Tarde*, publicada em **1986**, o *Segundo catálogo do tesouro que São Paulo esconde em suas ruas*²⁶⁵ (Anexo N) que se prestou à realizar um diagnóstico do estado de alguns dos imóveis da lista, realizada através do depoimento de Toledo.

A matéria de 1975 de Júlio Moreno, fruto de uma entrevista que realizou com os arquitetos, foi destaque em duas páginas do jornal e ilustrada com inúmeras fotos (Anexo I). Moreno nos disse²⁶⁶ que foi a partir do contato com João Leão, “figura admirável, criativo, idealista, que morreu ainda jovem”, com o qual mantinha contato desde quando acompanhava a lei de zoneamento e da elaboração dessa matéria, do conhecimento do trabalho de Toledo e Lemos, que passou a se dedicar ao tema da preservação da cidade. Tal inclinação culminou, a nosso ver, em uma das suas maiores contribuições nesse sentido, os números 17 e 19 da Revista *CJ Arquitetura*²⁶⁷, que consideramos importantes documentos no que se refere às investigações no campo do patrimônio tanto no contexto Brasil, como de São Paulo, cujas edições Moreno organizou e coordenou, além de ser autor de alguns artigos. Sobre esse contato com os arquitetos preservacionistas na época, Moreno nos contou:

“Tornei-me, então, muito próximo dos responsáveis por esse levantamento, os arquitetos Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, e alguns de seus alunos da FAU-USP, entre eles Hugo Segawa. Eles se tornaram fontes de boas matérias que fiz ao longo de tantos anos sobre o patrimônio, da mesma forma – entre outros, que posso estar esquecendo no momento – como os arquitetos Nestor Goulart Reis Filho, Murilo Marx, Eduardo Yázigi, Nádia Somekh, Paulo Bastos, Eideval Bolanho e Augusto Carlos da Silva Telles. Acompanhei os trabalhos do Condephaat, vi nascer o Conpresp e frequentei várias vezes a casa neocolonial da rua Baronesa de Itu onde estava instalado o IPHAN. Luis Saia tinha um jeitão meio fechado, mas era um afável transmissor de conhecimentos. Seu sucessor, Antonio Luis Dias de Andrade (“Janjão”), era um sujeito sensível, estudioso dedicado, seria

263 MORENO, Júlio. *Primeiro catálogo do tesouro que São Paulo esconde em suas ruas*. *Jornal da Tarde/O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 de maio de 1975, p.18-19.

264 LEMOS, Carlos A. C. *Preservação da fisionomia paulistana*. Módulo, Rio de Janeiro, nº42, p. 30-33, março de 1976.

265 MORENO, Júlio. *Primeiro catálogo do tesouro que São Paulo esconde em suas ruas*, em *Jornal da Tarde/O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 de maio de 1975, p.18-19.

266 Entrevista à autora, em 28 de outubro de 2011.

267 *CJ. Arquitetura*. São Paulo, n.17 (*40 anos do patrimônio histórico*), 1977.. Esse número da publicação aborda um quadro geral da atuação do IPHAN e da situação da preservação do patrimônio vista sob olhar crítico; contém artigos escritos pelos próprios técnicos do órgão, entrevistas e textos de jornalistas. *CJ. Arquitetura*, São Paulo, n.19 (*Patrimônio cultural de São Paulo*), 1978.

hoje uma grande personalidade do patrimônio nacional não tivesse também morrido prematuramente”²⁶⁸

Na matéria de Moreno, foi dada ênfase em caracterizar o “bem cultural” a que Toledo e Lemos elegiam, falou-se da diversidade de estilos, de épocas, foi explicado que “alguns dos mais importantes exemplares arquitetônicos de São Paulo” não estavam sendo valorizados pelo seu “valor arquitetônico excepcional” ou por sua ligação a fatos históricos, foi dito que os bens eleitos, teriam valor porque são **“documentos da evolução urbana da cidade”**

“são preciosos, porque são característicos, típicos – e ainda originais. São verdadeiros documentos do que foi a cidade em diversas épocas. São os “bens culturais” de São Paulo, um patrimônio que a cidade precisa preservar, pois nele está sua identidade.”²⁶⁹

Nessa matéria de 1975 também foi feito o alerta para algumas construções identificadas como “bem cultural” e que estariam em vias de demolição, ameaçadas por conta das obras do metrô e da construção de prédios. Lemos ao responder a questão de Moreno sobre o que motivou à realização desse trabalho, disse que já existia uma “visão moderna do problema decorrente do crescimento indiscriminado da cidade em processo de metropolização” advinda de uma preocupação do governo federal, através do Ministério do Planejamento, de “equacionar a questão propondo métodos de abordagem daquilo que se chama de **“patrimônio ambiental urbano”** e disse que

“nesse aspecto, o trabalho realizado em São Paulo é o pioneiro e veio mostrar justamente que a Prefeitura, através da COGEP, então dirigida pelo engenheiro João Evangelista Leão, estava consciente desse grande problema da metamorfose contínua da cidade, sem que ninguém providencie uma política de preservação de testemunhas de cada época, de cada fase econômica”²⁷⁰

Em outro momento da matéria, Benedito Lima de Toledo, ao responder sobre o porque de “vilas operárias” e “edifícios de bancos e cinemas” serem considerados “bens culturais dignos de preservação”, colocou muito claramente a **nova postura**

²⁶⁸Entrevista à autora, em 28 de outubro de 2011.

²⁶⁹MORENO, Júlio. *Primeiro catálogo do tesouro que São Paulo esconde em suas ruas*, em *Jornal da Tarde/O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 de maio de 1975, p.18-19.

²⁷⁰Idem.

conceitual que estavam defendendo

“Nós precisamos abrir mão da ideia preciosista de só preservar os chamados monumentos nacionais. É preciso resguardar a “leitura” da cidade. A identificação dos seus edifícios, dos seus espaços abertos, das suas praças, quaisquer que sejam o seu vulto. Não é só um palacete que tem significado, ou uma obra relacionada com elementos históricos. As coisas mais prosaicas têm muito significado na “leitura” da cidade: todas as pessoas falam com emoção de aspectos da cidade intimamente ligados às suas vidas. Isso torna a cidade um patrimônio comum”²⁷¹

Hugo Segawa, então estudante, foi um dos que se motivou pela matéria de 1975 e acabou por trabalhar como estagiário no escritório de Benedito Lima de Toledo durante os anos de sua formação²⁷². Segundo o depoimento de Segawa, , após a criação e divulgação da Z8-200, passou a haver uma conscientização da preservação do patrimônio, uma valorização do tema principalmente entre os profissionais da área, que passaram a ver a possibilidade de adotar o patrimônio como um “critério de intervenção urbana”.

2.2.1.1 *By feeling*

Do trabalho que por fim originou a lista, sabemos que além de Toledo e Lemos, participou o então estagiário Alexandre Luiz Rocha²⁷³, que trabalhava com Toledo desde o estudo da Área da Luz e permaneceu até a conclusão de sua formatura em 1977. Segundo Toledo, o levantamento foi exaustivo e teve grande participação de Rocha, e nos contou que ele

“participava ativamente, ele é excepcional, tem boa vontade, iniciativa, tudo. O Alexandre contou que as vezes chegava em casa e tomava banho no chuveiro sentado porque não aguentava ficar de pé, porque a gente passava o dia, comemos onde fosse possível e continuávamos, tinha que fazer lá naquele prazo e coisa que se faz com gosto, não cansa né”²⁷⁴

²⁷¹Idem.

²⁷²Entrevista à autora, em 18 de fevereiro de 2011. Hugo Segawa era estudante da FAUUSP na época e trabalhou como estagiário na segunda fase do trabalho, no inventário de 1977.

²⁷³Alexandre Luiz Rocha graduou-se na FAUUSP (1977) onde também fez seu doutorado (2008). Coursou diversas especializações na USP e na UFBA. Atualmente é professor da Universidade Estadual de Campinas.

²⁷⁴Benedito Lima de Toledo, em entrevista à autora, em 01.02.2012.

Percorreram e cadastraram “todo o centro de São Paulo, visitando e fotografando praticamente casa por casa”²⁷⁵, disse Lemos. O prazo exíguo de apenas três meses não permitiu que se debruçassem em pesquisas minuciosas e a lista elaborada foi caracterizada por eles como

“um trabalho prévio de abordagem, é uma última oportunidade de se verificar o que sobrou da contínua onda de renovação urbana que sempre caracterizou a cidade que mais cresce e se transforma no mundo. Agora, já não há mais tempo para prioridades”²⁷⁶

Dessa maneira, tudo que se realizou foi fruto da experiência e da formação que os arquitetos tinham até ali, o “método” confessado no texto, foi o **by feeling**, que assim caracterizaram:

“trata-se, simplesmente, de se captar 'instantes' da vida urbana da cidade e, assim, procurou-se somente, dentro da amostragem ainda existente, separar edifícios de épocas diversificadas e somente aqueles concebidos dentro do bom gosto da época”²⁷⁷.

Das **principais referências** que foram apontadas pelos autores no texto de apresentação de 1975, temos indicadas as experiências da “Prefeitura de Paris em relação ao bairro histórico do Marais, ou as prefeituras de Boston, São Francisco, Filadélfia, que tiveram seus centros urbanos preservados”²⁷⁸. Toledo nos reafirmou a importância que teve o trabalho feito em Paris a partir da **Lei Malraux**, principalmente no que concerne a preservação de “setores”, um conceito e uma política de preservação que teve na valorizar do conjunto urbano a consideração da coexistência de edifícios de estilos e de épocas diferentes, além obviamente devemos considerar que neste momento haviam tido contato com tudo que foi passado e discutido no **Curso de 1974**, como apontamos no capítulo anterior. Quando questionamos Alexandre Rocha sobre quais teriam sido as referências e as experiências percebidas por ele no discurso de Toledo e Lemos na época, ele nos informou que “havia uma boa sintonia entre os dois” em relação aos critérios de

275 LEMOS, 1976.

276 SÃO PAULO (município)/COGEP. 1975, p. 13.

277 Idem, p.12.

278 SÃO PAULO (município)/ COGEP.PR-025/2 *Projeto Centro: Edifícios de valor Histórico e Paisagístico*. São Paulo, 1975. p.4. Acervo do DEUSO

escolha e que além da própria “erudição acumulada pelos dois *experts*”. Na opinião dele, o Curso de 1974 teve forte influencia no posicionamento dos arquitetos, segundo Rocha, o Curso

“serviu para catalisar a experiência internacional no depoimento de expoentes como Hugues de Varine-Bohan, Ulpiano Bezerra de Meneses, que ampliaram e atualizaram, em consonância com a experiência internacional, o conceito de Patrimônio”²⁷⁹.

Ao ser indagado sobre as experiências de inventário que haviam tido contato até aquela ocasião, Toledo nos informou ter sido definitiva a experiência que teve em uma viagem feita a Portugal em 1971²⁸⁰, quando passou três meses viajando pelas aldeias portuguesas, ocasião em que se aproximou do arquiteto António Menéres e assim teve contato com o trabalho de inventário da arquitetura popular portuguesa o qual ele havia participado. Para Toledo, o *Inquérito à arquitetura popular portuguesa*²⁸¹ foi

“obra de referencia importantíssima, o primeiro grande inventário que deu um impulso para os valores antropológicos, não apenas formais e estilísticos, esse teve grande influência, não só para mim, mas pra toda aquela turma do Departamento de História”²⁸²

2.2.1.2 Conceitos

Da “Listagem básica dos bens culturais relevantes situados no Centro Comercial de São Paulo, destinada a orientar o poder público municipal na sua política de preservação”²⁸³, entregue em 1975, chama-nos a atenção primeiramente a adoção do termo **bens culturais**, o que nos remete necessariamente às aulas de

²⁷⁹Entrevista à autora, em 03.10.2011.

²⁸⁰Benedito lima de Toledo, em razão de ter ganho uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, fez uma viagem pela Península Ibérica, em que participaram alguns professores do Departamento de História da FAU-USP, como Eduardo Knesse de Mello, Eduardo Corona, dentre outros.

²⁸¹Também chamado *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*, o trabalho foi realizado entre os anos de 1955 e 1960 em seis zonas: Minho, Trás-os-Montes, Beiras, Estremadura, Alentejo e Algarve. Deste Inquérito resultou a 1ª Edição do livro *Arquitectura Popular em Portugal*, publicada em 1961, reeditada em 1980, 1988 e 2004. Cf.: <http://www.oapix.org.pt/300000/1/index.htm>.

²⁸²Entrevista à autora, em 01.02.2012. Grifo nosso.

²⁸³SÃO PAULO (município)/ COGEP.PR-025/2 *Projeto Centro: Edifícios de valor Histórico e Paisagístico*. São Paulo, 1975.

Varine-Bohan, como vimos no capítulo anterior. Em segundo lugar, o que percebemos destacar-se logo a partir da leitura dos textos iniciais “Do Cadastro dos Bens Culturais” e “Cidade”, que antecedem a apresentação dos critérios e da listagem, é a constatação de que a São Paulo sobrevivente é a que foi construída a partir da instalação da estrada de ferro e da chegada dos imigrantes. Essencialmente, o que deu sustentação ao discurso protecionista dos autores foi a própria explanação da história da arquitetura e do urbanismo da cidade, assunto que eles dominavam e, assim, construíram sua defesa a partir do grau de representação que os bens teriam na evolução da paisagem urbana paulistana.

A partir dessa abordagem, justificaram a leitura desses bens através da divisão dessa “evolução” pelo critério das **“técnicas construtivas”**. Colocaram que o critério “tradicional” utilizado (como no CONDEPHAAT) “baseado na divisão de nossa evolução por ciclos econômicos” não funcionava no caso da cidade de São Paulo:

tais ciclos na verdade não deixaram na Capital marcas muito facilmente identificáveis porque, paradoxalmente, desta cidade emanavam impulsos que projetavam sucessos fora de seu âmbito, deixando-a sempre despojada de marcas perceptíveis em sua tradicional paisagem urbana. Somente com o café e a estrada de ferro é que a cidade de São Paulo conheceu suas primeiras transformações físicas de monta e é por isso que apelamos a um segundo enfoque que é relativo às técnicas construtivas²⁸⁴

Da explanação que desenvolveram a partir das técnicas, aliaram a “taipa de pilão” ao período de “pobreza da cidade” e colocaram em seguida, quase como num mesmo bloco, o “tijolo”, o mestre de obra estrangeiro, o ecletismo, o café e a estrada de ferro. Tais elementos fazem parte do período de expansão da trama urbana da cidade, redefinida pelos arquitetos como o período que abrange o terceiro quartel do século XIX até a década de 30 do século XX, como a divisão entre “cidade velha” e “cidade nova” que Lemos descreveria, já na década seguintes, em seu *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*, sua tese de livre-docência defendida em 1983²⁸⁵. Segundo análise dos arquitetos, praticamente só nos restou a “cidade nova”, a que foi construída com tijolo, a arquitetura produzida pelas mãos do

²⁸⁴Idem. p.1

²⁸⁵A tese foi publicada comercialmente como: LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. 2ed. rev., ampl. - São Paulo: Nobel, 1989. [1985].

estrangeiro, do imigrante, o maior responsável pelo crescimento e formação da cidade de São Paulo:

“É o tempo do surgimento dos mestres de obra estrangeiros, que introduziram o ecletismo contrapondo-se ao modismo tradicional decorrente do neoclássico imperial. Foi o tempo também do início da expansão da trama urbana.(...) Assim, sobre a cidade de taipa sobrepõe-se a de tijolos, já provocando alterações sensíveis no traçado urbano, principalmente no que diz respeito à expansão de novos bairros, permitindo ao centro a exclusividade comercial, com o desvirtuamento de função das velhas construções, transformando antigas residências em escritórios e lojas. E, mais tarde, todas as construções de tijolos, velhas casas e hotéis, antigos prédios comerciais, deram paulatinamente lugar aos edifícios de concreto.”²⁸⁶

Vimos que nesse trabalho, acima de tudo, o pertencimento à história local é o mote para o reconhecimento do edifício e do conjunto urbano como “bem cultural”, visto sob o aspecto de sua representação simbólica na história de uma sociedade em particular, analisados os condicionantes e determinantes locais a que esse determinado bem se inseria. Nos discursos de Toledo e Lemos são frequentemente enaltecidas as produções materiais e a história do imigrante lutador que se adapta e recria, legitimando uma arquitetura fruto da miscigenação, que é colocada acima dos valores estéticos e estilísticos. Seus trabalhos valorizavam construções que dificilmente passariam pelo crivo dos técnicos do IPHAN na época, como os conjuntos de arquitetura modesta e o grande número de edifícios em estilo eclético.

A “cidade sem preconceitos”, segundo eles, caracterizou-se por não segregar as etnias e tampouco teve uma arquitetura personalizada de acordo com a origem dos arquitetos²⁸⁷. Lemos, ao explicitar sobre o enquadramento das construções como “legítimos bens culturais”, disse ter atribuído valor a construções que estivessem

“intimamente ligadas a todos os processos de aculturação havidos ao longo do tempo (...) envolvidos nos lentos processos de adaptação ao universo popular (...) construções realmente populares, onde estivesse implícita toda uma cristalização de soluções absorvidas via aculturações muito bem determinadas no tempo e no espaço”²⁸⁸

E, compartilhando dessa concepção, Toledo, quando indagado sobre o

²⁸⁶Idem, p.2

²⁸⁷SÃO PAULO (município)/COGEP. 1975, p. 8

²⁸⁸LE MOS, 1976, p.30-33.

porque de “vilas operárias” e “sedes de bancos e cinemas” serem considerados “bens culturais dignos de preservação”, disse:

“Todos os 'fatos urbanos' (edifícios, espaços abertos, acidentes naturais, etc.) que documentam as sucessivas etapas da vida da cidade são 'bens culturais'. E o mais difícil realmente é exagerar o que se tem diante dos olhos e empenhar-se na defesa do que é característico e não do que é excepcional, para se impedir que São Paulo, no que se refere ao seu passado recente, seja mais uma 'cidade sem história', arquitetura é documento e como tal, insubstituível.”²⁸⁹

2.2.1.3 Critérios

Na eleição dos critérios, mostraram o desejo de abarcar exemplares de períodos distintos e que representassem, seja pela técnica (da taipa ao concreto) e/ou estilo (do colonial ao moderno), uma fase da “evolução formal” típica da cidade, que marcasse a “fisionomia da cidade”²⁹⁰ Da cidade anterior ao século XIX apontaram total descontentamento, tendo em vista a “amostragem extremamente escassa” que encontraram²⁹¹:

“em vez de podermos escolher exemplos realmente representativos de um conjunto uniforme antigo temos de nos contentar com os poucos restos que passam a adquirir o caráter de excepcionalidade, não excepcionalidade por suas qualidades intrínsecas, por sua beleza, ou pela excelência de sua fatura, mas excepcionalidade por sua inesperada sobrevivência”²⁹².

Já sobre a “**segunda fisionomia da cidade**”, das construções do período do final do século XIX à década de 1930, das construídas em **alvenaria de tijolo**, Toledo e Lemos dizem encontrar diversos exemplares que os permitiram escolher “tanto bens culturais significativos, ímpares pelas suas qualidades, como bens culturais modestos, porém típicos de uma solução popular corrente, o que também interessa documentar”. Desta fase, incluem-se os estilos que vão do *art nouveau*, do

289MORENO, Júlio. *Primeiro catálogo do tesouro que São Paulo esconde em suas ruas*, em Jornal da Tarde/O Estado de São Paulo, São Paulo, 19 de maio de 1975, p.18-19.

290Do texto “triagem dos bens culturais relevantes” SÃO PAULO (município)/COGEP. *PR-025/2 Projeto Centro: Edifícios de valor Histórico e Paisagístico*. São Paulo, 1975.

291Idem, p.9.

292Idem, p.5

neoclássico e a grande representação do **ecletismo** na paisagem paulistana, cuja eleição Lemos disse ter sido feita a partir de uma distinção em duas categorias, isto é, daqueles que foram escolhidos por estarem caracterizados por

“um **ecletismo digamos nacional ou reinterpretado, ou recriado** através de penosos meios de adaptação ou invenção de soluções locais, **daquele ecletismo meramente transposto**. Essas soluções diretamente importadas teriam interesse somente quando tivessem reconhecidamente servido de modelo a cópias sistemáticas das quais, com o tempo, surgissem as tais soluções **nacionais**.”²⁹³

Dentro dessa distinção, destacou por exemplo o escolhido **Edifício Martinelli** (Z8-200.003) “onde o imigrante vaidoso e algo ingênuo tentou testemunhar, com seus próprios recursos e experiência adquirida ao longo dos anos da labuta da terra nova, a sua pujança e sua gratidão” distinguindo-o dos não escolhidos, por considerar “um ecletismo transposto”, por exemplo, o Edifício Matarazzo, a Faculdade de Direito e a Catedral Gótica²⁹⁴.

Por fim, sobre os edifícios em **concreto armado**, colocaram em discussão a preservação desses exemplares caso o critério fosse o da “validade estética ou histórica”; mas mesmo assim, tomaram a posição de preservar alguns desses exemplares, por seu caráter de **representatividade**, pois que entendiam

“lícita a perpetuação de exemplos dessa arquitetura amorfa que vem justamente indicar em nossa sociedade a carência de arquitetos habilitados, cujo número porcentualmente é extremamente pequeno em relação à quantidade de arquitetos de certo gabarito que ajudaram a levantar a cidade de tijolos (...) Por tudo isso não se estranhe nossa disposição de relacionar edifícios sem qualificações artísticas maiores, porém ligados a fatos sócio-econômicos marcantes na sociedade paulistana como por exemplo, construções próprias de agrupamentos étnicos que caracterizam nossa sociedade”²⁹⁵.

Dessa colocação, vemos que invocaram a possibilidade de preservação de edifícios considerados por eles sem valor artístico, admitindo serem importantes por seu caráter de **testemunho**, de documento histórico, como justificativa para sua

²⁹³ LEMOS, 1976, p.30-33.

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ SÃO PAULO (município)/COGEP. *PR-025/2 Projeto Centro: Edifícios de valor Histórico e Paisagístico*. São Paulo, 1975, p.6.

escolha, e principalmente exaltaram o trabalho daqueles que “ajudaram a levantar a cidade tijolos”.

2.2.1.4 Da Lista à Lei

Da análise primeira que fizemos da lista (ANEXO 6), o que percebemos, logo à primeira vista, é o desejo de salvaguardar a paisagem paulistana consolidada nas primeiras décadas do século XX. Isto pode ser verificado quando analisamos os 27 primeiros itens dedicados aos conjuntos arquitetônicos, às “manchas”, que são essencialmente plenas de edifícios construídos do final do XIX ao início do XX. São tomadas como a evidência da paisagem construída pelos imigrantes e pelo dinheiro do café e da indústria. No entanto, nas manchas, verificamos a escolha de obras extemporâneas à Primeira República, imperando a diversidade de estilos, de usos, o que nos reforça a postura dos arquitetos em querer conservar os testemunhos, os exemplares que caracterizam a “evolução urbana da cidade”. Sem preconceitos rígidos como os da esfera federal, tinham a intenção de preservar as ambiências de alguns edifícios notórios, os gabaritos, de forma a se garantir a “leitura” da cidade com exemplares construídos em diversos períodos.

Das construções edificadas no período que compreende o final do século XIX e início do XX, “alheias ao ecletismo de fim de século”, são indicados muitos edifícios que eles demonstram conhecer o histórico, principalmente, porque informam em muitos casos quem construiu (ANEXO F). Os edifícios ecléticos em sua maioria não são visados por suas qualidades estéticas, mas principalmente pelo seu valor de pertencimento, de participação no conjunto urbano preservado a ser protegido; eram exemplares sobreviventes da época em que se conformou a cidade do imigrante europeu e de uma fase que se iniciou a partir do terceiro quartel do século XIX, isto é, do primeiro grande surto de urbanização oitocentista em São Paulo, até a consolidação urbana do centro “velho” no início do XX²⁹⁶.

296“O primeiro surto ocorreu no governo do presidente da província João Teodoro Xavier, entre 1872 e 1875, quando se iniciou a retificação do rio Tamanduateí, foi executada a ligação Brás–Luz, a Rua João Teodoro, além de melhoramentos na várzea do Carmo e no Jardim da Luz. O surto seguinte pode ser localizado entre 1889 e 1914, com os prefeitos Antônio Prado e barão Duprat. Foi marcado por importantes obras, como a abertura da Avenida Tiradentes, o alargamento da Avenida São João, a urbanização do vale do Anhangabaú, a remodelação do Jardim da Luz, a ampliação das praças da Sé e Patriarca, a criação das praças Buenos Aires e Marechal Deodoro, e a construção do Viaduto Santa Ifigênia. O terceiro surto correspondeu à primeira gestão de Prestes Maia, entre 1938 e 1945” JACOPONI, Cláudio. *O prefeito que mudou São Paulo. Problemas Brasileiros*, São Paulo, n.321 mai/jun 1997.

Ao analisar as manchas, percebemos também o grande valor atribuído às construções geminadas que conformam certa homogeneidade no gabarito e na leitura da testada da quadra, como por exemplo nas manchas 7, 12, 14 ; outras manchas, como a mancha 13, são valorizadas justamente por se caracterizarem por um conjunto eclético de épocas e estilos variados, configurando assim uma paisagem que apresenta vários exemplares da São Paulo antiga. Vemos que é basicamente nessas duas categorias que se inserem os edifícios ecléticos, essencialmente como parte do todo, como podemos verificar nas Z8-200: 003, 005, 007, 009, 012, 017, 040, 041 (ver no ANEXO 6). A descrição da mancha da Praça do Patriarca, (Z8-200.003) é, aliás, uma que evidencia um pouco do *feeling* dos arquitetos para esses exemplares:

“Prédios antigos da Praça do Patriarca e adjacências. Outro conjunto importante porque possui edifícios que vão desde 1881 até as décadas de 20/30. Engloba prédios das Ruas da Quitanda, São Bento e Líbero Badaró. Relação de edifícios a preservar: Rua da Quitanda nº 133, construído em 1903, e 126, de 1910, projetado por G. Marmorat que estão *vis-à-vis* mantendo a antiga escala da rua. A seguir, vem o prédio 162 da mesma rua, ocupado pela casa Fretin, depois os edifícios nº 203 e 197 da Rua São Bento. Este último é da maior importância, porque é de 1881 e está praticamente intacto, possuindo forros decorados, portas pintadas de modo raro, vidros lapidados de grande interesse documental etc. Depois, vêm os prédios da Praça do Patriarca nº 78 e 96, que se unem aos edifícios nº 282, 326, 332, 346, 326, 452 e 488 da Rua Libero Badaró; aliás, este último é o primeiro prédio de apartamentos de São Paulo, projeto de 1918, de Samuel das Neves, com a colaboração de seu filho Cristiano Stokler das Neves; encerra o conjunto o edifício América, antigo Martinelli.

Nos casos em que são individualmente apontados, os edifícios ecléticos são descritos por sua importância pelo uso, pioneirismo em algum sentido, arquiteto conhecido, ou ainda em alguns casos, por suas qualidades arquitetônicas “interessantes”, “construções de interesse”, que também apresentam “interesse documental”, que são considerados “importantes”, como por exemplo do que vemos nas manchas: 002, 003, 006, 007, 010, 011, 014, 015, 017, 020, 022

Z8-200.007 - Importante conjunto de construções do final do século XIX na Rua da Liberdade de nº 330, 332, 350, 472, 468, 454 e 452. O sobrado de nº 350, datado de 1879, tem muito interesse.

Z8-200.010 - Conjunto formado pelos prédios de nº 348, 368, 370,

373, 375, 380, 382, 391, 394 e 407 da Rua Santa Efigênia, incluindo o interessante palacete Helvetia e o palacete Lellis, na esquina com Rua Aurora nº 244.

Z8-200.011 - Importante quarteirão da Rua Carlos de Souza Nazareth que contém obras alusivas à ação dos imigrantes sírio-libaneses nas décadas 20/30. Notar os importantes prédios: Palacete Paraíso, nº 301, Palacete São Jorge, nº 286, construído pelo rico imigrante Riskalah Jorge, aproximadamente em 1930, e o Palacete Nicolau Tabach, nº 277

Z8-200.014 - Interessante conjunto de residências formando uma vila em estilo inglês vitoriano, executado no começo do século por engenheiro que trabalhou na construção da Estação da Luz. Rua Mauá, nºs 836, 842, 866, 872, 878, 886 e 892.

Também nos chamou atenção a grande ocorrência de residências tomadas em conjunto. Além das residências isoladas, os “palacetes” ou o sobrado do *capomastri*, temos também alguns **conjuntos de casas** do final do XIX, **casas populares** e **vilas operárias**, como é o caso das Z8-200: 001, 012, na mancha da Vila Economizadora (Z8-200.020), ou o “Conjunto de residências operárias na Baixada do Glicério, especialmente no fim da Rua dos Estudantes” (Z8-200.025) ou ainda as “casas populares típicas da Rua São Domingos de nºs 19, 21, 31 e 33” (Z8-200.025):

Z8-200.020 - Importante mancha, com validade documental, composta de casas operárias construídas em 1907 pela Companhia Economizadora Paulista, na confluência das Ruas São Caetano com Cantareira, envolvendo as Ruas Economizadora, Dr. Luiz Piza, Dr. Gabriel e Dr. Cláudio de Souza

Especial atenção também foi dada aos **sobrados** do final do século XIX, como indicados especialmente nas Z8-200 : 001, 002, 004, 005, 006, 007, 012, 047, 060:

Z8-200.005 - O edifício nº 111 da Rua Florêncio de Abreu, de 1884, e outro construído nos jardins do primeiro, de 1909, onde se instala a "Casa da Bóia". O sobrado de 1884, inclusive, deveria ser tombado com todos os seus pertences, porque é o único na cidade a manter de modo íntegro a sua decoração e equipamento, desde os quadros das paredes até o mobiliário e objetos de uso cotidiano; o pomar, anexo aos quintais do Mosteiro de São Bento, é precioso.

Pertencentes a essa paisagem construída entre o fim do século XIX e início do XX, incluíram também alguns **logradouros públicos**, como os viadutos (Z8-200.080 - Viaduto do Chá (1938 – Elisiário Bahiana), Z8-200.081 - Viaduto Boa Vista, Z8-200.082 - Viaduto Santa Efigênia) e as praças (Z8-200.083 - Largo da Memória; Z8-200.084 - Praça da República, Z8-200.085 - Largo do Arouche, a parte arborizada)

Ao analisarmos a seleção dos **“bens culturais isolados a serem preservados individualmente”** não encontramos longas descrições como no caso dos conjuntos arquitetônicos, até porque percebemos que a maioria dos edifícios indicados à preservação individual já estão inseridos no contexto dos conjuntos arquitetônicos propostos à preservação, sendo assim repetidos, dedicando-se uma Z8-200 exclusiva para alguns deles.

Dos imóveis que já haviam sido consagrados pelos processos de tombamento do CONDEPHAAT²⁹⁷ e que se repetem na Z8-200, temos: Igreja de Santo Antônio (proc.08579/69) - Z8-200.040; Solar da Marquesa de Santos (proc.07852/69) – mancha Z8-200.002; Palácio dos Campos Elíseos (proc.16265/70) – mancha Z8-200.022; Igreja Nossa Senhora da Boa Morte (proc.18926/70) – mancha Z8-200.001; Igreja de São Francisco (proc.00040/71) - Z8-200.067; Igreja de São Gonçalo (proc.25428/71) – Z8-200.068 e Largo da Memória (proc.00044/71) – Z8-200.083.

Da análise dos edifícios escolhidos por Toledo e Lemos, como visto, procuramos identificar alguns critérios e valores comuns por eles apontados. Um tema que percebemos explícito no texto de ambos é o grau de representatividade que o edifício apresenta ter na **história da arquitetura de São Paulo**, por exemplo, nos casos:

- “primeiro prédio de apartamentos de São Paulo, projeto de 1918, de Samuel das Neves” - Rua Libero Badaró, 488 (Z8-200.003);
- “primeiro edifício feito na cidade com estrutura de concreto armado” - Rua Libero Badaró nº 137 (Z8-200.008)
- “símbolo de São Paulo moderna” - (Z8-200.019)
- “um dos primeiros arranha-céus modernos de São Paulo” - Edifício

²⁹⁷Outros edifícios já em estudo ou tombados pelo CONDEPHAAT até então, eram: Vila Penteado (proc08638/69) Parque da Independência (proc08486/69); Quartel da Luz (proc15268/69); Igreja de Santo Antônio (proc08576/69) Cemitérios da Consolação, dos Protestantes e do Carmo (proc 16264/70, não foram tombados); Mercado Municipal de Santo Amaro (proc16705/70); Sítio da Ressaca (proc00190/72); Castelhinho da Brigadeiro (proc 00250/73); Sítio Morrinhos (proc00366/73); Casa de Mário de Andrade (proc00427/74);

Saldanha Marinho (z8-200.039)

- “O primeiro cinema racionalmente projetado em São Paulo, o Art-Palácio, pelo Arq. Rino Levi” - Av. São João, 407 (Z8-200.045)
- “pequena residência popular com armazém no réz-do-chão” (z8-200.049)
- “Edifício Esther, projeto de Álvaro Vital Brasil, o primeiro edifício de arquitetura moderna do centro da cidade” – Av Ipiranga x 7 de abril (Z8-200.072)
- “prédio de arquitetura precursora na cidade” - Hotel Alvear, na Av. Cásper Libero nº 65 (z8-200.013)

Na lista também são selecionados bens isolados enquadrados no estilo **art-nouveau**, temos as Z8-200: 031 (Rua Vitória, 595), 038 (Rua Aguiar de Barros, nº 67) e 070 (Edifício art-nouveau da Escola de Comércio Álvares Penteado)

E ainda os eleitos como exemplares do **art-déco**, temos as Z8-200: 033 (Edifício J. Moreira, Av. Cásper Líbero nº 134), 039 (Edifício Saldanha Marinho, “um dos primeiros arranha-céus modernos de São Paulo”, Rua Líbero Badaró nº 39), 046 (Radio Cultura, Av. São João, 1285) e 059 (Banco São Paulo, à Rua XV de Novembro nº 347)

Os **critérios tradicionais** do Patrimônio também estão presentes no discurso e nas escolhas de Toledo e Lemos, como a antiguidade, a valorização do imóvel por sua relação a algum fato histórico ou personalidades, os edifícios públicos. Tudo aquilo que fosse de **taipa** ou que tivesse esse vestígio foi considerado (001, 002, 040, 067, 091) assim como as **igrejas** parecem ter sido todas consideradas, menos a Catedral da Praça da Sé (001, 004, 040, 050, 067, 068, 077, 086, 087, 091).

O texto da lista no que se refere às **manchas ou conjuntos arquitetônicos**, parece-nos mais uma indicação, um guia para aqueles outros profissionais que fossem realmente determinar no futuro o destino daqueles imóveis e não literalmente uma regulamentação rígida. Em diversos momentos, foi recomendado pelos arquitetos “notar os importantes prédios”, percebemos que o texto da proposta de Toledo e Lemos, por muitas vezes indicativo, foi reproduzido tal e qual, o que denota-nos a **fragilidade das decisões oficiais**, como o caso por exemplo, do quarteirão da avenida São João (z8-200.016) quando foi dito que “poderia ser preservado”.

Em alguns casos a descrição é bem genérica, sem indicação de endereços

precisa, como no caso da mancha do Palácio dos Campos Elíseos (z8-200.022), em que foram indicados um “conjunto de antigos palacetes, tendo como o centro o Palácio dos Campos Elíseos. Notar as residências fronteiras do outro lado da Av. Rio Branco”. A indefinição também é explícita no caso da definição de gabaritos, pois Toledo e Lemos indicam que deveriam ser determinados gabaritos máximos, mas não existe precisão nessa informação e, em muitos casos, não há o número do emplacamento do imóvel. A indicação por vezes nos pareceu mais uma diretriz do que uma determinação.

A adjetivação é constante, explicitando o caráter pouco formal do documento. Torna-se, assim, difícil precisar porque um imóvel deve de fato ser preservado, como, por exemplo, no caso em que a construção “guarda algum interesse arquitetônico” (z8-200.006), ou ainda “muito interesse” (z8-200.007), ou quando dizem que o pomar anexo ao Mosteiro de São Bento “é precioso” (z8-200.005), ou sobre o “interessante palacete Helvetia e o Palacete Lellis” (z8-200.010).

Os atributos superlativos não foram economizados quando julgaram necessário: a “arquitetura **precursora** na cidade” ou “ótimo **exemplo** de arquitetura art-deco” (z8-200.013), ou ainda agregando valor fazendo menção a outro edifício já reconhecido (z8-200.014) como no caso das residências da Rua Mauá, construídas pelo engenheiro da Estação da Luz; os “**primitivos** edifícios da Rua Barão de Itapetininga” (z8-200.023); “casas populares **típicas** da Rua São Domingos” (z8-200.027) e a mancha “**símbolo** da São Paulo moderna”(z8-200.019) foram alguns dos termos utilizados.

Como já comentamos, entre a entrega da lista em março e a publicação da lei em dezembro de 1975, houve algumas poucas mudanças no que foi proposto por Toledo e Lemos. Notamos inicialmente que a lista corresponde até a Z8-200 de número 091, na Lei foram acrescentados até o número 094. Identificamos também que foram realizadas **eliminações e substituições**, o que foi percebido tanto pela comparação que fizemos da lista entregue com a oficial publicada, como das indicações posteriores ao trabalho de inventário entregue em 1977. Descrevemos abaixo resumidamente o resultado da comparação entre a lista de Toledo e Lemos e a publicada na lei com nossos comentários *em itálico*, em anexo apresentamos a análise de todos que sofreram alterações. (ANEXO M - Imóveis eliminados da Lista):

- “Prédio da antiga Rádio Cultura, Av. São João, em estilo art-déco”.
(substituído por Z8-200.046) – *edifício demolido antes de 1977,*

construído em 1939, era chamado de “Palácio do Rádio”

- “O antigo Quartel General na Rua Conselheiro Crispiniano”, (substituído por Z8-200.064) - “cuja eliminação foi feita baseada na descaracterização interna do imóvel” - *foi demolido depois de 1977*
- “Antiga Escola Normal Caetano de Campos, na Praça da República”, (substituído por Z8-200.071) - *que foi removido da lista por conta das pressões do Metrô para sua demolição, porém teve a vitória pela população com o seu tombamento no ano seguinte.*
- “Edifício na esquina da Rua Cav Basílico Jafet com a Rua Jorge Zen, de nºs 98, 96,94, até 68 (substituído por Z8-200.079) – o grande conjunto eclético, descaracterizado, mas está lá.
- “Prédios (três) da Rua Líbero Badaró, de n. 292, 318 e 386”, integrantes da Z8-200.003 – *demolidos antes de 1977*
- “Edifício da Rua Dr. Falcão de n. 143” integrante da Z8-200.008 – *demolido antes de 1977*
- “Imóvel da Rua Wenceslau Braz n.93”, integrante da Z8-200.008 – *demolido antes de 1977*
- “Residência da Rua da Abolição n. 227” (Z8-200,089) - “cuja preservação isoladamente não se justificaria, sendo preterida em função de exemplar de mesmo valor documental localizado junto a outros de igual interesse” - *demolido depois de 1977*

2.2.2 O inventário decorrente da Lista (1977)

A Lista foi publicada na Lei em 1975²⁹⁸ e pouco tempo depois Toledo e Lemos foram novamente chamados, já na gestão de Cândido Malta Campos Filho na COGEP (durante o governo de Olavo Setúbal, 1975-79), para dar continuidade ao trabalho e elaborar o “**Programa Toledo/Lemos para Preservação de Bens Culturais Arquitetônicos da Área Central de São Paulo**”²⁹⁹, que entregam em 1977, uma revisão da lista anterior. Trata-se de um aprofundamento da pesquisa dos imóveis e na determinação de graus de preservação para cada caso, um verdadeiro

²⁹⁸Lei Nº 8.328, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1975

²⁹⁹Caderno e pastas encontrados no Departamento de Uso do Solo – DEUSO

inventário a partir da lista anteriormente produzida, além da proposição de modelos de lei. Cândido Malta Campos Filho ao falar da sua gestão, afirma que

Em nossa gestão, terminamos de regulamentar as z8-200 criadas pela Lei nº8328/75, através de uma documentação fotográfica de cada imóvel a servir de referência documental oficial para fins de se avaliar os pedidos de reformas solicitados por seus interessados ou para responsabilizar os proprietários por alterações clandestinas que, eventualmente, tiverem sido executadas. Essa documentação fotográfica raramente, ao que sabemos, foi utilizada com tal finalidade³⁰⁰.

2.2.2.1 Adaptando metodologias

Segundo as três categorias definidas pelo colombiano Guillermo Arango³⁰¹, podemos dizer que a lista de 1975 se encaixa em sua definição de “Inventário de simples conhecimento” ou “listagem”, que “consistem em efetuar um simples reconhecimento do patrimônio a ser listado, tendo em conta sua localização, proprietário, época e autor”³⁰². A terceira categoria seria a de “Inventário Científico”, que é o aprofundamento no bem cultural isolado, a qual não se encaixa nesse caso em análise.

Os modelos de inventário preconizados e criados pelo Conselho da Europa a partir de 1970 (**IPCE - Inventário do Patrimônio Cultural Europeu**) tinham dois enfoques, os inventários de “**proteção**” e os “científicos”. O **IPAC da Bahia – IPACBA**, iniciado desde 1973 (e publicado seu primeiro volume em 1975), adotou o enfoque de “proteção” (AZEVEDO, 1998), tipo de inventário que se caracteriza por partir de uma categorização: é feita a prévia classificação dos bens pelo uso, estilo, tratando-se de imóveis já reconhecidos, um inventário que tem a finalidade da normatização, onde são propostos **níveis de proteção**

300 SÃO PAULO (município)/ COGEP. *Política de controle de uso e ocupação do solo: consolidação das leis de zoneamento – Política de Preservação de bens culturais paisagísticos*. Série Políticas Setoriais. São Paulo, 1979.

301 Guillermo Arango, consultor da UNESCO e responsável por um dos primeiros inventários realizados no âmbito latino americano em 1970. O inventário foi realizado na Colômbia através da Divisão de Inventário do Patrimônio Cultural do Instituto Colombiano de Cultura, a qual Arango foi diretor (AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. *REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL* nº22. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987, p.84).

302 ARANGO, 1978, apud GUEDES, Maria Tarcila. *Inventário Nacional dos Bens Imóveis Tombados – instrumento para uma proteção eficaz*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: nº22, 1987. p. 87.

Lembremos que Varine-Bohan também abordava a questão do inventário em suas aulas, colocando para os arquitetos as duas abordagens típicas de inventário que ele então reconhecia (conforme Capítulo 1). Aquela que mais se aproxima do “Programa Toledo/Lemos” poderíamos dizer que é o “**inventário aplicado**” por ele detalhado. Esse tipo de inventário é o que parte de uma predeterminação de domínio, de um recorte menor e mais objetivo, tendo como intuito principal instrumentalizar projetos de intervenção em determinada área, ou seja, inventários estratégicos associados ao **planejamento urbano**. Esse tipo é também o que mais se aproxima do que se usou chamar de “inventário de conhecimento”, o mais comumente promovido atualmente, isto é, trabalhos que partem de uma investigação de intuito multidisciplinar, buscando a identificação e o registro de novos valores a preservar, mediante levantamentos sistemáticos baseados na coleta de múltiplas informações em campo³⁰³

Mediante essas definições e modelos, conhecidos àquele tempo por Toledo e Lemos, podemos dizer que o inventário apresentado por ambos em 1977 se encaixa em parte no “inventário aplicado” apresentado por Varine-Bohan e em parte no “inventário de proteção” do modelo europeu, com o qual tiveram contato por meio de Paulo Ormindo de Azevedo, que elaborou o IPAC-BA com base no IPCE.

Notadamente, a metodologia de abordagem adotada em 1977 teve como enfoque a revisão da lista anterior de 1975. Para tanto, foi realizado o aprofundamento da pesquisa dos imóveis já reconhecidos por meio, principalmente, da pesquisa e registros feitos em campo.

Desses levantamentos, foram elaboradas **fichas individuais para cada imóvel ou mancha**, um material que contem os resumos das pesquisas bibliográficas e documentais que foram aprofundadas, bem como “informações indispensáveis alusivas à história, bibliografia e iconografia relativas a cada bem cultural”. Buscava-se a “caracterização definitiva e precisa dos imóveis 'a nível de lote'”, dotando cada imóvel não só de uma ficha, mas de uma pasta que reúne vários tipos de ficha (cada uma com um tipo de informação diferente), com mapas, fotos e a proposta de legislação. O trabalho final entregue foi organizado em um caderno de textos e em 64 pastas suspensas³⁰⁴ (ANEXO J - organização das pastas, ANEXO K – Ficha modelo e Anexo L – amostra das fichas).

Dos trabalhos realizados em campo, os arquitetos relatam que “todos os

303MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de R. (orgs.). *Inventários de Identificação*. Rio de Janeiro: IPHAN/MINC, 1998.

304Todos encontrados nos arquivos do atual Departamento de uso do Solo – DEUSO

interiores foram pesquisados e analisados”, assim como foram produzidas fotografias³⁰⁵ de todos os imóveis isoladamente e tomadas perspectivas da quadra, além da realização de levantamento topográfico com o fim de estabelecimentos dos gabaritos.

Segundo Segawa³⁰⁶, que participou do inventário de 1977, os estagiários, na maioria estudantes do 3º e 4º ano da FAU/USP³⁰⁷, iam a campo separados por setores ou obras e ficavam se revezando conforme o horário de cada um: “fazíamos um relatório do que foi encontrado, no escritório³⁰⁸ a planta com base no Gegrán de 74, em escala 1:2000, depois o Lemos e o Benedito checavam”. Posteriormente, alguns deles já preenchiam as fichas, que a seguir eram datilografadas. Hugo Segawa e Alexandre Luiz Rocha foram os responsáveis pela formatação das fichas, diagramação do trabalho e segundo Segawa, foi Alexandre Rocha quem ficou responsável pela organização do trabalho como um todo, coordenando as tarefas.

Por meio de um “estudo de adequação paisagística”, a equipe revisou as manchas para definir os **gabaritos** dos imóveis do entorno aos imóveis classificados, buscando criar “conjuntos normalizados por gabaritos tendentes a emoldurar condignamente os edifícios isolados”. Coube assim a normatização de edifícios sem qualquer interesse, cujos terrenos teriam os gabaritos fixados conforme leitura dos bens culturais considerados.

Dentro dessas categorias, Toledo e Lemos apresentam a proposta dos diferentes “**níveis de preservação**” (ver ficha modelo – ANEXO K), adotando assim o modelo europeu³⁰⁹ do **IPCE**, que também já havia sido aplicado na experiência de Bolonha³¹⁰, como também foi o utilizado por Paulo Ormino de Azevedo no IPAC-BA-1975. A classificação do IPCE são em 3 tipos, P-1, P-2 e P-3 (p=prédio)³¹¹, assim definidos:

305 Realizadas por Benedito Toledo e Hugo Segawa.

306 Entrevista à autora, em 18 de fevereiro de 2011.

307 Conforme caderno entregue: Estagiários de arquitetura: Alexandre Luiz Rocha – coordenação (FAUUSP); Ana Maria do Carmo Rossi Gonçalves (FAUUSP); Felipe José Crescenti Filho (FAUUSP); Feres Lourenço Khoury (FAUUSP); Flávio Jabbur Ferreira (FAUUSP); Helena A. Ayoub Silva (FAUUSP); Hugo Segawa (FAUUSP); Irma Costa (FAUGuarulhos); Jerusha Chang (FAM); Laura Montes Martinez Serrano (FAUUSP); Mario Celso de Campos Garrafa (FAUGuarulhos); Mariangela da Silva (FAM); Maria do Carmo da Cunha Marques (FAUUSP); Renato Luiz Dias (FAUGuarulhos); Suely Rossi (FAUGuarulhos); Suzanne Von Seckendorff (FAUUSP) e Walter Arruda de Menezes (FAUUSP). Acervo do DEUSO

308 Escritório na época situado na rua Brigadeiro Luís Antônio, 2050

309 Elaborado em 1965 e adotado a partir da Conferência dos Ministros de Bruxelas em 1969. GAZZOLA, P.; ALOMAR, G.; SORLIN, F. Symposium A - Criteria and Methods for a protective Inventory, In: Council of Europe. Preservation and Rehabilitation of The Cultural Heritage of Monuments and Sites. European Perspectives, 1970. p.46-47

310 CERVELLATI, Pier Luigi, SCANNAVINI, Roberto. Bolonia - politica y metodologia de la restauracion de centros históricos. Barcelona: Gustavo Gili S.A., 1976. p.31.

311 No Brasil foi adotada a sigla NP = níveis de proteção.

- P-1: monumentos históricos; preservação interna e externa
- P-2: interesse por formar conjunto arquitetônico; preservação externa
- P-3: sem interesse histórico; pode ser demolido, mas preserva o gabarito do conjunto arquitetônico.

2.2.2.2 Novos critérios e instrumentos: da seleção a uma proposta de legislação

Dos edifícios isolados da lista anterior, só interessou ao inventário de 1977 manter aqueles que possuíam seus **interiores preservados**, pois tendo em vista que seriam enquadrados com **nível de proteção P-1** (proteção externa e interna) e que não pertenciam a nenhuma mancha (ver ANEXO M – Eliminados), foram desqualificados e indicados para eliminação:

“depois de visitados, mostraram seus interiores totalmente descaracterizados, deixando de ter validade documental, pois suas fachadas conservadas eram insuficientes para justificar a preservação do bem isolado entre prédios novos: no contexto do quarteirão em nada contribuíam à leitura, servindo somente de motivo para um constrangedor confronto entre o “antigo” e o “moderno”

Dentre os mais de vinte edifícios que os arquitetos indicaram para eliminação da lista, a maioria permaneceu nela. As justificativas para exclusão desses imóveis, anteriormente considerados relevantes, são as mais variadas, que vão desde a constatação da demolição do imóvel, passando pelo fato de se ter notado a descaracterização interna, por conta do estado de conservação precário, ou ainda por terem sido descaracterizados, chegando ao ponto da total desqualificação de alguns do ponto de vista “arquitetônico ou da história da cidade” (ver análise no ANEXO M)

Diante da convicção do quanto eram frágeis as decisões de preservação no âmbito do governo municipal, pois “sempre as leis municipais atendem à realidade e não a realidade às leis”, e que as “disposições sempre são abrandadas de modo a irem satisfazendo gradativamente às solicitações emanadas da especulação imobiliária”, os arquitetos propõem, para atender tanto à pressão econômica quanto

as intenções de preservação do patrimônio, “uma solução: o emprego da possibilidade da transferência de direitos de construir” (a teoria do “solo criado” que estava sendo discutido pela Cogep), aplicada aos imóveis tombados ou listados, chamado de ‘espaço flutuante’.

Na apresentação da proposta, foi elaborada literalmente uma carta/ofício, um instrumento jurídico endereçado ao presidente da Câmara Municipal, Dr. Roberto Cardoso Alves, que deveria ser assinada pelo então prefeito Olavo Setúbal. A carta possui todas as honrarias e formalidades pertinentes a este tipo de documento e tinha como objetivo a aprovação de um “ante-projeto” que visava à

“preservação de prédios e manchas arquitetônicas de interesse histórico, quer por se constituírem em bens culturais formadores do **Patrimônio Ambiental Urbano**, quer por seu valor intrínseco (Colégio Caetano de Campos), ou ainda por peculiaridades relevantes (residência da Marquesa de Santos) ou pela soma desses fatores”

Na proposta, o instrumento do **tombamento** é colocado como algo desvantajoso e inconveniente já que “significa não poder mais extrair do imóvel toda sua potencialidade econômica”. Atentavam à necessidade de outras soluções e apresentaram na proposta uma solução estrangeira para o problema, o “space adrift”, que é nada mais que o instrumento que conhecemos hoje como ‘solo criado’, ‘transferência do potencial construtivo’, ou ‘transferência do direito de construir’, em que os imóveis conservados poderiam receber o “Certificado de Espaço Flutuante”, e, se enquadrados em um dos níveis P-1, P-2 ou P-3, teriam os privilégios dos incentivos fiscais e do “espaço flutuante”, embora o P-3, só pudesse usufruir do direito se fosse demolido.

Esse trabalho de inventário, que incluiu a proposta de normatização de todas as Z8-200, como já dissemos, ficou circunscrito ao uso dos técnicos da administração, um trabalho que serviu para consulta e como modelo para os próximos. O sucesso da experiência na área central entre 1975 e 1977 acabou por fomentar a continuidade dos trabalhos de identificação de bens a serem preservados na cidade.

2.3 A lista da Zona Metrô Oeste: o *by feeling* sem desdobramentos

A equipe do escritório de Benedito Lima de Toledo realizou ainda neste período, um levantamento de bens da Zona Oeste, parte dos trabalhos realizados pela Cia do Metrô para o diagnóstico das áreas que sofreriam intervenção. Em seguida foram chamados novamente para fazer o levantamento fotográfico³¹² de alguns dos imóveis Z8-200.

O “Estudo de Alternativas de Traçado Tramo Oeste - Identificação dos Bens Culturais Envolvidos”³¹³ foi trabalho parte de um diagnóstico da região, realizado visando subsidiar um projeto de enormes proporções, que envolvia, a partir da implantação do Metrô, todo o projeto de reurbanização que isso demandava. Tanto para elaboração do projeto do traçado da via, caso do tramo Oeste que apresentamos aqui, ou ainda, da necessidade de se proceder a um projeto de reurbanização de escala metropolitana, como foi no caso da Zona Leste que abordaremos no próximo capítulo, foram realizados estudos que tiveram como objetivo da identificação de bens culturais.

O trabalho apresentado caracteriza-se como um **diagnóstico** e foi realizado no escritório de Benedito Lima de Toledo para a empresa Hidroservice Engenharia de Projetos Ltda., contratada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô. O levantamento circunscreveu-se à área que compreende os bairros de **Santa Cecília, Barra Funda e Lapa**. Deste trabalho, foi encontrado somente o *Volume I – Diagnóstico*³¹⁴ - mas, segundo consta nesse volume (p.32), existem ainda os volumes II e III, destinados à *documentação fotográfica*, ainda não encontrados.

Não temos também a data precisa de sua realização, mas sabemos que foi após a lista “Toledo-Lemos” de 1975, e provavelmente em 1977, ano em que ambos terminaram o Inventário da Z8-200. Carlos Lemos não atuou nesse trabalho, e

312Segundo informou Hugo Segawa, Benedito Lima e Toledo e sua equipe foram contatados por Candido Malta em 1978, e providenciaram uma “documentação fotográfica de edifício por edifício que nós fizemos, Leonardo Atanaka e Fernando Mascaro”, algumas publicadas no Bens Culturais.. de 1984.citado anteriormente. Entrevista à autora, em 18-02-2011

313TOLEDO, Benedito L. Estudo de alternativas de traçado Tramo oeste – Identificação dos bens culturais envolvidos- Volume I Diagnóstico. Cia. do Metropolitano de São Paulo – Metrô Linha Leste-Oeste – Hidroservice – Engenharia de projetos Ltda., sem data. Acervo do DPH

314Cópia na Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa do DPH.

sabemos que Alexandre Luiz Rocha, Hugo Segawa e Ana Maria do Carmo Rossi Gonçalves³¹⁵, participaram ativamente do mesmo:

“Fui eu e a Ana Maria Rossi que saímos em campo, e eu fui fotografando tudo, fotografamos as fachadas inteiras, quadra por quadra, e com a experiência da Z8-200 a gente já meio que pré selecionava”³¹⁶

Segundo Segawa, o objetivo principal deste trabalho foi a elaboração de um “levantamento indicativo, em que foi utilizada a mesma metodologia de levantamento de campo, mas que não houve aprofundamento”, realizando-se, assim, uma **“listagem indicativa dos potenciais riscos de destruição de patrimônio”**. No texto de Introdução (p.4) do volume localizado, Toledo informa-nos a respeito de importantes aspectos do trabalho desenvolvido, os quais destacamos:

- *produto do interesse em se identificar, para fins de preservação*
- *foram analisadas 91 quadras perfazendo um total de 31.289 km lineares de fachada*
- *prazo exíguo*
- *identificação “by feeling” dos bens culturais, tendo como referencia básica a evolução urbana da região*
- *de acordo com princípios que regem a preservação de bens culturais, procurou-se selecionar exemplares típicos que permitam a ‘leitura’ da cidade. Não se buscou o excepcional.*

Quanto à metodologia, o texto inicial indica as tarefas realizadas em três níveis, do trabalho de escritório, o trabalho de campo e o trabalho de pesquisa em arquivos e bibliotecas, a partir da onde listam as atividades pertinentes. Da pesquisa realizada, Toledo nos apresenta o histórico da evolução urbana da região, um texto descritivo e detalhado o quanto possível, demonstrando conhecimento sobre toda a história de ocupação da área central, do processo de formação dos bairros e características de seus limites³¹⁷.

315Ana Maria Rossi, também estudante da FAU, desenvolvia na época seu TGI sobre a obra de Ricardo Severo, sob orientação de Carlos Lemos. GONÇALVES, Ana Maria do Carmo Rossi. A obra de Ricardo Severo. Monografia (TGI), FAUUSP, São Paulo, 1977.

316Hugo Segawa, em entrevista à autora, em 18-02-2011.

317Das fontes consultadas e ali descritas (p.21 a 27) destaca-se no texto a intensa utilização das plantas antigas, foi demonstrada uma análise pormenorizada com as sete plantas encontradas (1810, 1868, 1881, 1890, 1897, 1914 e 1930) e tomando como base bibliográfica principalmente as publicações de Affonso Antonio de Freitas (“Dicionário Histórico, Topográfico, Ethnográfico Ilustrado do Município de São Paulo”, 1930), Ernani Silva Bruno (“Histórias e tradições da cidade de São paulo”, 1953) e Aroldo de Azevedo (“Estudos de geo-

Na apresentação dos **critérios** utilizados para seleção das obras “merecedoras de preservação”, Toledo esclarece-nos que “não há arquitetura 'rica' a destacar, nem conjuntos de grande significado, como vemos em outras áreas da cidade”. Foi constatada, portanto, a predominância de uma **arquitetura modesta** característica dos bairros e que foi valorizada no texto. Ele também nos apresenta uma posição crítica em relação às “reformas e alterações indiscriminadas nas construções existentes, descaracterizando-as frequentemente pelo processo da modernização deteriorante” e, também foi dito a respeito das novas edificações que estavam surgindo, a “prejudicar a escala”(p.29)

O caráter que identificamos como principal critério de valorização e de seleção dos imóveis apresentado no texto, foi o de **testemunho da história da cidade**, tomadas as edificações como **documentos** da memória. Dessa constatação, destacamos a passagem:

“Como critério geral podemos partir do princípio que, documentos das diversas fases e formas de ocupação da região deveriam ser preservados, resguardando-se a memória da cidade. Esses documentos seriam conjuntos habitacionais, unidades isoladas e equipamento comunitário.” (p.29)

Por fim, apresentam a lista dos bens que recomendam para preservação. Do diagnóstico final, concluíram que das 91 quadras analisadas, 47 delas não possuíam “bens culturais merecedores de destaque”. Foram identificados cerca de 142 imóveis no total, e apresentados em lista com as seguintes características: Endereço; Tipo de Construção; Uso atual; Observações e Estado atual. Dos bens arrolados (ver ANEXO O), identificamos as características descritas predominantes que constituem a maioria dos imóveis e assim destacamos:

- 8 indústrias ou “**instalações industriais**”, que foram consideradas como remanescentes típicos das décadas de 10 e 20, e qualificadas como “documento da fase de industrialização daquela área”;
- 25 **casas térreas com porão alto**, típicas do início do século em estilo eclético; e mais 6 conjuntos de residências com essas características, totalizando em torno de 54 imóveis;
- 4 conjuntos de residências, caracterizados como “**vila**”; sendo 1 em estilo

eclético, 1 neo-colonial e 2 em estilo *art-déco*

- 6 **sobrados** típicos, com loja no térreo, ecléticos das primeiras décadas;
- 6 **residências típicas** das décadas de 10-20, implantadas no centro do lote
- 7 **edifícios** (+de 2 pavimentos), sendo 3 ecléticos, das décadas de 10-30, e 4 das décadas de 30-40, em estilo *art-déco*
- 9 residências caracterizadas como “**mansão**”, sendo 3 das primeiras décadas e 6 das décadas de 30-50;
- 3 **áreas verdes**;
- 1 teatro

Nota-se, que diferente do trabalho da Z8-220, se formos pensar no tamanho da área, foram identificados poucos imóveis, uma seleção pontual dispersa no bairro. Percebemos que esse foi um trabalho que ficou limitado à listagem dos bens, não houveram investidas no sentido de tentar normatizar o que foi identificado. Sabemos no entanto, que a linha do metrô passou longe desses imóveis, diferente do caso da Zona Leste que analisaremos a seguir.

Capítulo 3

Inventários do patrimônio ambiental urbano da Zona Leste

Para execução dos projetos de “renovação urbana” de uma maneira mais rápida e eficiente do que a estrutura administrativa municipal paulistana comportava até então, foi criada, em 1971, a Empresa Municipal de Urbanização – **EMURB**³¹⁸. Segundo análise de Eneida Heck, o que se consolidou no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), prenunciava “uma forma empresarial de atuação da Prefeitura”³¹⁹. A empresa, a partir de 1972, passou a executar os projetos de reurbanização específicos para cada região da cidade, principalmente aquelas que seriam atingidas pelo impacto do Metrô, que estava em construção desde 1968³²⁰:

“A EMURB atuou em conjunto com a Companhia do Metrô, desapropriando as grandes áreas envoltórias das estações e linhas, planejando reurbanizações que permitissem a sua comercialização com lucros que amortizassem os elevados custos de implantação da rede”³²¹

Para a viabilização financeira das obras, a prefeitura aderiu, em 1973³²², a um programa do governo federal chamado Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada – **CURA**, do Banco Nacional de Habitação – BNH, realizado até 1979. O programa visava em princípio ser um “instrumento eficaz para assegurar a utilização racional do solo urbano e a melhoria das condições de vida da população urbana”³²³, o que seria viabilizado mediante a concessão de empréstimo à prefeitura para realização dos estudos e obras acordados, o que também incluía o estabelecimento de “legislação que garanta a ocupação da área segundo diretrizes estabelecidas no projeto CURA”. O plano basicamente contava com que, após as obras concluídas, haveria uma consequente valorização das áreas, permitindo ao governo municipal a elevação de arrecadação do Imposto Territorial Urbano – IPTU, e, com essa “sobra”, seria possível devolver o empréstimo para o governo federal.

A EMURB, como “Agente Promotor- Coordenador dos projetos CURA do

318 Sobre a atuação da EMURB, ver HECK, Eneida R. Belluzzo. *A EMURB como instrumento de planejamento urbano em São Paulo: 1971-2001*. Dissertação (Mestrado), FAUUSP, São Paulo, 2004.

319 Idem, p.123.

320 Em 1973, foram aprovadas as primeiras leis de “reurbanização”, sendo primeiro definidas as áreas de Santana e Jabaquara, da linha Norte/Sul do Metrô (Z8-030/ Santana e Z8-034/Conceição) e em seguida, a região da estação Vergueiro (Z8-010/Liberdade).

321 ANELLI, Renato Luiz Sobral. Urbanização em rede: Os Corredores de Atividades Múltiplas do PUB e os projetos de reurbanização da EMURB (1972-82). *Arquitextos*, São Paulo, 08.088, set 2007, disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.088/204>>.

322 Durante a gestão de Figueiredo Ferraz, a Lei n.7.841 de 9 de outubro de 1973 referenda o convênio celebrado com o Banco Nacional da Habitação – BNH.

323 Idem.

Município de São Paulo”, procedeu à realização de estudos e projetos que contemplassem as duas partes a prefeitura e o BNH. Na gestão Miguel Colasuonno (1973-1975), foram desenvolvidos trabalhos específicos para as quatro áreas, que foram adotadas como “piloto” do programa: Vila das Mercês, Santana, Jabaquara e Itaquera³²⁴.

Os Projetos CURA, segundo Nestor Goulart Reis Filho, foram idealizados e projetados com a participação do arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva³²⁵, (Emurb 1971-1973 e BNH 1974-1982). Reis Filho também nos declarou que, ao assumir seu cargo de presidente na EMURB em 1975, tinha encontrado os projetos prontos relativos a Santana, Vergueiro, Conceição e Jabaquara.

3.1 Projeto Leste

Na busca por “áreas desocupadas” com a finalidade de solucionar um problema de crescimento e de deslocamento, os técnicos da COGEP já haviam concluído e determinado, em 1974, que a região Leste seria o principal foco de desenvolvimento³²⁶ e investimento na cidade dos próximos anos, a partir de então, a região foi alvo de grandes projetos de “reurbanização”. Essas ações tiveram como ponto de partida a implantação das estações do **Metrô** o que envolveu o redesenho de grande parte da região, principalmente a área do projeto denominado **Zona Metrô Leste - ZML**, que margeia a linha. A ZML foi definida em 1975³²⁷, momento em que foi também estabelecido um prazo de três anos para apresentação do plano para essa área:

Art. 22 - Fica criada a Zona-Metrô Leste - ZML destinada a implantação do sistema do Metrô, sistema viário, terminais de ônibus, estações de transferências de passageiros, remanejamento de rede ferroviária obras complementares, integradas em plano de urbanização, compreendendo também a

324Idem, item 7

325Entrevista à autora, em 25 de junho de 2012

326LEÃO, João E. R. *Informações sobre a Cogep e debates*. In: São Paulo (município)/COGEP. Reuniões IAB-COGEP. São Paulo, 27 de maio de 1974. Acervo do DEUSO

327Na ocasião da criação, estudo e regulamentação das *zonas especiais* em 1975, quando foi criada a Z8-200 e outras zonas especiais, a exemplo da Bela Vista e Luz, que foram alvo de trabalhos específicos sobre a preservação do patrimônio, como já colocado em capítulo anterior

construção de equipamento comunitário, áreas verdes, unidades habitacionais e comerciais³²⁸.

§ 1º - Os estudos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo, serão coordenados e aprovados pela Coordenadoria Geral de Planejamento - COGEP, e elaborados com a participação da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, Secretarias das Vias Públicas, dos Transportes e outros órgãos da Prefeitura.³²⁹

A COGEP e a EMURB apresentaram o “**Projeto Leste**”³³⁰ em **1974**, como uma solução para a demanda de uma “Metrópole”, em cuja região deveriam ser instalados os “equipamentos urbanos públicos e privados da escala metropolitana”³³¹. As ações previstas para a área foram vistas pelos técnicos como ações de “consequência decorrente do próprio padrão secular do crescimento urbano da cidade”, destacando-se em diversos momentos “as novas oportunidades empresariais criadas com sua implantação”³³².

Em **1976**, como parte dos estudos elaborados para o Projeto CURA, que já mencionamos, a COGEP elaborou e entregou ao BNH, o “Projeto de Desenvolvimento Urbano do Bairro do Brás”³³³, no contexto de uma revisão das prioridades iniciais, um adendo ao “Plano Plurianual de Projetos CURA de São Paulo”, documento em que se determinou a prioridade de ação na *Linha Leste do Metrô* e que determina a **Área Brás-Bresser** como “primeira Área CURA São Paulo”.

O “**Projeto Leste**”, segundo os técnicos da COGEP, tinha o intuito principal de servir ao setor terciário, buscando “descentralizar a cidade por uma repolarização da área metropolitana de São Paulo”, prevendo para isso a desapropriação de áreas “por preços razoáveis”, a retificação do rio Tietê e a “reconversão de usos”³³⁴.

Declarou Leão que o âmbito do trabalho dos técnicos era o de “criar os

328Artigo alterado pelas LM 8.848/78 e 9.094/80 e Revogado pelas LM 9.300/81 e 11.158/91.

329Lei Nº 8.328, de 02 de dezembro de 1975, grifo nosso.

330SÃO PAULO (município)/ COGEP. *O que o Tietê reservou para a cidade – Projeto Leste*. São Paulo, outubro de 1974.

331“Os principais programas que constituem o Projeto Leste são: Centro Adm. Municipal; Centro Adm. Estadual, Centro Empresarial, Terminal de Transporte de Carga; Centro de Comércio Atacadista (alimentos, tecidos e ferragens); Conjuntos Habitacionais; Centros Locais Distritais de Comércio, Serviços, Educação e Saúde; Parque Metropolitano; Universidade da Zona Leste; Centro Esportivo” Idem.

332Idem.

333Em 27 de dezembro de 1976, a Coordenadoria Geral de Planejamento COGEP apresentou ao Banco Nacional de Habitação – BNH, por meio do ofício COGEP G-758-76, o “adendo ao Plano Plurianual de Projetos CURA de São Paulo.

334“Seminário de Revitalização de Áreas Centrais” promovido pela Cogep em 27 a 29 janeiro de 1975 em parceria com o IPPUC- Instituto de pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba.

instrumentos capazes de induzir o crescimento da capital na única direção possível – a Leste, embora toda a tendência, seja histórica, seja econômica, é no sentido do seu fortalecimento em outra direção”³³⁵, e que a proposta de renovação urbana para essa área, seria o de caráter mais intervencionista, “seria a '**reurbanização**' propriamente dita”³³⁶.

As ações do “programa de urbanização” tinham como objetivo atingir uma área de 17.600.000m², e previam ações de retificação do rio Tietê, drenagem do solo e o saneamento, até a mudança total do sistema viário, o fechamento de ruas, quadras, instalação de equipamentos públicos e construção de conjuntos habitacionais³³⁷.

Segundo Anelli, que encontrou os estudos originais, tratava-se de um projeto complexo, de qualidade, em que estavam previstas torres e áreas verdes. Sabemos que o contrato com o BNH não vingou e o projeto não foi implantado pois, segundo Reis Filho, “o projeto habitacional falhou”. Os terrenos que estavam com as empreiteiras para a instalação de canteiros de obras ficaram desocupados até a gestão de Jânio Quadros (1985-88), quando a COHAB construiu torres habitacionais

338

Os trabalhos de identificação do patrimônio a ser preservado nessa região surgiram, portanto, da investida dos técnicos da EMURB e da COGEP, engenheiros, arquitetos e urbanistas, no sentido de “reurbanização” da área. Tinham como desafio um projeto de intervenção em grande escala, que envolvia a busca de soluções para a adequação do metrô, atendendo ao surgimento de novas demandas urbanas, infraestrutura, sistema viário, implantação de equipamentos urbanos, edifícios públicos. Deveriam encontrar soluções para a questão habitacional, o que envolvia a descoberta de áreas “vazias” e a escolha de terrenos a serem desapropriados para a implantação de conjuntos habitacionais.

Dos aparentes consensos apontados pelos técnicos da Cogep, temos na definição das diretrizes de atuação na região central documentadas em **1976**³³⁹, uma “síntese

335Eng. João Evangelista Rodrigues Leão, coordenador da Cogep em discurso no “Seminário de Revitalização de Áreas Centrais” promovido pela Cogep em 27 a 29 janeiro de 1975 em parceria com o IPPUC- Instituto de pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba, p.33, grifo nosso.

336Idem.

337SÃO PAULO (município)/ COGEP. *O que o Tietê reservou para a cidade – Projeto Leste*. São Paulo, outubro de 1974.

338ANELLI, 2007, p.4

339Que foram documentadas em Seminário promovido pela Cogep em **1976** na ocasião da discussão do **Plano Integrado da Área Central** SÃO PAULO (município)/COGEP. RP.003/76 Plano Integrado da Área Central - Seminário Permanente de debates: conclusões. São Paulo, julho de 1976.

das posições em consenso”, o que nos indicou a reveladora constatação de que **“não existe, em geral, uma preocupação em considerar o ambiente urbano como um patrimônio cultural e ambiental, a ser preservado em sua construção ao longo do tempo”**³⁴⁰. Nesse sentido, foram elencadas intenções de ação, das quais nos chamam a atenção³⁴¹: a promoção de grandes espaços abertos, “revalorizando áreas recentemente liberadas, após a implantação de equipamentos, como por exemplo o entorno das estações do metrô (praça da Sé, Pátio do Colégio, etc)”; a implantação de calçadas, e ainda, quanto a manutenção do “patrimônio ambiental”, deveriam ser realizados “a médio e longo prazo”:

“O levantamento e documentação sistemática do patrimônio ambiental; desenvolvimento de critérios objetivos quanto aos elementos a preservar; vinculação do processo de conservação e preservação do ambiente ao sistema de planejamento da cidade; fortalecimento dos órgãos ligados à preservação do patrimônio, especialmente os de âmbito estadual e local”

Para proceder à realização dos estudos para a identificação do **“patrimônio ambiental”** da região Leste, nada menos que três órgãos foram envolvidos, o que resultou em dois inventários distintos, realizados no mesmo período (1977-1978). Um deles foi desenvolvido pela EMURB, o chamado “CURA Brás-Bresser”, e outro pela COGEP em parceria com o DPH, denominado “Patrimônio Ambiental Urbano – Zona Metrô Leste”.

³⁴⁰Assinam a “síntese das posições em consenso” Carlos Eduardo Zahn e José Luiz Caruso Ronca. Grifo nosso.

³⁴¹Idem, p.58.

3.2 CURA BRÁS – BRESSER (CBB) – vilas e galpões significativos

O primeiro que abordaremos é o trabalho elaborado pela equipe da EMURB, como parte dos estudos de viabilidade do Projeto Leste de que falamos anteriormente. O trabalho de identificação do patrimônio foi desenvolvido entre 1977 e 1978, como parte dos estudos de viabilidade necessários à adequação das propostas apresentadas e aprovadas neste projeto anterior. A tarefa da equipe consistia em “complementar” os estudos já existentes da área, com o fim de identificar as características locais, os potenciais, os problemas existentes, visando o diagnóstico mais pormenorizado, com o intuito principalmente de estabelecer áreas para implantação do empreendimento metroviário, novos equipamentos urbanos, edifícios residenciais e o novo sistema viário. Identificamos, assim, que, no âmbito do Projeto CURA Brás-Bresser, não havia intenção inicial da “preservação do patrimônio”, pois o projeto era decorrente de soluções urbanísticas anteriores, que visavam ao adensamento da área. O inventário das vilas e dos galpões industriais que examinaremos foi fruto inicialmente de um diagnóstico necessário à intervenção urbana e, em segundo lugar, do desejo da própria equipe envolvida em identificar e propor a preservação daqueles bens.

Nestor Goulart Reis Filho era, na ocasião, Vice-Presidente da EMURB (1975/1978), ano em que também assumiu a presidência do CONDEPHAAT (1975/1980)³⁴². Ele nos afirmou que “o objetivo era um estudo para que o bairro se adensasse junto às estações do metrô, onde verificamos que haviam muitos conjuntos de vilas que já tinham alta densidade, não tinha sentido destruir as vilas”³⁴³.

O trabalho de diagnóstico da região alvo ficou a cargo da equipe do “Departamento CURA” da EMURB e resultou em um relatório de 4 volumes. O primeiro apresenta a “**Análise Urbana**” da região como um todo e os outros três volumes complementares abrigam o levantamento específico das “**Vilas e Conjuntos Habitacionais**”, dos “**Galpões Industriais**” e dos “**Galpões Industriais Significativos**”.

³⁴²Reis Filho já vinha sendo notoriamente reconhecido dentro da FAUUSP, aonde atuava como professor titular do Departamento de História desde 1956. Até este ano de 1975, já havia assumido a chefia do Departamento (1968/72) e a direção da Faculdade (1972/75).

³⁴³Entrevista à autora, em 25 de junho de 2012.

A respeito da divulgação desse trabalho, além dos relatórios³⁴⁴, encontramos até o momento somente um artigo dos próprios autores, que foi publicado na revista *Projeto* em 1980, intitulado *Vilas habitacionais Brás/Moóca*³⁴⁵. Sabemos também que o estudo realizado não logrou a preservação dos bens identificados naquela época, tendo sido “engavetado” e, como veremos, pouquíssimos exemplares saíram ilesos do rápido processo de transformação da Zona Leste.

A **equipe** do projeto era composta por arquitetos, liderados por Nestor Goulart Reis Filho³⁴⁶. arq. Marta Maria Soban Tanaka (coordenação), Marta Maria Dora Huck, Márcia Lucia Guilherme e Bartira Velludo Varella Costa. Marta Tanaka foi apontada por ele³⁴⁷ como a principal responsável pela elaboração e desenvolvimento dos trabalhos que analisamos aqui. Arquiteta formada pelo Mackenzie em 1965, na ocasião Tanaka desenvolvia pesquisa de mestrado na FAUUSP (1975-1983) sob o tema da habitação popular e do planejamento urbano³⁴⁸. As arquitetas Marta Dora Grostein Huck³⁴⁹, Bartira Velludo Varella Costa³⁵⁰ e Márcia Lucia Guilherme³⁵¹ todas formadas pela **FAU-USP**, também desenvolviam pesquisa na área do planejamento urbano, com foco na questão habitacional de interesse social.

344Disponíveis na biblioteca da FAUUSP.

345TANAKA, M.; REIS FILHO, N.; HUCK, M; COSTA, B. Vilas Habitacionais Brás/Moóca. *Projeto*, São Paulo, v. 19, p.11-15. 1980.

346 Formavam a equipe: Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho (vice-presidente técnico), eng. Sisenando G. Pereira do Vale (chefe do depto), arq. Marta Maria Soban Tanaka (coordenação), Marta Maria Dora Huck, Márcia Lucia Guilherme e Bartira Velludo Varella Costa, que realizou fotos e levantamento de campo (equipe de arquitetos), Johaness, Joaquim Ferreira de Souza, Marilda S. Fróes, Nadira Jamal e Roberto Patrão Assis (estagiários)

347Entrevista à autora, em 25 de junho de 2012.

348TANAKA, Marta Maria Soban. *Invasão: uma solução legítima?* Orientador José Cláudio Gomes. FAU-USP, São Paulo, 1983. Antes disso esteve na Universidade de Brasília (1969-1972 – Instituto de Artes e Arquitetura da Universidade de Brasília, IAA-UNB), quando colaborou em atividades de pesquisa a respeito da “paisagem que o homem organiza na era industrial” e trabalhou com a documentação da obra de Victor Dubugras. Em 1972, assume na Prefeitura de São Paulo, primeiro na Secretaria de Bem Estar Social da Prefeitura (Departamento de Habitação e Trabalho), e depois, em 1976, assume na EMURB.

349Marta Dora Grostein Huck, formada em 1973 pela FAU-USP, concluiu mestrado na área de Planejamento Urbano no College of Environmental Design of California Berkely (1974-1975) e lecionava no Departamento de História e Arquitetura e Estética da FAU-USP desde 1976. Em 1978, fez o curso de Especialização em Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano, realizado na FAUUSP.

350TANAKA, Marta. M. S.; COSTA, Bartira V. V. *Programa habitacional de interesse social: estudo para a reurbanização de vila do encontro*. São Paulo: EMURB, 1977. COSTA, Bartira Velludo Varella. *Brás: da estrada de ferro a linha do metrô*. (TGI) São Paulo: FAUUSP, 1984.

351Graduada em arquitetura e urbanismo (FAU/USP), com especialização em planejamento regional (University of Edinburgh), mestrado em ciências sociais (PUCSP), além de doutorado em ciências sociais/sociologia ambiental pela Unicamp.

3.2.1 Uma “nova corrente”

Como expressamos no Capítulo 1, os temas do “planejamento urbano” e da “história da urbanização” desenvolvidos na FAUUSP desde a década de 1960 já tinham como referência uma linha de pensamento, de leitura da cidade, que contextualizava o conjunto urbano no processo social, uma perspectiva desenvolvida a partir dos estudos de Reis Filho, que foram afirmados, amadurecidos, pela contribuição dos novos professores sociólogos. Em uma passagem da sua tese *Urbanização e Teoria*³⁵² (1967) Reis Filho nos esclarece sobre essa “**nova corrente**”, que toma como objeto “não apenas a cidade, mas a própria urbanização, vista como um processo social, em evolução na História” e que parte da seguinte proposição:

“Na medida em que propõe a urbanização como um processo social, com natureza determinada, que se desenvolve no conjunto de um sistema social, do qual os centros urbanos são considerados como componentes nucleares, a **nova corrente** pode estabelecer formas definidas de vinculação dos estudos de urbanização ao quadro geral da Sociologia e, portanto, possibilita o aproveitamento, no seu exame, pelas Ciências Sociais e a exploração, com profundidade equivalente, de seus aspectos recorrentes e emergentes, tanto segundo uma ordenação sincrônica como diacrônica”³⁵³

Essa linha conceitual vai no caminho oposto ao pensamento “racionalista”, ou corbusiano como costumamos chamar, que também se desenvolveu entre os arquitetos e urbanistas neste período, à luz da Carta de Atenas, que tinha como princípio a racionalidade funcional do espaço urbano, que enquadra “a urbanização em regras ideais” e que, segundo Reis Filho

“defende uma perspectiva científica dos fenômenos de urbanização mas utiliza sobretudo o método dedutivo e soluções plásticas de caráter platônico, em planos rígidos considerados como completos em si mesmo (...) determinaram o emprego de esquemas nos quais os edifícios são isolados como monumentos no espaço, destruindo a rua corredor e dissolvendo, portanto, a estrutura urbana tradicional”³⁵⁴

352 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Urbanização e Teoria: contribuição ao estudo das perspectivas atuais para o conhecimento dos fenômenos de urbanização*. Tese (Cátedra), FAUUSP, São Paulo, 1967.

353 REIS FILHO, 1967, p. 103, grifo nosso.

354

A “nova corrente”, no entanto, Reis Filho caracterizou-a como um esforço no sentido de “integração dos elementos da estrutura urbana” em uma perspectiva inclusiva,

“seus trabalhos evidenciam uma consciência mais profunda das bases sociais das funções urbanas, da sua multiplicidade e inter-relacionamento (...) procurando explorar simultaneamente as possibilidades explicativas dos métodos dedutivo e indutivo, dos desenvolvimentos teórico racionalista e a objetividade da orientação empirista (...) a mudança, considerada como condição permanente das estruturas urbanas e, ao mesmo tempo, observada segundo “ciclos” diversos para diferentes grupos e setores do sistema social e que permitem valorizar as significações diversas que pode assumir o processo para diferentes agentes”³⁵⁵

No esclarecimento e na defesa dessa “nova corrente”, Reis Filho sistematiza essa abordagem em quatro “linhas de investigação”³⁵⁶, que como veremos adiante, vão ao encontro a aspectos apresentados no **CURA Brás – Bresser - CBB**, estando implícitas tanto no diagnóstico como nas escolhas adotadas. Resumidamente, as quatro linhas são assim por ele definidas:

2. *“Problemas de mudança”* - “enfrentar a transformação permanente como condição da arquitetura e do urbanismo. Os esquemas são abertos, dando origem a conjuntos que crescem e são transformados por seus usuários”;
3. *“Bases empíricas”* - “os planos devem ser respostas a quadros antropológicamente definidos, com formas determinadas de relações entre indivíduos e destes com o meio”, “pôr em evidência as formas peculiares de mudança - “ciclos” diversos de mudança para diferentes grupos e setores do sistema social”
4. *“Integração funcional”* - “multiplicidade e integração de funções. Os setores não são mais isolados, mas interligados em um tecido urbano contínuo, com densidade elevada”, “ as formas de relacionamento é que irão determinar a importância da parte no todo”
5. *“Anti-classicismo formal”*- “desaparece a noção de arquitetura “monumento”.

³⁵⁵ REIS FILHO, 1967, p. 104-105.

³⁵⁶ Idem, p.99

Surge em seu lugar a noção de arquitetura como um produto da estrutura urbana e como forma de expressão de uma realidade”, “Nos conjuntos arquitetônicos, como nos urbanísticos, a ênfase é posta nos elementos de relacionamento das partes com o todo.”

3.2.2 Análise Urbana³⁵⁷ - o diagnóstico geral

No CURA Brás–Bresser – CBB, a área total definida para o estudo foi determinada na adoção dos seguintes limites: Largo da Concórdia (Estação Roosevelt), parque D. Pedro II e Estação da Moóca (metrô). Para a análise pormenorizada por setores, a região foi subdividida em **10 subáreas: Parque D. Pedro II; Gasômetro; Oriente; Concórdia Roosevelt; Bresser I; Bresser II; Radial Leste; ZML; Moóca I e Moóca II** (ver figura s seguir).

357 REIS FILHO, N. G.; TANAKA, M.; HUCK, M.; COSTA, B. *Análise Urbana: Área CURA Brás - Bresser*. São Paulo: EMURB, 1979

sub - áreas CBB

Como observamos no mapa constante no ANEXO P (mapa – Área CBB – Análise Urbana), dentro dessas áreas existem apontadas 4 grandes manchas, indicadas como “áreas de transformação”: os dois círculos em volta da região que seriam instaladas as Estações de Metrô Brás e Bresser; uma outra mancha é a da região do Gasômetro e Largo da Concórdia e, por fim, mais a norte, a da região da rua do Oriente.

No diagnóstico geral da região, inicialmente foi apresentada uma caracterização da **população** e a identificação dos **polos comerciais**. Foi constatada a presença maciça de imigrantes italianos, mais idosos do que jovens, tendo sido identificado também que houve uma mudança de nível econômico na área, gerando um afastamento dos “moradores tradicionais” que ascendiam em nível de renda. Quanto aos novos moradores, frisou-se a população migrante da região Nordeste do Brasil, atraídos pela área do terminal de ônibus interestadual e pela

antiga “Estação do Norte”, a Estação Roosevelt: “O Brás vai se transformando cada vez mais no centro nordestino de São Paulo”

Foram identificados cinco “polos regionais”:

- **Gasômetro:** comércio madeireiro atacadista de nível regional;
- **Piratiniga:** comércio especializado de peças para máquinas;
- **Oriente:** comércio atacadista de confecções associado a pequenas indústrias localizadas na área;
- **Concórdia:** Roosevelt: comércio regional de artigos populares e nordestinos. Articulação intermodal de transportes coletivos;
- **Alfândega:** comércio atacadista cerealista nas imediações da Rua Alfândega

Na análise do mapa de Uso do Solo apresentado³⁵⁸ identificamos a distribuição por toda a área de lotes com uso **industrial**, estando o uso **habitacional** com predominância na parte ao sul da linha férrea e, ao norte, maior concentração das atividades de **comércio e serviços**. A área como um todo, foi diagnosticada na época como de “dormitório”.

Nesse mesmo caderno, o de **Análise Urbana**, foi apresentada além do diagnóstico algumas propostas/diretrizes de intervenção urbana para algumas áreas específicas. As diretrizes foram indicadas durante o diagnóstico, como conclusão das análises, apresentadas na mesma página, em duas colunas: **Hipóteses de Intervenção e Análise da Situação** (ver fig. a seguir)

HIPÓTESES DE INTERVENÇÃO	ANÁLISE DA SITUAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> Proposta de legislação sobre os galpões industriais, impedindo a intervenção indiscriminada. Estudo para proposta de mudança de uso. 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de galpões industriais. Existência de galpões industriais com valor significativo para o patrimônio da cidade.

<ul style="list-style-type: none"> Legislação de uso do solo, incentivando a permanência das vilas. 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de grande número de vilas e conjuntos de casas geminadas.
<ul style="list-style-type: none"> Estudos específicos para reurbanização das áreas atingidas do novo sistema viário, e que impliquem a mudança de estrutura. 	<ul style="list-style-type: none"> Proposta de abertura de via arterial (Bresser-Emissário) através da lei 7112/68, com alternativa de via subterrânea, com lei 5535/61.

Durante essa Análise/Proposta, os autores percorreram sobre um universo amplo de temas, englobando diversas escalas de aproximação. Indicaram a instalação de mobiliário urbano, equipamentos públicos, usos, comunicação visual, áreas de lazer, passarelas, áreas para estacionamento, assim como áreas que deveriam receber tratamento paisagístico e manutenção das instalações públicas. No entanto, percebemos que a atenção dos técnicos ficou focada principalmente na demonstração de um diagnóstico preciso do uso do solo, da predominância de atividades comerciais específicas em determinados trechos, da questão habitacional, da capacidade de mobilidade, da requalificação do espaço do pedestre.

Algumas áreas, como a do **Gasômetro**, por exemplo, mereceram atenção especial dos técnicos. Para essa região, foi dedicado um texto que discorreu sobre as características da área, dando destaque à Rua do Gasômetro, o “eixo de urbanização”, referida por apresentar ainda uma “configuração espacial muito peculiar para o traçado urbano do período, mantendo-se em linhas gerais até os

nossos dias”. Inseriram, ainda, a leitura de alguns edifícios que marcavam a paisagem por pertencerem ao período da ocupação industrial, apresentados como “**edifícios de interesse**”.

Como exemplo de tais edifícios, ainda na subárea do Gasômetro, em que foi dado destaque às **instalações industriais** da San Paulo Gás Company Ltd. (1872), “antiga Chácara do Ferrão loteada e vendida, mantendo entretanto a sede, Chácara da Figueira que pertenceu a Marquesa de Santos” e às Indústrias Matarazzo (Moinho Matarazzo e Tecelagem Mariângela)³⁵⁹, qualificando-as como:

“ambas em edifícios de grande porte e interesse, quer pelo valor histórico das edificações, datando do período inicial da implantação industrial no Brás, quer pelas dimensões das mesmas, ambas com área superior a 20.000m²”

Como proposta no que tange os “edifícios de interesse”, foi indicado um “estudo de legislação para preservação do **conjunto urbano** que compõem a Rua do Gasômetro” para a “**preservação das relações urbanas existentes. (rua/calçada/edifício)**”³⁶⁰.

Na análise da subárea do Oriente destacaram a área de galpões da Rua Juta e o galpão da CEAGESP, como exemplos de “**construção significativa**”, e ainda identificaram uma “**vila significativa** com importante localização urbana e ampla área de circulação e uso comum” indicando à “valorização da Vila, com a reutilização das construções e espaços livres para uso público, e instalação de mobiliário urbano”.

No complexo Concórdia-Roosevelt, foi dada ênfase ao processo de transformação do Largo da Concórdia, com destaque para a construção e demolição do Teatro Colombo (1908-1966) como marco da alteração funcional da área, as atividades em torno da Estação Roosevelt e a presença da antiga Sede do Clube Minas Gerais, como sendo a mais antiga construção ainda restante.

Identificou-se ainda no Complexo Concórdia-Roosevelt uma “**vila habitacional significativa de interesse urbanístico, pela sua localização, uso, conservação, padrão construtivo e estrutura interna**” para onde foi proposto um “estudo de revitalização da vila pela sua adequação ao uso habitacional” tendo em

³⁵⁹Sobre o caso da Tecelagem Mariângela, ver BARDESE, Cristiane Ikeda. *Arquitetura Industrial. Patrimônio edificado, preservação e requalificação: O caso Moinho Matarazzo e Tecelagem Mariângela*. Dissertação (Mestrado), FAUUSP, São Paulo, 2011.

³⁶⁰ Idem, p. 31.

vista o seu **“significado histórico arquitetônico representativo da ocupação do bairro”**

Na subárea Bresser I, foi identificada a predominância de vilas habitacionais e antigos galpões industriais, para os quais propõem a manutenção dos edifícios, com a possível **reciclagem de uso dos galpões industriais**, visto serem considerados edifícios **“com valor significativo para o patrimônio da cidade”**; e a conservação das vilas, em que apontam mais uma vez para o “estudo de legislação de uso do solo incentivando a permanência das vilas”, indicação presente em todas as ocorrências de vilas habitacionais.

Na subárea Radial Leste foi dado destaque à Hospedaria dos Imigrantes (1886), como um “edifício de valor arquitetônico e urbanístico”, que deveria ser preservado e ter o seu uso transferido.

Sobre a subárea **ZML**, foi definido o perímetro aprovado em 1975, da criação da Zona Metrô Leste³⁶¹, área que margeia a linha férrea e de implantação do metrô³⁶². No ano desse diagnóstico, 1978, já é afirmada a condição recente dessas áreas como regiões **“de intervenção direta já desapropriadas pelo Metrô e atualmente utilizadas como canteiro de obra”** Na ZML também foram identificadas vilas habitacionais em quadra próxima a estação Bresser do metrô, para as quais se propõem “a possibilidade de compatibilização das vilas habitacionais com os conjuntos habitacionais propostos para a área de reurbanização” e galpões industriais **“representativos da industrialização paulista**, subutilizados. Na subárea Moóca I foi onde se identificou a maior quantidade de construções em **“estado precário de conservação”**, situação atribuída principalmente às frequentes enchentes na área; foi identificada uma vila de interesse e a Cia Antarctica como estrutura industrial significativa.

E finalmente, na subárea Moóca II, foi onde se diagnosticou o maior número de vilas e conjuntos habitacionais, além de **“construções de valor arquitetônico”**, como os identificados: edifício da EBCT, Cotonifício Crespi e Vilas dos Bancários.

Dessa análise geral, os técnicos entenderam que a solução da questão habitacional seria resolvida por meio, principalmente, da requalificação das estruturas existentes, da preservação das vilas habitacionais e da utilização das instalações industriais ociosas. Para a defesa da proposta, procederam ao inventário dos imóveis de interesse, o que resultou em uma pesquisa mais aprofundada,

³⁶¹Lei n.8328 de 02 de dezembro de 1975.

³⁶²Decreto n. 12.215 de 11 de setembro de 1977.

ocasionado a identificação e seleção de **Vilas, Conjuntos Habitacionais e Galpões Industriais** considerados “**significativos**” para preservação.

3.2.3 Vilas e conjuntos habitacionais³⁶³

No caderno entregue sobre as Vilas, apresentaram uma síntese dos objetivos do trabalho, texto que já nos aponta a posturas adotadas frente a conceituação e critérios de preservação:

- “complementação de dados de uso do solo de aspectos específicos e marcantes contidos neste setor urbano que abrange parte dos tradicionais bairros do Brás e da Moóca: Galpões Industriais e Vilas Habitacionais”
- subsidiar o projeto CURA e os demais órgãos responsáveis pelas intervenções urbanas e **preservação do patrimônio cultural da cidade**. (p.1)
- a identificação das vilas e conjuntos habitacionais significativos visam “oferecer insumos a entidades públicas e privadas para a criação de instrumentos adequados que possam garantir(p.2):
 - a manutenção e dinamização do uso habitacional na área;
 - a permanência da população moradora na área;
 - a preservação da memória urbana;
 - a reciclagem necessária de determinados espaços e áreas urbanas;
 - projetos adequados a compatibilização de soluções de reurbanização com a estrutura urbana atual sem a expulsão da população moradora

Para a formação da base e desenvolvimento da análise, diz no documento, que tomaram como fonte para **pesquisa** os “levantamentos físico-urbanísticos e sócio-econômicos realizados pela PLANASA para o Estudo de Viabilidade da área CURA Brás-Bresser” e, ainda, que utilizaram os mapas da cidade, dos anos de

363 REIS FILHO, N. G.; TANAKA, M.; HUCK, M.; COSTA, B. *Vilas e Conjuntos Habitacionais: Área CURA Brás – Bresser*. São Paulo: EMURB, 1979.

1810, 1841, 1842, 1868, 1897, além da Planta Topográfica do Município de São Paulo S.A.R.A. de 1930³⁶⁴.

Das aproximações em **campo**, foram apresentadas as seguintes atividades e produtos desenvolvidos: elaboração de fichas por vila; registro fotográfico; mapeamento de uso do solo por predominância de uso; tabulação e análise de dados do levantamento; mapeamento do “estado de conservação” das vilas; mapeamento de vilas e conjuntos habitacionais sob influência de polos e eixos comerciais, de articulação e áreas em transformação.

Para a introdução do trabalho e defesa dos argumentos, os autores colocaram a preocupação da “tendência de transformação de uso e ocupação de parte da área do Brás e da Moóca, que a curto ou médio prazo deverão descaracterizá-la de forma irreversível”(p.1), afirmando que

“A intervenção do poder público na área, ao longo do corredor da Linha Leste/Oeste do Metrô, com programas de reurbanização e a complementação de trabalhos de infra-estrutura e equipamentos coletivos de superestrutura, geram desequilíbrios na região e seu entorno. Mecanismos de expulsão da população da área somente poderão ser contidos ou redirecionados através da ação do mesmo poder público, aplicando-se incentivos à manutenção do uso, e legislação que impeça a incorporação dos lotes habitacionais para outros usos com a consequente descaracterização urbana. É nesse contexto que se insere a preocupação da EMURB ao apresentar o presente trabalho”³⁶⁵

Caracterizam os “conjuntos habitacionais e/ou vilas operárias” como “soluções construtivas de habitações seriadas” e, também definidas como: “agrupamentos de habitações originalmente semelhantes”, que possuem “acesso através de um espaço comum de uso local”, “ocupação de áreas internas às quadras do tecido urbano”. Qualificam a solução e o tipo de ocupação em áreas mínimas, pequenos lotes, vias estreitas em convivência com áreas maiores, como um fator de geração de diversidade de uso, apontado como um **diferencial** da área em relação a outras áreas periféricas da cidade, caracterizadas pela “segregação espacial”.

³⁶⁴Foram apontadas como fontes secundárias os seguintes documentos: Levantamento aerofotogramétrico do GEGRAN, escala 1:2000, de 1973; Levantamento topográfico do município de São Paulo da Cia SARA Brasil S.A., escala 1:5000, de 1930; Plantas do Setor de Rendas Imobiliárias da Prefeitura, escala 1:1000.

³⁶⁵p.5

Segundo o relatório apresentado, foram ainda analisadas/identificadas **162 vilas**, um total de 2990 lotes, sendo 90% da ocupação residencial, o que atendia a uma média de 11000 habitantes. Foi constatado que, naquele momento, todas possuíam sistema de água, esgoto e energia elétrica. Do total das vilas diagnosticadas, nos informam que 78% delas mantinham suas “**características originais**” e que 70% delas haviam sido **construídas até 1930** (S.A.R.A. Brasil) e, por isso apresentavam “homogeneidade no conjunto”. Da análise do estado de conservação, constataram que 70% se encontravam em “**estado de conservação médio e bom**”, o que significa um fator muito importante em nível de investimento para qualquer política de manutenção das vilas”

Segundo o diagnóstico, vilas que apresentaram estado de conservação ruim (precário) encontravam-se na região entre o Parque D. Pedro II e a Estrada de Ferro Santos- Jundiaí, como também as localizadas nas proximidades das ruas do Gasômetro, Bresser e da Moóca, e nas áreas de maior concentração de atividades comerciais ou por se localizarem na área de enchentes da Moóca.

As vilas foram classificadas segundo o tipo de acesso foi feito ainda o levantamento das características das unidades, por tipos de construção, da ocorrência de sobrados ou casas térreas, e ainda das dimensões do lote e da testada:

- TRAVESSA OU RUA PARTICULAR: via de ligação entre ruas locais do sistema viário (ex. Rua Benta Dias/Rua Iolanda);
- CORREDOR: via com largura reduzida tendo um dos lados ocupado por habitações e o outro como limite de lote (21 de abril, 401/ Híppia, 1472/ Cel. Antonio Marcel, 59/Visc. De Parnaíba, 655);
- VIELA: via de acesso único ou que se ramifica, findando em paredes cegas de fundo de lote ou pátios internos (ex. Rua Casemiro de Abreu, 232/Rua Bresser, 662);
- VIELA COM PÁTIO: via de acesso que se abre em espaço maior gerando um pátio de uso comum (ex. Rua Silva Teles, 95/Frei Gaspar, 733)

Das “**vilas significativas**”, os técnicos apontaram, de maneira genérica, que os **critérios de seleção** tiveram como base os dados do levantamento somados à observação em campo, cujo resultado foi sistematizado em agrupamentos por tipologia e atribuída uma pontuação:

“Desses dados se obteve uma pontuação que relacionada à avaliação intuitiva de observações em campo (tendo em vista o universo do levantamento), resultou em uma relação de vilas que convencionou-se chamar vilas significativas”.

Para o embasamento das escolhas, os “critérios para identificação das vilas e conjuntos habitacionais significativos” foram itemizados e subdivididos em dois blocos: **Fontes secundárias e levantamento de campo**, em que afirmaram que foi levada em consideração principalmente a característica de “**conjunto urbano homogêneo**”, isto é, o “resultado de um empreendimento em série que repete a mesma solução construtiva, ocupando área significativa da quadra”, conjunto esse que deve ser formado por unidades identificadas por manter o caráter “**original**” da construção, por terem sido construídas antes de 1930 e por formarem conjunto de no mínimo 10 unidades.

As vilas selecionadas foram apresentadas no universo de **14 “agrupamentos”** que abaixo apresentamos resumidamente, o mapa e a lista completa das vilas estão nos ANEXOS Q e R:

- casas térreas – fachada: porta e janela; conservam características originais de unidade e conjunto; continuidade das fachadas.
- sobrados – implantação de exceção, de acordo com a configuração do terreno
- das fachadas repetidas 2 a 2; época das construções mais recente, ecletismo.
- sobrados – implantação da vila em desenho simétrico; anteriores a 1930; sem descaracterização do conjunto.
- padrão das construções originais; anteriores a 1930; reformas individuais; descontinuidade do conjunto.
- sobrados; preservam características originais; homogeneidade das construções; estado precário de conservação.
- sobrados; tijolo à vista; características originais; homogeneidade do conjunto; implantação regular na quadra.
- térreas; fachada: porta e janela; relevo repetição 2 a 2; anteriores a 1930; faz parte do conjunto externo à vila.

- térreas fachada: porta e janela; geminadas 2 a 2; conservam características originais; homogeneidade do conjunto; telhas como elemento decorativo e cor;
- térreas, reformadas; ambientação diferenciada
- reformas individuais, individualização das fachadas.
- reformas diversificadas; descaracterização do conjunto
- sobrados; fachada contínua; preservação das características originais;
- sobrados; construção mais recente; homogeneidade do conjunto.

3.2.4 Galpões industriais significativos³⁶⁶

Ao analisarmos o relatório apresentado sobre os galpões significativos³⁶⁷, a primeira constatação é que não se trata só de galpões, mas também de “conjuntos industriais significativos” e “áreas industriais”. Mais do que a identificação de bens a serem preservados, o intuito foi de diagnosticar e apresentar soluções para a “melhoria das condições gerais do bairro”, visto que o objetivo principal desse trabalho foi o de fornecer subsídios aos projetos de intervenção naquela área:

“oferecer insumo a entidades públicas e privadas para a criação de instrumentos adequados capazes de **guardar um pouco de nossa memória urbana** e, ao mesmo tempo, encontrar caminhos para uma destinação dos espaços a serem reciclados”

Quanto aos **critérios**, afirmaram logo de início que, por se tratar de uma “abordagem da escala urbana”, os “critérios pontuais tradicionais adotados para preservação de edifícios” estavam “ultrapassados” e, assim, apresentaram os novos critérios para seleção dos galpões:

“são avaliados em relação ao conjunto por suas características arquitetônicas, época da construção, área do lote, característica de uso, ou concentração

³⁶⁶Para esse trabalho, participaram, além de Marta Tanaka e Bartira Costa, a arquiteta Ligia Moreira da Silveira e os estagiários: Francisco Fransber, Joaquim Ferreira de Souza Júnior, Nadira Jamal e Roberto Patrão Assis.
³⁶⁷REIS FILHO, N. G.; TANAKA, M.; SILVEIRA, L.M.; COSTA, B. *Galpões Industriais Significativos: Área CURA Brás – Bresser*. São Paulo: EMURB, 1979

na malha urbana. Dentre os 189 galpões industriais levantados foram destacados os representativos da ocupação urbana do bairro, que remete à 1a. Fase da industrialização de São Paulo, enquanto edifício, conjunto de edifícios ou grande área de uso industrial”

Na definição dos critérios, primeiramente classificaram os bens em três categorias: edificações significativas, conjuntos industriais significativos e grandes áreas de ocupação industrial e, assim, definiram para cada categoria valores específicos:

- **edificações significativas:** “**características representativas da industrialização paulista e guardam ainda unidade da arquitetura original**” - identificados principalmente através das técnicas construtivas, forma, uso e materiais empregados. Foi informado que todos os “galpões significativos” foram construídos antes de 1930 e, que 40% deles se encontravam em “bom estado de conservação” e apenas 7% em “estado precário”
- **conjuntos industriais significativos:** “conjunto arquitetônico harmônico” - “aspectos físicos” e “**histórico – culturais que caracterizam o uso industrial e remetem à ocupação tradicional do bairro**”
- **grandes áreas de ocupação industrial:** áreas com mais de 10.000 m² indicadas “pelo seu potencial de utilização” para utilização em novos empreendimentos que deverão **preservar as “relações com o espaço urbano:** escala, gabarito, referencias visuais, o que não implica necessariamente na preservação das edificações”

Para apresentar o relatório, subdividiram a área em 10 setores (A -I) apresentando para cada um deles: um mapa de localização dos bens, uma planta de cada quadra indicando os usos específicos de cada imóvel e fichas dedicadas a ilustração com fotos comentadas (ANEXOS Q, R e S)

Chama a atenção o levantamento preciso das atividades em cada imóvel, pois foram apresentados os nomes de cada estabelecimento, assim como calculada a área de cada lote. Das propostas apresentadas para os galpões significativos, a equipe propôs a realização de um levantamento pormenorizado das relações dos imóveis com a “área envoltória”, a fim de estabelecer os **usos novos compatíveis**

com as características da área (p.127). Consta também a recomendação de desapropriação, por parte do poder público, de alguns desses galpões para instalação de “equipamentos sociais”. Dos “conjuntos industriais significativos”, indicaram ao estudo pormenorizado com o fim do “estabelecimento de índices de construção que **preservem as relações urbanas** entre logradouros públicos e conjuntos construídos, áreas possíveis de adensamento e incentivo à reurbanização”.

Reis Filho nos afirmou³⁶⁸ que a intenção do programa CURA era do adensamento da região próxima da linha do metrô e, que após os estudos, constataram que a região já era bem adensada por conta das vilas,

“pensamos em fazer um plano que tomasse em consideração o que existia, para adensar de um modo elegante (...) verificamos que haviam muitos conjuntos de vilas que já tinham alta densidade, não tinha sentido destruir as vilas. Quando fosse feito o adensamento e revitalização do bairro, fosse feito considerando o que já tinha de bom, preservar e revitalizar as vilas de melhor qualidade e dar novos usos aos pavilhões industriais possíveis, porque haviam alguns lindos pavilhões. Os galpões seriam o alvo de projetos mais ambiciosos”

A arquiteta Bartira Costa, uma das autoras do trabalho, diagnosticou a transformação “sem critérios” que acabou por acontecer na região neste período, e assim descreveu:

“quadras inteiras foram demolidas um total de 178.000m² e 944 imóveis, área muito superior à necessária para a construção do elevado do metrô. Ainda assim “necessária” para acelerar a efetiva valorização do solo, para atrair grandes investimentos e propiciar a acumulação de capital.(...) Reurbanização aqui, tem sentido de destruição/re-construção, diferente de revitalização ou seja transformação da cidade frente às novas necessidades funcionais/sociais”³⁶⁹

³⁶⁸Entrevista à autora, em 25.06.2012.

³⁶⁹COSTA, Bartira Velludo Varella. *Brás: da estrada de ferro à linha do metrô*. São Paulo: FAUUSP, 1978. p.7

3.3 O Inventário do “patrimônio ambiental urbano” da ZML

3.3.1 COGEP+DPH

Por iniciativa da Coordenadoria Geral de Planejamento – COGEP³⁷⁰ foi iniciado, em **1977**, um inventário do “patrimônio ambiental urbano” da região Leste da cidade. Essa ação envolveu a parceria da COGEP, como órgão idealizador e coordenador, e a Divisão de Preservação do Departamento do Patrimônio Histórico - DPH.

Criado em 1975, o **Departamento do Patrimônio Histórico - DPH** (Secretaria da Cultura) possuía três divisões técnicas e suas respectivas sessões, mas a equipe era considerada pequena para a demanda³⁷¹. Os trabalhos iniciais do DPH tiveram como principal foco inicial os estudos de conservação e restauração em imóveis que já eram tombados e que estavam sob a guarda do poder público. Eram trabalhos pontuais, que, segundo a arquiteta Carla Milano, “concentraram-se nas atividades de restauro, conservação e revitalização do patrimônio predominantemente colonial existente na cidade”³⁷².

Ainda nesses primeiros trabalhos, registramos o estudo do “Eixo Histórico de Santo Amaro”³⁷³, local/tema constante dos trabalhos do DPH desde 1975³⁷⁴. Nesse estudo, vemos como a investida dos técnicos em uma escala urbana de análise e reconhecimento, do pontual ao entorno, já construía uma visão de preservação calcada na história da cidade e em uma visão de conjunto urbano³⁷⁵.

É importante recordarmos que – até que o Conselho Municipal de

370Órgão que detinha a atribuição do planejamento da cidade, assim como, da preservação do patrimônio através da recém-criada zona especial Z8-200 em 1975

371Segundo a arquiteta Carla Milano, que foi indicada por Murilo Marx para ser chefe da Seção de Revitalização – entrevista concedida a autora em 06.05.2011

372Idem. Foram citados por exemplo: engenho Piraquara, Casa do Ressaca, Mercado de Santo Amaro, Capela de São Miguel

373foi coordenado por Helena Saia, na época chefe da Seção Técnica de Crítica e Tombamento e sua equipe, denominado Eixo Histórico- Político- Religioso de Santo Amaro ou Plano de Proteção Ambiental para o antigo Mercado de Santo Amaro, realizado até meados de 1978.

374até a instrução de tombamento em 1993 - Res. nº 04/ Conpresp /93

375Segundo Helena Saia em entrevista concedida a autora em 06.05.2011 e análise dos levantamentos feitos, consultados na Seção de Crítica e Tombamento do DPH

Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
³⁷⁶ - CONPRESP fosse criado e o tombamento efetivamente começasse em âmbito municipal – a competência de salvaguardar o patrimônio municipal ficava a cargo da COGEP³⁷⁷, ou seja, os imóveis deveriam passar pela aprovação do órgão de planejamento para entrar na lista da **Z8-200**, que era o instrumento utilizado para enquadrar o que se desejava proteger.

A partir do ano de 1977, a Divisão de Preservação do DPH inicia o que eles denominaram como “a primeira etapa de um levantamento sistemático a ser efetuado em todo município de São Paulo”³⁷⁸, o inventário da Zona Leste, denominado Patrimônio Ambiental Urbano/Zona Leste.

Murillo de Azevedo Marx, diretor do DPH na época, disse em seu artigo sobre as diretrizes e trabalhos desenvolvidos no DPH “Proteção global para a memória paulistana” (1978), que a intenção do Departamento naquela ocasião era de estabelecer o **Inventário dos Bens Culturais** como ação sistemática dentro do órgão. Tendo em vista principalmente a experiência que haviam desenvolvido com a COGEP para a Zona Leste, como a de que estava em desenvolvimento, o “ensaio de levantamento sistemático para áreas urbanizadas testado no bairro da Liberdade” (1978:102), Marx citou o que seria o embrião do primeiro Inventário Geral do Patrimônio Ambiental Urbano – o **IGEPAC**, esboçado nessa época, mas consolidado como atividade rotineira no Departamento somente a partir de 1983 na gestão de Regina Meyer (DIEGOLI, 1986, 1987). Ainda nesse artigo, Marx afirmou que, por Inventário dos Bens Culturais, entendia que se tratava da “documentação dos bens culturais”, isso seria no seu entender,

“o levantamento de obras de arte e artefatos, de construções de todo o tipo, de logradouros públicos e paragens de significado, bem como a pesquisa de ordem geral ou específica que situa esses bens na perspectiva do seu conjunto e da história”³⁷⁹

Cândido Malta Campos Filho como coordenador da COGEP desde 1974, buscou na reestruturação do órgão uma atitude mais “realista” em relação a

³⁷⁶O CONPRESP, foi criado por lei municipal aprovada em 1985, mas teve a sua primeira convocação somente no final do ano de 1988. Foi a partir da década de 1990 que o CONPRESP passou a ser conhecido pela população, já que, desde então, atuou de forma mais intensa e polêmica Diêgoli, Leila R. *Cartilha Tombamento e Participação Popular*. DPH/SMC/PMSP, São Paulo, 2001

³⁷⁷Até hoje ambas as secretarias, planejamento e cultura, opinam sobre as questões da preservação

³⁷⁸Texto de apresentação do caderno entregue em janeiro de 1978

³⁷⁹p.102

execução de planos para a cidade, em artigo de 1975³⁸⁰, colocou-se criticamente em relação aos trabalhos feitos até então, da “fábrica de ilusões” que a COGEP tinha se tornado, no sentido de que eles estavam desvinculados com a realidade da implantação, das necessidades mais urgentes, dos custos, o que acarretou no engavetamento da maioria dos projetos realizados pela COGEP até então, um exemplo disso, foi quando citou o projeto da Grotta da Bela Vista, que acarretaria em investimentos que a municipalidade não poderia cumprir. Campos Filho salientou que faltava a integração das secretarias, do entrosamento necessário de diversos setores na elaboração de projetos para a cidade, o que fez com que ela implantasse um novo “sistema de planejamento de São Paulo”³⁸¹. Dentro dessa nova perspectiva, que uniu as equipes da COGEP e do DPH, o planejamento e a preservação, para diagnosticar e definir os rumos da região Leste.

Dentre os trabalhos propostos por Campos Filho nessa época, (que também comentamos no Capítulo 2 ao falarmos dos planos da área central), em sua nova “Política de controle de uso e ocupação do solo”, temos na publicação/relatório de 1979, que fala sobre a **“Política de Preservação de bens culturais paisagísticos”**³⁸²temos a afirmação desse modo de pensar “estratégico ou estruturalista”, a defesa de uma visão integradora e realista.

Para a expansão da Zona Leste, nos relembra da abertura e da expansão da Marginal Tietê e da Radial Leste (av Alcântara machado) que ainda estava em implantação em 1979, cita o impacto do metrô e dessas estruturas no desenvolvimento acelerado da região e, quanto ao **patrimônio cultural**, disse:

“Como decorrência do desenvolvimento provocado por todas essas medidas, o patrimônio cultural representado pelas edificações, ruas e praças construídas na primeira metade do século, marco da industrialização paulistana que teve aí seu “locus” privilegiado, poderá ser destruído pelo progresso desejado. Para preservar o patrimônio ambiental da Zona Leste desde o Brás até a Penha, a COGEP está propondo projeto de lei criando zonas especiais notoriamente para o outeiro da Penha. Essa postura da COGEP modifica o conceito tradicional pelo qual apenas os edifícios considerados nobres são preservados, propondo a preservação de antigas fábricas, vilas

380Cogep busca agora planejamento realista. Revista A CONSTRUÇÃO São Paulo, n.1528, 23.05.1977, p.10-14

381Idem.

382SÃO PAULO (município)/COGEP. *Política de controle de uso e ocupação do solo: consolidação das leis de zoneamento – Política de Preservação de bens culturais paisagísticos*. Série Políticas Setoriais. São Paulo, 1979.

operárias e escolas públicas de grandes importância cultural para essa porção da metrópole, bairro símbolo da imigração italiana.”³⁸³

Neste mesmo relatório, foi apresentado o **Estudo para Regulamentação do Uso e Ocupação do Solo na Zona Metrô-Leste**³⁸⁴, realizado em março de 1978, fruto direto dos diagnósticos multidisciplinares realizados na área desde 1976, levantamentos, mapeamentos, diagnósticos realizados da infra-estrutura, dos equipamentos, do saneamento, sistema viário, da verticalização, etc. dentre eles, foi feito o “levantamento de bens culturais”, o volume **Patrimônio Ambiental Urbano Zona Metrô -Leste**³⁸⁵

Do corpo técnico da COGEP participaram desse Inventário: como coordenadora a arquiteta Liliana Guedes e participaram as arquitetas **Nádia Somekh, Sarah Feldman** e Renê Nusdeu (consultoria) e ainda os estagiários: Adriana R. Camargo e Maria Ângela Trombini.

Da equipe do DPH, como coordenadora a arquiteta **Carla Milano** e participaram os arquitetos: **Helena Saia**, José Guilherme Savoy de Castro, **Luiz Alberto do Prado Passaglia, Alexandre Luiz Rocha**³⁸⁶, **Mirthes Ivany S. Baffi**, José Horácio de A. Nascimento Costa, Luiz Antonio C. Magnani (está em algumas fichas), Maruá R. Pacce (está em algumas fichas), Anita Regina Di Marco (colaboração), Carmem Maria La Farina Poletto (colaboração), Fernando José Martinelli (colaboração), Maria Fernanda Freire Luiz (colaboração), Lacy M. Tsukumo Andrade (programação visual), e os estagiários: Beatriz Blay, Denise Gonçalves de Freitas, Lourdes Blanes, Maria Luiza Dutra, Silvana Di Spagna Pitombo, Walter Arruda Menezes, Regina Silvia V.M. Pacheco. Consta também a participação da socióloga **Eva Blay**³⁸⁷, que desenvolvia pesquisa sobre as vilas operárias na USP, mas que segundo Carla Milano³⁸⁸, teve pouca participação, pois não tinham condições de fazer um levantamento sócio- político, não tinham sociólogos na equipe. Disse-nos que a participação de Blay foi pequena, mas que contribuiu na

383Idem, p.8

384Idem, p.48. Realizado sob supervisão do arquiteto José Roberto Affonseca e Silva e participação das arquitetas Liliana Marsicano Guedes – coordenadora, Jacqueline Doris Low-Beer, Marilisa Fernandes Elito, Sarah Feldmann Russo e consultoria de Flávio Villaça.

385COGEP; DPH. *Patrimônio Ambiental Urbano Zona Metrô -Leste*. São Paulo, 1978.

386Trabalhou com Benedito Lima de Toledo nos inventários da Z8-200 (1975-1977) e Zona Metrô Oeste (1976)

387Na época, desenvolvia pesquisa sobre as “Vilas Operárias” - desde 1972 na FFLCH-USP. Fruto deste trabalho e da pesquisa de campo realizada entre 1979-1981, é sua tese de livre-docência e o respectivo livro “Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo”, publicado em 1985 (cuja coordenação editorial ficou a cargo de Carla Milano)

388Em entrevista concedida a autora em 06.05.2011

análise da importância da trama urbana e concepção das vilas operárias, “que pelos fatos ocorridos nelas, já tinham uma conotação histórica”.

Com início em 1977, o inventário durou praticamente um ano e constou de duas etapas de entrega: a primeira, concluída em janeiro de 1978, a outra, entregue em novembro de 1978, portanto, temos dois cadernos para análise.

Ao analisarmos o texto apresentado em janeiro de 1978, notamos que a equipe tinha como principal tarefa a identificação de um “**repertório significativo**” do “**patrimônio ambiental urbano**” existente ao longo da linha leste do metrô, região que englobava os bairros: Brás, Penha, Pari e Moóca.

Segundo Mirthes Baffi, o trabalho tinha como finalidade a proposição de “medidas de preservação que antecedessem as grandes transformações já previstas”, pois “o Metrô queria uma avaliação do impacto da construção da linha em cima do patrimônio”³⁸⁹. Para tanto, deveriam proceder ao “estabelecimento de diretrizes para a criação de normas de preservação” com “**ênfase simultâneo**” na **preservação** e no **planejamento**³⁹⁰. Tinham como tarefa não só a identificação do patrimônio, assim como, deveriam proceder à revisão da legislação de uso do solo em pauta, compatibilizando uma proposta de preservação a de planejamento urbano dentro da lei de zoneamento, segundo Milano, o objetivo principal era de “subsidiar o planejamento urbano”³⁹¹.

A proposta final foi formatada para ser apresentada como legislação, um **Projeto de Lei** que foi publicado no **Diário Oficial de 13 de fevereiro de 1979**, que “dispõe sobre a preservação do patrimônio ambiental urbano em áreas da Zona Leste do Município, institui áreas de preservação paisagística, e da outras providências” No que tange a preservação do patrimônio ambiental urbano, foi proposta a de inclusão de 66 (sessenta e seis) novas Z8.200 (ANEXO X Projeto de Lei – Lista da Z8.200) e a de criação de uma nova categoria, as “áreas de proteção paisagística” (A.P.P.), pela qual haveria uma determinação do gabarito máximo³⁹² e normas especiais de ocupação do lote, áreas cujas “alterações na paisagem” deveriam ser objeto de aprovação da COGEP. As 12 (doze) APP s³⁹³ criadas têm seus perímetros definidos no projeto de Lei, assim como as restrições de gabarito

389Em entrevista concedida a autora em 07.2010

390Caderno janeiro de 78 – texto de apresentação

391Carla Milano, em entrevista concedida a autora em 06.05.2011

392Foram definidos 5 limites: 4 metros, 7 metros, 13 metros, 22 metros e 34 metros.

393Ver descrição na publicação (D.O. 13Fev.1979), são elas: Outeiro da Penha, Pari, Brás, Vila dos Bancários, Casa do Tatuapé, Vila Brasil, Rua Mons. Andrade, Rua da Juta, Rua San Gennaro, Rua do Belém-Largo S.J. Belém, Largo Coração de Jesus, Rua dos Ingleses-Rua 13 de maio

impostas. Além dessas, foram indicadas três áreas como Z9, uma Z3³⁹⁴, 3 como Z4³⁹⁵, uma Z13 e 2 corredores Z8-CR2³⁹⁶ e 1 Z8-CR3

Da análise do caderno entregue em janeiro, identificamos que as etapas de trabalho foram inicialmente balizadas pela definição do perímetro, isto é, a área delimitada pela COGEP, de influência imediata da Linha Metrô –Leste, onde foi realizado o “levantamento detalhado da área”³⁹⁷ pelos arquitetos separados por região. Segundo Helena Saia³⁹⁸, antes de procederem ao levantamento de campo, os técnicos tiveram contato com bibliografia sobre a história da cidade e livre acesso às fotografias antigas. Aliando a história aos mapas e à iconografia existente, elaboraram um “estudo do desenvolvimento urbano”, ou melhor, da história da urbanização, identificadas as transformações físicas, sociais e econômicas ao longo da história, o que norteou a investidura em campo. Carla Milano ainda nos ressaltou que, foi através do conhecimento prévio da **evolução urbana da cidade** que obtiveram subsídios para pesquisa em campo, momento em que investigaram principalmente: atividades industriais, usos e costumes, habitação, vida cultural, política; identificação de percursos tradicionais e suas mudanças, áreas aterradas, áreas alagadas, marcos paisagísticos, além é claro, da identificação e análise dos imóveis de interesse para preservação³⁹⁹

Para identificação e caracterização dos bens, foram utilizadas fichas padronizadas que depois da etapa de “seleção dos valores ambientais, históricos e arquitetônicos” foram passadas a limpo, datilografadas. Do trabalho realizado em campo, disseram ter desenvolvido, além da identificação do uso dos imóveis, a análise do estado de conservação e feita uma “pesquisa e análise visual da região, focalizando-se as relações área urbana- paisagem e bem cultural- área urbana”⁴⁰⁰,

Para procederem à realização do “Inventário sistemático de proteção do

394Z3 - Zona de uso predominantemente residencial, de densidade demográfica média. Permite um adensamento considerável, porque nela a edificação poderá ter uma área total construída máxima igual a duas vezes e meia a área do lote, possibilitando-se que, reduzida a ocupação da superfície do terreno, a área construída da edificação seja igual a quatro vezes a área do lote. Destina-se à localização de atividades típicas de centros de bairros, as quais irão coexistir com a habitação horizontal ou vertical.

395Z4- Zona de uso misto, de densidade demográfica média – alta. Zona destinada à localização de atividades típicas de subcentros regionais, permitindo também usos residenciais. Nesta zona a edificação poderá ter área construída máxima igual a três vezes a área do lote; se reduzida a ocupação da superfície do terreno, o limite será de quatro vezes a área do lote

396Z8 – CR2. Para atender às necessidades de um comércio mais diversificado, este tipo de corredor permite os usos de zona de uso Z2, com a exigência de gabarito de 15 metros e o máximo de três pavimentos (Lei nº8.001, de 24 de dezembro de 1973)

397Janeiro, “Critérios de Seleção”

398Em entrevista concedida a autora em 06.05.2011

399Em entrevista concedida a autora em 06.05.2011

400Janeiro, p.2

acervo cultural existente, ou seja, identificação de seus bens culturais: obra de arte, monumento, unidade ambiental ou sítio natural”⁴⁰¹, foi dito que, para identificar bens culturalmente significativos pertencentes a uma **“herança ambiental e arquitetônica integrada nas suas funções vitais e contemporâneas”**, deveriam proceder a “análise e avaliação das causas das transformações desta herança ambiental e arquitetônica”, objetivo que seria atingido através do **“conhecimento e análise da trama urbana, quer no seu conjunto quer nos seus elementos isolados”**.

No caderno de 78, expressaram o desejo do “conhecimento de sua população através da análise de suas origens, de seu crescimento, de seus aspectos contemporâneos, tais como sua distribuição espacial, suas características, suas necessidade e aspirações, suas manifestações culturais” com a análise das “funções vitais do presente”⁴⁰².

3.3.2 Principais Influências

Desse texto inicial, destaca-se a questão do **patrimônio para o presente**, do patrimônio integrado as “suas funções vitais e contemporâneas”, postura que também afirmam em outro momento, quando definem como “bens culturalmente significativos” aqueles “integrados aos quadros de necessidade sociais, econômicas e culturais contemporâneas”, e nos afirmam que com essa postura estariam desvinculando-se “daquela ideia de preservação de monumento ou monumentalidade”⁴⁰³. Sobre essa questão, assim como outras, das que foram apontadas como inovadoras no sentido dos conceitos de patrimônio e formas de intervenção, foi recordado em entrevista as arquitetas Carla Milano, Helena Saia e Nádia Someck, da grande influência transformadora que tiveram com a leitura de **Kevin Lynch** na época. No livro *¿De qué tiempo es este lugar?*⁴⁰⁴, nos deparamos exatamente com um discurso/provocação sobre a questão da antiguidade do patrimônio e dos usos patrimoniais para o presente. Lynch através da ilustração de exemplos ocorridos em várias cidades do

401Janeiro, p.2

402Caderno entregue em janeiro de 1978

403Caderno entregue em janeiro de 1978.

404LYNCH, Kevin. *¿De qué tiempo es este lugar?* - para una nueva definición del ambiente. Editorial Gustavo Gili S. A., Barcelona, 1975

mundo, levantou a perspectiva de reconhecimento de estruturas consideradas recentes ou desprovidas de um significado que estivesse latente, como o caso do patrimônio industrial (1975:15), trazendo a questão da valorização do ambiente urbano através do reconhecimento e da preservação das estruturas existentes e da adequação para o presente de uma nova realidade patrimonial. Ao discorrer sobre como fazer a invocação do passado no presente, Lynch disse

“Los pasados recreados deberían basarse en el conocimiento y los valores del presente. Queremos cambiarlos a medida que cambian los conocimientos y valores del presente, del mismo modo que la historia se vuelve a escribir una y otra vez. La preservación del entorno encierra el peligro de su propio poder para conservar como en una cápsula una determinada imagen del pasado, una imagen que ulteriormente puede resultar mítica o irrelevante. Y es que la preservación no es solamente la salvación de cosas antiguas sino también el mantenimiento de una respuesta a esas cosas. Esta respuesta puede transmitirse, perderse o modificarse. Puede sobrevivir al objeto real mismo. Cabe esperar la presencia de visiones conflictivas del pasado, basadas en valores conflictivos del presente”⁴⁰⁵

Essa abordagem nos traz a reflexão de um novo ponto de vista, do entendimento que o espaço urbano é valorizado enquanto testemunho histórico, a paisagem urbana é considerada no seu conjunto formado por intervenções de épocas distintas e, dentro dessa perspectiva, são incluídos os edifícios modestos e o próprio traçado das vias com bens a serem mantidos por sua representação na história. A questão que Lynch colocou sobre o passado no presente, permite que os técnicos assumam as soluções desejadas do presente em uma estrutura do passado, viabilizando o planejamento com a preservação, a transformação e a manutenção.

Das outras referências conceituais que foram apontadas pelos técnicos em entrevista⁴⁰⁶, foi a influência do professor **Ulpiano Bezerra de Meneses**, apontado como o porta-voz do conceito de “patrimônio ambiental urbano” adotado nesse trabalho. No que diz respeito aos métodos de enfrentamento do conjunto urbano, as arquitetas tinham em mãos as experiências ocorridas na Itália, de Bolonha⁴⁰⁷ e Mar-

405LYNCH, 1979, p.62.

406Carla Milano e Nádia Somekh

407CERVELLATI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto. *Bolonia - política y metodología de la restauracion de centros históricos*. Editorial Gustavo Gili S.A., Barcelona, 1976

che⁴⁰⁸, trazidas por Carla Milano, que havia voltado de viagem recente à Itália. Dentre os conceitos e objetivos apresentados no programa de Bolonha, destacamos resumidamente: o conceito de monumento – a consideração de edifícios de várias épocas, da preservação do conjunto e da trama urbana; dos objetivos do programa – integrar o patrimônio dentro do contexto social e econômico, confiando-lhe uma função ativa e compatível. (CERVELLATI e SCANNAVINI, 1976:31) As categorias e os graus de proteção definidos no ZML, são os que foram adotados na Itália⁴⁰⁹ Outra influência tomada dos italianos, foi o livro *Arquitetura italiana em São Paulo*, que era referencia na FAU no que diz respeito às obras empreendidas pelos imigrantes na cidade⁴¹⁰.

Como também foi destacado em entrevista⁴¹¹ a influência do primeiro volume do inventário coordenado por Paulo Ormino de Azevedo na Bahia, famoso entre os preservacionistas, o IPAC-BA⁴¹² Em uma análise comparativa desses trabalhos, concluímos que todos, os italianos e o brasileiro, tiveram uma base comum, o modelo estabelecido para o **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu - IPCE** (Protective Inventory of the European Cultural Heritage – IECH), que foi elaborado em 1965 e adotado a partir de 1970 pelo Conselho da Europa (GAZZOLA, 1968 e COUNCIL OF EUROPE, 1970:46) E em análise comparativa dessas fichas - IPCE, IPAC-BA e ZML - notamos a influência direta do modelo utilizado no IPAC-BA para formatação do trabalho da ZML, já que a equipe não teve contato com o IPCE, somente através do plano de Marche, que apresenta uma ficha muito resumida, e do IPAC-BA, a **ficha da ZML** tem a formatação e as entradas de dados muito semelhantes, mas com reduções de conteúdo e algumas alterações na nomenclatura. (fichas nos ANEXOS 21 e 22)

408 SOPRINTENDENZA AI MONUMENTI DELLE MARCHE/ Direzione Generale delle Antichità e Belle Arti / Ministero della Pubblica Istruzione. *Restauro Nelle Marche - Ricerche- studi e interventi per la conservazione e la valorizzazione dell'ambiente storico*. Urbino, Palazzo Ducale, 1973

409 SOPRINTENDENZA AI MONUMENTI DELLE MARCHE, 1973, p.311 ; CERVELLATI & SCANNAVINI, 1976, p.31

410 que teve o primeiro lançamento em 1953, e desde então servia de referencia para os estudos das obras empreendidas pelo italianos em São Paulo, citada nas publicações de Toledo, Lemos e Reis Filho, a publicação foi reeditada em português em 1981, com a contribuição de Paulo Bruna na tradução e Luiz Passaglia, um dos participantes desse trabalho, que escreveu o prefácio e ilustrou com fotos. DEBENEDETTI, E.; SALMONI, A.. *Arquitetura italiana em São Paulo*. Tradução de Paulo J. V. Bruna. (Coleção Debates) . São Paulo: Perspectiva, 1981.

411 Mirthes Baffi, Carla Milano e Nadia Somekh

412 AZEVEDO, P. O. D. ; LIMA, V. L. R. C. . *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1975. v. I.

Das experiências vivenciadas pelas arquitetas no sentido desse tipo de trabalho, temos por exemplo, o contato de Nádia Somekh⁴¹³ enquanto estagiária da prefeitura com os trabalhos da Bela Vista, do Eixo histórico de Santo Amaro, da Z8-200, Somekh recordou do seu primeiro passeio de helicóptero com Benedito Lima de Toledo sobre o centro de São Paulo e, apontou-nos como referências principais de seu pensamento sobre a preservação e o planejamento concebidos naquela época⁴¹⁴, citando os nomes de Gabriel Bolaffi⁴¹⁵, Carlos Lemos, Benedito Lima de Toledo, Murilo Marx, Ulpiano B. Meneses e Maria Adélia Aparecida de Souza⁴¹⁶

Carla Milano havia feito o **Curso de 74**, e apontou-nos como importante o contato que teve com o antropólogo Antônio Augusto Arantes na época dos trabalhos na Capela de São Miguel Paulista⁴¹⁷. **Helena Saia** também estava envolvida com esse tipo de trabalho, havia trabalhado na identificação dos imóveis em **São Luis do Paraitinga**, um trabalho feito para o CONDEPHAAT em 1972, que segundo ela, resultou em muitas pranchas e fotos, casa a casa. Helena Saia nos disse que foi nos trabalhos que realizou na prefeitura que conheceu a sua cidade⁴¹⁸

3.3.3 Critérios

Dos critérios adotados pelos técnicos e expostos na apresentação de janeiro, foi determinado que para a seleção do “patrimônio ambiental representativo”, foram selecionados os “edifícios isolados ou conjuntos”, com base em três parâmetros⁴¹⁹: o principal, o da “**representatividade**”; o da “permanência das características fundamentais da herança arquitetônica e ambiental”, “estado de conservação das construções” e “suas possibilidade de restauro e reciclagem”⁴²⁰.

Através destes critérios, percebemos que foram eleitos principalmente os

413Depoimento a autora em 28.9.2011

414Sobre a trajetória de Somekh, ver SOMEKH, Nadia. *Trinta anos de urbanismo em São Paulo*. Teoria e ação. *Arquitextos*, São Paulo, 12.143, Vitruvius, apr 2012 disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.143/4324>>.

415Sociólogo, em 1973 no Depto de História da FAU ministrava - “Planejamento Urbano e Regional” e “Fundamentos Sociais da Arquitetura e Urbanismo I e II”

416Ingressou em 1971 na FAU, e ministrada no Depto de História as disciplinas - “Análise do Espaço Urbano e Regional” Formada em Geografia pela Universidade de São Paulo em 1962, mestrado em Geografia Humana pela Universidade de Paris em 1967, doutorado em Geografia pela Universidade de Paris (Sorbonne) (1975)

417Depoimento a autora em 06.05.2011

418Depoimento a autora em 06.05.2011

419Janeiro, “Critérios de Seleção”

420Janeiro, “Critérios de Seleção”

exemplares do final do século XIX e início do XX, construções que caracterizavam a primeira fase de industrialização, marco da ocupação da área. A preocupação foi de preservar o “bairro operário” característico e ainda conservado, as fábricas e as vilas residenciais, o traçado e os marcos dessa ocupação (ver lista logo abaixo ou projeto de Lei no ANEXO X).

Outra preocupação foi em identificar “conjuntos arquitetônicos” localizados no núcleo da formação desses bairros, as áreas de entorno das igrejas, assim como elegeram diversos conjuntos mistos de residência e comércio preservados, “mais diluídas ligadas ao historicismo, ao ecletismo e posteriormente ao art-nouveau e ao art-déco das áreas residenciais e comerciais das classes mais abastadas”⁴²¹.

A seleção foi claramente pautada na **história da evolução urbana local**, dando ênfase a características que são peculiares dessa região, deixando em segundo plano a análise do edifício isolado, não que não fosse considerado, mas o foi na medida que fazia parte do conjunto. O que foi adotado neste trabalho, sem dúvida nos remete ao que vimos da seleção de Toledo e Lemos para a preservação da área central, a lista da Z8-200 de 1975, caracterizada por ser uma seleção de edifícios e conjuntos arquitetônicos (manchas), valorizados por sua representatividade histórica na cidade de São Paulo, principalmente no que tange a produção do final do século XIX e início do XX, incluindo neste rol, os ecléticos, as obras mais modestas, enaltecendo sobretudo a cidade do imigrante.

A partir do entendimento de que o **espaço urbano é testemunho histórico**, consideraram o conjunto urbano que se encontrava preservado na época, incluindo-se nessa perspectiva edifícios modestos e até o próprio traçado das vias.

Segundo os técnicos da Cogep, “escapou-se da visão do edifício isolado, adotando-se, sempre que necessário, a conceituação de **manchas urbanas**, ou conjuntos morfológico - históricos de qualidade especial”⁴²². As áreas a serem preservadas, nomeadas como manchas, foram definidas como “áreas de características ambientais significativas para compreensão do processo histórico de desenvolvimento urbano da região”⁴²³.

421 Caderno janeiro, “critérios de seleção”

422 José Horácio de Almeida Nascimento Costa, Nadia Somekh Martins Ferreira e Sarah Feldman escreveram em 1978 o artigo “Transformações Urbanas: Preservação e Destruição”, In: Revista CJ Arquitetura, n.19, 1978, p.42 a 44.

423 Texto de apresentação da proposta de janeiro de 78

Os imóveis foram analisados isoladamente e em conjunto e estudados seu significado histórico, seus valores arquitetônicos, formais e funcionais, sua forma de ocupar o solo, seu relacionamento com o espaço circundante e sua importância como elemento de referência histórica (...) houve, também, a preocupação constante de identificação de bens culturais que tivessem significado popular ou representassem uma qualidade de vida de caráter local.⁴²⁴

3.3.4 Propostas

Na proposta entregue em janeiro 1978, a apresentação do **Patrimônio Ambiental Representativo** foi realizada através da divisão nas seguintes categorias: *arquitetura religiosa e assistencial; arquitetura civil de função pública; arquitetura civil de função privada; arquitetura industrial; manchas urbanas de valor ambiental e área de interesse paisagístico para renovação urbana controlada*

Apresentaram ainda a intenção de classificar os edifícios por **graus de proteção**, o que é apresentado na entrega de janeiro e depois abandonada. A definição dos níveis é idêntica a apresentada por Paulo Ormino de Azevedo no IPAC-BA, inspirada no modelo europeu (IPCE):

GP - 1 - proteção direta: monumentos que devem ser preservados integralmente;

GP - 2 - proteção direta: monumentos que sofreram sucessivas transformações, muitas vezes impróprias, e só algumas partes justificam a proteção, enquanto o resto pode ser modificado sob o controle da autoridade competente;

G - 3 – proteção de referência: edifícios que podem ser eventualmente demolidos e substituídos por novas construções, desde que estas não contrastem com o ambiente que as circunda;

G - 4 – proteção com referência: edifícios cuja demolição seria auspiciosa, sem reconstrução, porquanto é reconhecido seu caráter de enxerto supérfluo

⁴²⁴Novembro, “Apresentação”

Os imóveis foram então divididos em três categorias, assim nomeadas:

1. Edifícios isolados ou conjuntos= “patrimônio ambiental representativo”;
2. “manchas urbanas de valor ambiental” e
3. Manchas urbanas de interesse paisagístico = “área de interesse paisagístico para renovação urbana controlada”.

Dos “**edifícios isolados ou conjuntos**” foram selecionados **27** (vinte e sete) imóveis, que foram categorizados por suas características de uso e propriedade, conforme estabelecido no padrão europeu:

Arquitetura religiosa e assistencial: Igreja do Rosário dos Homens Pretos da Penha; Igreja de Nossa Senhora da Penha de França; Creche Marina Crespi

Arquitetura civil de função pública: EEPG Romão Puiggari; EE 1ºGrau Amadeu Amaral; CIE Padre Anchieta; EEPG Santos Dumont; EEPG Oswaldo Cruz; CIE Carlos de Campos; EEPG Visc. De Congonhas do Campo; EEPG Erasmo Braga; Palácio das Industrias; Estação do Brás; Hospedaria dos Imigrantes

Arquitetura civil de função privada: Conjunto de Residências – Largo da Concórdia; Vila Queiroga; Vila Maria Zélia; Conjunto Residencial Vila Boyes; Casas populares de Gregori Warchavchik; Casa do Tatuapé; Prédio de Esquina – Rua Uruguaiana nº375; Cine -Teatro Oberdan; Cine Babilônia

Arquitetura Industrial: Gasômetro; Correio; Antiga Fábrica de Tecidos Labor S/A; Cotonifício Paulista

Das **manchas urbanas**, foram escolhidas **4** (quatro) áreas ao longo das avenidas Rangel Pestana e Celso Garcia assim nomeadas: **Largo da Concórdia, Brás, Indústria – Vila e Outeiro da Penha**. Foram apresentadas através do estudo da evolução da área, das características atuais, dando enfoque ao caráter representativo da paisagem preservada e “homogênea” e do seu papel na história da cidade, por exemplo:

mancha 1 – Largo da Concórdia

perímetro: Rua Barão de Ladário X Rua Conselheiro Belisário X Rua Maria Marcolina X Avenida Rangel Pestana

início do séc. XX: “atividades ligadas a cultura e lazer”, teatros, cinemas, salões de baile e confeitarias: Teatro Colombo, cine-teatro Oberdam, o Oberon, o Babilônia, o Piratininga, o teatro Mafalda, a confeitaria Guarany, entre outros

década de 1960 – modificação do Largo para escoamento viário

atual: “importante entroncamento viário”; “ponto de reunião não mais dos antigos imigrantes italianos mas sim dos inúmeros migrantes nordestinos”; “manteve suas características espaciais bastante inalteradas”

mancha 2 – Brás

perímetro: 10 quadras – avenida Celso Garcia X Rua Bréssem X Rua 21 de abril X Rua São Leopoldo

“tratava-se de selecionar um conjunto homogêneo que permitisse a compreensão de um espaço antigo preservável”

data das duas primeiras décadas do século XX, “modelo típico de ocupação do solo” bairros Brás, Bréssem, Moóca e Belém – aproveitamento máximo das quadras, lote de dimensões reduzidas, criação de vilas de meio quarteirão

O tratamento arquitetônico dessas unidades habitacionais é bastante homogêneo: são na sua maioria casas térreas com porão alto não ocupado, sem recuos. Uma porta e duas janelas são os elementos que basicamente organizam a composição de cheios e vazios de cada unidade do conjunto, pois este esquema chega a se repetir ao longo de quarteirões inteiros. As platibandas de desenho despretensioso são o tipo de arremate de fachada mais comum.

Para essa mancha foi proposta a normatização em níveis de proteção, P2 e P3, nos trechos: Rua 21 de abril (trecho entre a rua do Hipódromo e rua Bresser); Rua São Leopoldo (trecho entre rua Ubaldino Amaral e Estrada de Ferro); Rua Coimbra (trecho entre a rua José Monteiro e Rua Cesário Alvim); Rua Belo Horizonte; Rua José Monteiro (trecho entre rua 21 de abril e rua Coimbra); Rua Firmino Pinto

(trecho entre rua 21 de abril e rua Coimbra); Rua Cesário Alvim (trecho entre rua 21 de abril e rua Coimbra)

Na proposta apresentada em **novembro de 1978** vemos que foi abarcado um universo muito maior de bens e a classificação por uso/propriedade e a proposta dos graus de proteção foram abandonadas, a proposta foi do enquadramento em **Z8-200** ou outra Zona, como veremos a seguir.

O caderno foi apresentado **por regiões**: Gasômetro, Concórdia, Pari, Brás, Belém, Tatuapé, Penha, Moóca, em que cada uma inicia-se com um breve histórico da área, sua evolução urbana, econômica e social, apontando suas qualidades e características peculiares.

Propõe-se nessa fase a “**preservação do traçado**” das ruas (como das ruas Sacramento, São Biagio e travessa Xandú), que remontam à ocupação da área em fins do século XIX “aproveitando as vantagens da pequena colina, a salvo das inundações do Rio Tietê. Vinculam-se historicamente ao 'Caminho Velho Pary’”. Para sua preservação foi proposto enquadramento em **Z9**, assim como a propuseram em situações de preservação de uso e gabarito nas áreas maiores (manchas), essa zona, anteriormente “estritamente residencial” para a ser classificada neste ano como “zona de uso predominantemente residencial” ⁴²⁵ Outro enquadramento, foi em **Z13**⁴²⁶, que também foi proposto no sentido de preservar o uso residencial.

Z9 – Zona de uso predominantemente residencial

Zona de uso admitindo-se apenas casas (isoladas e geminadas), comércio e serviços locais, com área construída máxima igual uma vez a área do lote. É uma zona residencial ocupada horizontalmente, permitindo que coexistam, com comércio e serviços locais, a habitação unifamiliar isolada e a habitação geminada. A existência de comércio e serviços a nível local torna não prioritário o deslocamento por automóvel, possibilitando a manutenção de um ambiente residencial tranquilo ⁴²⁷.

Para as “**manchas urbanas de interesse paisagístico**”, propuseram inicialmente que houvesse uma complementação da legislação existente (Lei nº7688/71 e Decreto 9367/71) para fins de controle de maior nos “projetos de renovação urbana”,

⁴²⁵Criada na Lei 8.328 de 02 de dezembro de 1975 e alterada pela Lei 8.800 de 11 de outubro de 1978.

⁴²⁶Z13 – Zona de uso predominantemente residencial, de densidade demográfica média. Criada com o objetivo de estimular áreas residenciais de densidade baixa, permitindo-se residências, edifícios residenciais e apenas o comércio e serviços de âmbito local, de forma a evitar o tumulto causado pelos usos diversificados incompatíveis com o uso residencial. <http://www.prodiam.sp.gov.br/sempla/zone.htm>

⁴²⁷<http://www.prodiam.sp.gov.br/sempla/zone.htm>

o que veremos, transforma-se na proposta de “áreas de preservação paisagística” (APP) ou no enquadramento em Z9.

Das **66** (sessenta e seis) **Z8-200** propostas, as categorias em maior número são: **conjuntos arquitetônicos** (não vilas, (20) Z8-200), **vilas** (18 vilas) e **imóveis industriais** (20 edifícios). Além desses, tivemos 6 escolas, 3 igrejas e alguns outros edifícios isolados (ver ANEXO23 -Projeto de Lei - lista Z8-200)

Além disso, acrescentaram artigos à lei da Z8-200 (8328/75), no sentido de controle da publicidade nesses imóveis, e mais, publicaram uma tabela de multas e sanções previstas no caso da infração a determinações da lei de Uso (7805/72) e da lei da Z8-200 (8328/75).

3.3.5 Divulgação e repercussão

Durante o ano de 1978, mesmo antes de finalizado o trabalho, foram publicadas algumas matérias na imprensa sobre o assunto. A primeira delas, publicada em maio, tinha como assunto principal “Os planos de preservação da memória de São Paulo”⁴²⁸, quando foram expostas as intenções de identificação e preservação em todos os bairros. Foram indicadas intenções em preservar exemplares da Zona Leste (Brás, Moóca, Belenzinho, Tatuapé e Penha) e também dos bairros de Higienópolis, Sumaré, Jardins e Vila Mariana. Nesta matéria, ainda informaram que a Z8-200 era um instrumento de preservação que “proíbe demolições, reformas, ampliações e dá a Cogep poderes para autorizar, ou não, novas edificações”

Para falar exclusivamente da Zona Leste, outro subtítulo foi criado nessa mesma página: “**As áreas importantes e intocáveis da Zona Leste**” momento em foi informada a conclusão da “proposta de projeto de lei para o Patrimônio Ambiental Zona Metrô Leste”. O jornalista, (em posse do caderno de janeiro), divulgou todos os imóveis propostos para preservação, assim como citou algumas passagens do trabalho, dentre elas, a que diz que o trabalho “representa uma primeira etapa de um levantamento sistemático a ser efetuado em todo município de São Paulo”.

⁴²⁸OS planos para a preservação da memória de São Paulo. O Estado de São Paulo, São Paulo, 19 mai. 1978. 618- Suplemento de Turismo. p.3

Em agosto do mesmo ano, na matéria “Alguns segredos que o Brás e a Penha vão conhecer em setembro”⁴²⁹, foram expostas as desapropriações e a supervalorização dos imóveis naquela área, além de apontarem o receio na divulgação dos imóveis que seria preservados, o que já havia sido feito:

O metrô não levou para a população da Zona Leste apenas a perspectiva de melhorias do transporte. Suas obras, apara atingir esse resultado estão descaracterizando dois dos mais antigos bairros de São Paulo: Brás e Penha, que há seis meses estão sendo estudados pelos arquitetos do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do Município. As conclusões desses estudos, que envolvem a preservação de 27 construções, ainda não podem ser divulgadas: há, entre os técnicos, o temor de que os proprietários descaracterizem o imóvel atingido (...) ao mesmo tempo que chega o metrô e, com ele, as reformulações das vias principais, o saneamento básico, a urbanização, a antiga população é expulsa pela desapropriação ou valorização descontrolada dos imóveis⁴³⁰.

Em outubro de 1978, dedicou-se uma pagina inteira para a questão das **vilas operárias**, “Vilas do início do século serão protegidas no Brás”⁴³¹, e nela são expostos os estudos da arquiteta **Marta Tanaka**⁴³² (do CBB) que identificou cerca de 162 vilas existentes entre os bairros da Luz e Zona Leste, sendo 50 delas concentradas na Moóca, e outras 50, entre o Largo da Concórdia e Rua Bresser. Tanaka alertou também também da existência de 200 indústrias, a maioria construída no início do século (60% desativadas e 15% em estado precário), que terão seu fim próximo.

Pela localização e área que ocupam, tais industrias serão as primeiras a serem demolidas pelos incorporadores imobiliários, prevêem os técnicos. A Emurb reservou 50 mil metros quadrados de área para construção de prédios particulares e unidades habitacionais do Inocoop

Sobre a proteção das vilas, anunciaram que o CONDEPHAAT iria proceder ao tombamento dessa vilas...como sabemos, através desse órgão, havia sido tombada a **Vila Economizadora** em 1977⁴³³, após ela, nenhuma outra.

429ALGUNS segredos que o Brás e a Penha vão conhecer em setembro. Jornal Desconhecido, São Paulo, 20 ago. 1978. p.5

430Idem

431VILAS do início do século serão protegidas no Brás. O Estado de São Paulo, São Paulo, 20 out. 1978, p.42.

432Responsável pela coordenação do projeto Cura Brás -Bresser, Tanaka elaborou um estudo cujos dados podem ser verificados no livro de Eva Blay sobre as vilas operárias. BLAY, 1985, p. 153

433Processo n.20213-77, inscrição n.135, Livro de Tombo Histórico n1, p.25.

Quase 200 vilas, a maioria construída no começo do século, entre o Brás e a rua Bresser serão protegidas pelo Condephaat, o órgão de preservação do governo do Estado. O Conselho ficará responsável pela reforma, demolição ou tombamento de 3 mil antigas casas e sobrados existentes nessas vilas. (...) Há uma preocupação com o “novo” e muito pouco interesse em preservar a memória da cidade, guardada em suas próprias casas antigas e ruas estreitas. Mas, o presidente do Condephaat, Nestor Goulart Reis Filho, garante que até o dia 26 o governo Paulo Egydio enviará à Assembléia um projeto de lei protegendo as vilas da região Leste.⁴³⁴

Em fevereiro de 1979, foi divulgado na mídia o início das obras do metrô na região Brás -Bresser⁴³⁵, juntamente com a descrição de toda a intervenção prevista para o entorno. Em meio ao anúncio, divulgaram em coluna separada a “**Consulta popular para preservação histórica**”⁴³⁶

O texto final do projeto de preservação histórica da região compreendida entre o Brás e a Penha será decidido pela população. Ao adotar a medida, em reunião realizada ontem com o Conselho de Desenvolvimento Urbano e Transportes-Codevim - o prefeito Olavo Setúbal considerou o caráter cultural do projeto, levando em conta que a população, responsável pela história dos bairros, deve participar das providências adotadas para sua preservação.

Como divulgado, em 13 de fevereiro de 1979, o Projeto de Lei (ver ANEXO 23 – projeto de Lei- lista z8-200) foi publicado no Diário Oficial e após a dita “consulta popular”, o projeto não foi aprovado e nem revisado ou reapresentado. Na “consulta popular” não houve uma apresentação do projeto e não se sabe exatamente o que ocorreu nesse evento, tendo em vista que só existia um técnico do DPH para representar o Projeto⁴³⁷.

Em coluna publicada em junho de 1979⁴³⁸, o jornalista apontou para a existência de um movimento **contra** a preservação, “com o objetivo de procurar sustar a tramitação, na Câmara Municipal, de projeto de lei de iniciativa do Executivo, que pretende preservar o patrimônio histórico e paisagístico daquela

434VILAS..., 1978.

435 EM 15 dias o projeto do Leste. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 9 fev. 1979. p.36.

436Na mesma página com outro título.

437Segundo Milano, após essa consulta popular não se falou mais no assunto. Segundo a arquiteta, só Mirthes Baffi esteve presente na tal “consulta popular” (entrevista concedida a autora em 06.05.2011)

438ZONA Leste da cidade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 jun. 1979

parte da cidade”. O grupo havia enviado “circular para 1200 proprietários de imóveis, afirmando que o plano da prefeitura deve ser combatido por 'tratar-se de uma desapropriação indireta”.

Baffi nos esclarece que o Projeto “foi recusado por força das pressões feitas pelos proprietários de edificações industriais incluídas na listagem”⁴³⁹, nesse sentido, também nos esclareceram os técnicos da COGEP, logo em seguida da entrega do trabalho:

“No campo da atuação profissional dentro de organismos públicos vinculados ao planejamento urbano, dois aspectos são fundamentais para sua caracterização. De um lado, a estrutura atomizada dos diversos setores e departamentos, ocasionando atuações independentes e muitas vezes contraditórias. E, por outro, a convergência dos interesses político-ideológicos do aparato do Estado e interesses financeiros de sociedades imobiliárias representadas por setores da classe dominante. Esses fatores são complementares e decisivos não só para a eficácia de implantação de uma política urbana, voltada para respostas e interesses imediatos de lucro por uma parcela mínima da população, como também definem a estrutura interna dos órgãos públicos, onde o poder de deliberação está concentrado nas cúpulas e onde o corpo técnico tem sua ação limitada”⁴⁴⁰.

Ao fazermos um balanço geral, concluímos que, de uma lista inicial de **27** indicados (janeiro), **72** (setenta e duas) **Z8-200** foram propostas depois do inventário concluído (novembro). Dessas 72, somente 7 (sete) foram imediatamente contempladas (em dezembro). E em fevereiro de 1979, o Projeto de Lei publicado continha as outras 65 propostas de Z8-200 (ver ANEXO 23). Ao fim e ao cabo, as Z8-200 criadas na Lei 8.848 de 20 de dezembro de 1978 como frutos desse imenso trabalho, foram as sete:

- Z8-200-101 – Vila Queiroga – imóvel situado à Avenida Rangel Pestana, entre os nº885 e 899;
- Z8-200-102 – Gasômetro – imóvel situado à Rua do Gasômetro, nº100;
- Z8-200-103 – EEPG Romão Puigari – imóvel situado à Avenida Rangel Pestana, nº1482;
- Z8-200-104 – Estação do Brás – imóvel situado junto à Praça Agente

439BAFFI, 2006, P.173

440COSTA; FERREIRA; FELDMAN, 1978, p.42

Cícero;

- Z8-200-105 – Imóvel situado no Largo da Concórdia, nº88
- Z8-200-106 – Hospedaria dos Imigrantes – imóvel situado à Rua Visconde do Parnaíba, nº1316;
- Z8-200-107 – Vila Brasil – conjunto de quadras limitado pelas ruas Monte Serrat, Rua Doutor Mello Freire, Rua Francisco Marengo e Rua Tijuco Preto.

Em virtude dos interesses financeiros e políticos dos empresários, proprietários e do próprio governo que cedeu à pressão, a preservação do patrimônio se configura como um obstáculo ao desenvolvimento, levando à falência do projeto voltado à Zona Leste, no que tange seu objetivo principal, o da preservação daqueles imóveis.

Tendo em vista a enorme área que foi investigada, o que englobou cinco bairros da Zona Leste, pelo que vimos do material produzido e o nível de detalhamento investido neles, podemos dizer que houve intensa dedicação dos técnicos em todas as fases do inventário da ZML. A experiência permitiu conhecer cada lote daquela área, além do aprendizado adquirido de como se inventariar o “patrimônio ambiental urbano”, trabalho que envolvia necessariamente uma abordagem interdisciplinar.

A investigação e a abordagem histórica norteou desde o início o desenvolvimento do trabalho, da pesquisa em campo às justificativas e a apresentação da proposta. A história particular da cidade de São Paulo, sua evolução urbana, econômica e social, assim como a história e a vivência atual de cada área investigada, sua forma ocupação, atividades, sua população, a migração e a imigração, são os temas que surgiram frequentemente nos textos apresentados, demonstrando o conhecimento aprofundado do objeto investigado, o que dá corpo e força ao trabalho do começo ao fim. Os arquitetos, em nenhum momento defendem um estilo de arquitetura ou exaltam os aspectos formais e estéticos de um edifício, tratando de defender essencialmente a preservação de representações impressas na história da cidade e guardadas na memória paulistana.

O caráter de representatividade da histórica local, tomado como principal argumento, critério de abordagem e de seleção, assim como a dedicação ao estudo do conjunto urbano, do reconhecimento de um ambiente a ser preservado como teste-

munho da história, são elementos que nos apontam ao conceito de “patrimônio ambiental urbano” em afirmação nesse período

A partir desse inventário, os trabalhos de identificação e conservação do patrimônio da cidade ficaram a cargo do Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, mas a atribuição de eleição desses imóveis continuou sob responsabilidade e poder do órgão de planejamento, pelo menos até início da década de 90, quando a atuação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) começou a tomar corpo.

Após o inventário da Zona Leste, os trabalhos no DPH passaram a ter uma escala e um volume menor⁴⁴¹, mas seguiram com os conceitos e métodos adquiridos com a experiência desse trabalho. A necessidade da formatação de um modelo de inventário a ser utilizado para a identificação dos bens culturais de uma forma sistemática se tornou novamente foco das discussões e da dedicação dos técnicos da Divisão de Preservação a partir de 1983, quando começam a desenvolver os trabalhos do Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural (IGEPAC), que perdurariam até meados da década de 90.

441Freguesia do Ó, Eixo Histórico de Santo Amaro

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse trabalho, pudemos concluir, primeiramente, que foi no âmbito da experiência municipal de preservação do patrimônio arquitetônico da cidade de São Paulo, que vimos surgir os primeiros passos no sentido da adoção prática de uma concepção mais abrangente de patrimônio. O *patrimônio ambiental urbano*, conceito claramente pautado na valorização da história local e na aceitação da diversidade cultural, foi construído e aplicado na experiência paulistana a partir de uma leitura multidisciplinar da cidade, que buscava ser integradora e inclusiva das diferentes expressões da sociedade.

Essa postura, além de estar atrelada ao processo de criação dos órgãos estaduais de preservação, estava alicerçada também ao contexto sociopolítico do Brasil, momento em que passam a ser almejadas, por diversos grupos sociais, a construção de um país democrático. Partem daí as investidas de caráter interdisciplinar no espaço urbano, quando o foco da atenção se torna cada vez mais a qualidade de vida e os valores coletivos, humanos em contraposição ao “progresso” destruidor. A cidade passa, assim, a ser percebida como uma dimensão necessariamente coletiva, cujas camadas de testemunhos (no mais das vezes desprezadas pelos critérios federais de preservação) devem ser protegidas em nome de todos. E, nesse engajamento, os arquitetos paulistanos tiveram uma ação fundamental.

Quando analisamos os principais pontos discutidos no IX Congresso Brasileiro de Arquitetos⁴⁴², realizado em outubro de 1976 (após 7 anos de silêncio), fica evidente a afirmação de um compromisso dos arquitetos para com a coletividade e para a preservação de “testemunhos da nossa história”. Preocupados em associar os “valores urbanos” aos “valores humanos”, defendiam a manutenção de edifícios de diferentes estilos e períodos ao rechaçarem, por exemplo, as demolições e desapropriações previstas para Recife, dos males do “progresso” pautados na especulação imobiliária:

442 Contou com 6 mil participantes, sendo 1200 arquitetos representando 21 Estados. INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (IAB). *Anais IX Congresso Brasileiro de Arquitetos*. São Paulo: IAB-SP, out. 1976.p.34

“reconhecendo que a dilapidação de nosso patrimônio histórico e ambiental, como aquela prestes a ocorrer na área do porto do Recife ou Forte de Copacabana, representa um atentado contra valores culturais da humanidade, reafirma-se nossa firme posição de luta em defesa do patrimônio nacional, consolidando, mediante amplos conceitos e critérios de seleção, o uso dos bens preservados.”⁴⁴³

(...) A perda de um bem cultural não pode ser contabilizada em moeda corrente e o progresso não pode servir de pretexto para a destruição de testemunhos da nossa história.⁴⁴⁴

(...) As cidades brasileiras e em particular as de maior porte, assistem à apropriação de prédios significativos de diferentes etapas de sua história, assim como o empobrecimento de valores diretamente ligados ao convívio do homem.⁴⁴⁵

Exemplos contemporâneos afinados a tais discursos foram as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Planejamento e Economia do Estado de São Paulo⁴⁴⁶ na criação e implantação do Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano, que, em 1976, promoveu um concurso de fotografia em diversas cidades, o "A cidade também é sua casa"⁴⁴⁷, assim como ciclos de debates, projeção de documentários, etc. Segundo Eduardo Yázig, a intenção era de envolver a população no reconhecimento do patrimônio⁴⁴⁸, no sentido de identificar, por meio da participação popular, os principais “valores simbólicos”, assim como de conscientizar a comunidade quanto a esses valores.

É de Yázig que temos uma das primeiras definições de patrimônio ambiental urbano, nesses termos, publicada em 1976. Na ocasião de elaboração de um *Manual do professor*, dirigido à implantação de atividades de educação patrimonial nas escolas do Estado, Yázig definiu o conceito:

443Pedro Taddei Neto. Idem, p.31

444INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (IAB). *Anais IX Congresso Brasileiro de Arquitetos*. São Paulo: IAB-SP, out. 1976, p.34.

445Idem, p.39.

446Na gestão do secretário Jorge Wilhelm, sob coordenação da geógrafa e prof da FAUUSP Maria Adélia A. de Souza e participação de Eduardo Yázig. Sobre este Programa, Cf. RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo - 1969-1987*. Tese de Doutorado (História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 1994.

447YÁZIGI, Eduardo. *Manual de orientação do concurso de fotografia "A cidade também é sua casa"*. São Paulo: SEP/SP, 1976.

448Entrevista a autora, em 24.10.2011.

“por moderno consenso acadêmico internacional e brasileiro, a ideia de um bem cultural vem perdendo seu caráter de excepcionalidade para representatividade. O patrimônio ambiental urbano, sem excluir marcos excepcionais mas transcendendo qualquer obra isolada, consiste então de espaços da cidade com destaque representativo de aspectos históricos, culturais, formais, sociais, técnicos e afetivos. Sua filosofia de salvaguarda, não reconhecendo a eficiência do tombamento para amplas superfícies em transformação, baseia-se na consecução de instrumentos de outras naturezas como a auto-preservação-estimulada por parte dos próprios usuários, o controle da urbanização e da renovação, o uso de leis mais amplas no planejamento urbano, a participação da sociedade civil nas decisões de projetos de desenvolvimento urbano etc.”⁴⁴⁹

E, em 1977, publica na revista *CJ Arquitetura* o artigo *A Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano Paulista*, onde, esclarecendo a intenção do Programa exposto acima, na sua definição de patrimônio ambiental urbano. Itemiza o que ele chama de “critérios fundamentais” à percepção desse patrimônio⁴⁵⁰, apropriado: socialmente, culturalmente, historicamente, esteticamente, tecnicamente, afetivamente e formalmente, e resume como “espaços da cidade com destaque representativo de aspectos históricos, culturais, formais, sociais, técnicos e afetivos”⁴⁵¹.

A outra definição para patrimônio ambiental urbano proferida na mesma época, a mais citada entre os preservacionistas, é a conceituação de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses⁴⁵², que compreendemos ser a interpretação e ampliação do conceito base de Varine-Bohan (que abordamos no Capítulo 1). Da definição de Meneses, temos a de que o *patrimônio ambiental urbano* é o “conjunto de bens, coisas físicas produzidas pelos homens -artefatos-, ou a natureza transformada em objeto da ação cultural”⁴⁵³, tal e qual Varine-Bohan defendeu quatro anos antes. Meneses desenvolveu a partir disso o seu argumento com base nos bens socialmente apropriados e incorporados na vida urbana.

449YÁZIGI, Eduardo. *Patrimônio ambiental urbano* – primeiras noções (manual do professor). São Paulo: Coord. Ação Regional/Sec. de Economia e Planejamento/Gov. Estado de São Paulo, 1977, p.12.

450YÁZIGI, Eduardo. A preservação do patrimônio ambiental urbano paulista. *CJ Arquitetura*, São Paulo, n.17, p.29-34, 1977.

451YÁZIGI, 1977a, p.12.

452Na época, professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH USP, membro do Conselho do Condephaat desde 1971.

453MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Patrimônio Ambiental Urbano: Do lugar comum ao lugar de todos. *CJ. ARQUITETURA*, Rio de Janeiro: FC Editora, Ano 5, n. 19, p.45 e 46, 1978.

“Para entender o que é o patrimônio ambiental urbano de determinada sociedade, é imprescindível examinar o modo como ele é produzido. (...) É um sistema de objetos, socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações de um ambiente urbano (...) toda definição de patrimônio ambiental urbano é sempre histórica e sociológica. Trata-se de um processo de ação contínua, não se trata apenas da inscrição definitiva de bens numa lista cumulativa. O que determina a seleção destes ou daqueles objetos e sua articulação solidária é a carga de significação que eles apresentam”⁴⁵⁴.

Verifica-se, que nessa época, resumidamente⁴⁵⁵, tanto para Yázigi quanto para Meneses, que para se reconhecer o *patrimônio ambiental urbano* devia-se ter como referência um conjunto de valores a serem identificados, a saber: pragmáticos, cognitivos, estéticos (ou formais) e afetivos, pautados nas relações da sociedade com o bem e os modos de sua apropriação e atribuição de significados no presente.

Assim, o conceito de *patrimônio ambiental urbano* rompeu com as fronteiras do excepcional, do artístico, do nacional, do estilístico e derrubou os limites temporais a que se costumava condicionar essas escolhas, trazendo o patrimônio para o presente e para o âmbito da história local. Invocaram-se as representações da memória social, entendidas como parte de um processo de acumulação sucessiva de construção cultural⁴⁵⁶. Como explica Eunice Durham, trata-se da passagem da “deselitização” para o senso comum, a produção da coletividade, tratando-se de tudo aquilo que pertence ao mundo “artificial” produzido pelo homem.

É, portanto, conceito aplicado “a todas as produções humanas e a todos os comportamentos sociais”, momento em que a *cultura* passa a ser entendida como o “movimento de criação, transmissão e reformulação desse ambiente artificial” e que o homem, sob a organização de uma conduta coletiva, construiu por meio de “sistemas simbólicos”, produzindo “uma forma específica de adaptação e utilização do ambiente que envolve tanto a produção de conhecimentos como a de técnicas, isto é, comportamentos padronizados, que são aprendidos e transformados por cada geração”. Vem deste conceito, o reconhecimento da *produção simbólica*, material ou imaterial, de produtos, teorias ou sistemas, que com o tempo adquirem *significação*

454Idem.

455Para aprofundar na definição posteriormente desenvolvida pelos dois autores, Cf. YÁZIGI, 2006, p.228 e MENESES, 1997, p.114.

456DURHAN, Eunice R.. *Cultura, patrimônio e preservação* – texto II. In: ARANTES, Antônio A. (org.). *Produzindo o Passado: Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.23-34.

cultural, em que não somente os produtos possuem essa carga simbólica de significados, mas o modo de produzi-los e usufruí-los, dos *costumes*, vistos como fruto de “uma ação padronizada e organizada pelas regras, codificada simbolicamente e, como os bens culturais, carregada de significação”⁴⁵⁷

Esse conceito, maturado teoricamente por paulistas já em fins da década de 1970 e princípios da década de 1980 é o que vemos, ora explícitos, ora implícitos, e, podemos dizer, *avant la lettre*, nos trabalhos que tratamos nesta dissertação. Tal concepção esteve associada à ampliação de processos interpretativos e análises multidisciplinares, que culminaram em propostas integradoras, cada vez menos deterministas⁴⁵⁸, como que verificamos por exemplo, nos trabalhos de inventário realizados na Zona Leste em 1977.

Assim, em relação ao conceito de *patrimônio ambiental urbano* empregado entre os intelectuais paulistas, identificamos em nossa pesquisa dois momentos chave, o primeiro como a fase de *conhecimento*, o segundo, como a de formação das *definições*. Na primeira fase, percebemos no universo da FAUUSP, o palco de formação de novas teorias e abordagens sobre a história da arquitetura e da urbanização de São Paulo. Nela se consolidou, na década de 1970, a produção de uma historiografia de raiz empírica e sociológica, construída com base numa revisão crítica da “tradição do patrimônio”, impactada com a contribuição de jovens intelectuais da área das ciências sociais, que abriram ainda mais o leque das possibilidades de interpretação dos fenômenos da história da cidade.

A segunda fase que identificamos, é a da formação dos arquitetos no sentido específico da preservação do patrimônio, ainda dentro do universo FAUUSP-IPHAN, e, que a nosso entender, teve pilares calcados no conhecimento da experiência estrangeira relativa aos conceitos e métodos, no reconhecimento da preservação do patrimônio como atividade profissional do arquiteto, na vivência dos técnicos no enfrentamento do desafio de se identificar, selecionar e preservar o patrimônio relativo à cidade. Para fechar esse período, o curso promovido pela FAUUSP em 1978, organizado por Carlos Lemos⁴⁵⁹ - o Curso de Preservação do Patrimônio Ambiental Ur-

457Idem, p.27.

458GERALDES, 2006.

459“Em 1978, eu, como professor da FAU, organizei um curso de ‘Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano’, de 240 horas de duração, no qual ministraram aulas profissionais ilustres com os quais também aprendi bastante. Foram fundamentais as aulas de Adriano La Regina, da superintendência dos monumentos de Roma; de James Marston Fitch, arquiteto americano da maior competência nesse mister de adequar velhas construções às novas funções contemporâneas; do já mencionado Ulpiano Bezerra de Meneses, o erudito professor que me abriu os olhos para as coisas da cultura material.” LEMOS, Carlos. *Viagem pela carne*. São Paulo: EDUSP, 2005. p.234.

bano – para nós marca o fim de um período, momento em que o conceito de *patrimônio ambiental urbano* se consagra e os trabalhos de inventário terminam.

Nessa segunda fase, é que foram realizados os primeiros trabalhos de identificação do patrimônio arquitetônico paulistano, inseridos no contexto de estudos para o planejamento urbano da cidade, período em que se afirmou o *zoneamento* como o principal instrumento de preservação do patrimônio em São Paulo.

Os trabalhos de inventário do patrimônio da cidade se constituíram em uma prática a partir do período estudado, tornando-se mais um instrumento diagnóstico a ser considerado na elaboração de projetos de intervenção urbana. No desejo de aperfeiçoar cada vez mais esse instrumento, os técnicos do Departamento de Patrimônio Histórico do município (DPH) seguiram na tentativa de estabelecer uma metodologia de inventário de caráter multidisciplinar. O Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural - IGEPAC desenvolvido a partir da década de 1980 é prova disso.

A partir das experiências de inventário da década de 1970, a preservação e a recuperação dos espaços de memória passa necessariamente a ser tema das rodas dos políticos, dos empresários e dos profissionais arquitetos e engenheiros que encontrariam neste campo de trabalho – e de confronto - um universo no mínimo desafiador. E, para a população paulistana, foi o começo de um longo processo de reconhecimento e proteção de seus legados culturais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Antônio L. D. et al. **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: 9a SR/IPHAN, 2006.
- ANELLI, Renato Luiz Sobral. **Redes de Mobilidade e Urbanismo em São Paulo**: das radiais/perimetrais do Plano de Avenidas à malha direcional PUB. *Arquitextos*, São Paulo, 07.082, Vitruvius, mar 2007 Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/259
- _____. Urbanização em rede: **Os Corredores de Atividades Múltiplas do PUB e os projetos de reurbanização da EMURB (1972-82)**. *Arquitextos*, São Paulo, 08.088, Vitruvius, set 2007 disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.088/204>.
- ARANTES, Antonio Augusto (org.). **Produzindo o Passado**: estratégias de Construção do Patrimônio Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. Documentos históricos, documentos de cultura. **REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL** nº22. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987, p. 48-55.
- AZEVEDO, P. O.; LIMA, V. L. R. C.. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1975. v. I.
- _____; AZEVEDO, E.. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1978 (v. II - monumentos e sítios do recôncavo, I parte)
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. In: **REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL** nº22. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987
- _____. **Inventário como Instrumento e Proteção**: A experiência Pioneira do IPAC - Bahia. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de Resende (orgs.). *Inventários de Identificação*. Rio de Janeiro: IPHAN/ MINC, 1998.
- BAFFI, Mirthes I. S. O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. In: 30 anos de DPH -Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo – 1975-2005. **REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL** v.206. São Paulo, 2006.
- BENCLOWICZ, Carla Milano. **Prelúdio Modernista**: construindo a habitação operária em São Paulo. Dissertação de Mestrado(Arquitetura). São Paulo: FAUUSP, 1989.
- BLAY, Eva A. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo.

São Paulo: Nobel, 1985.

BRUNA, G. C; RIGHI, R.. **A crise do centro histórico e a demolição do Santa Helena**. In: CAMPOS, C.M.; SIMÕES JUNIOR, J.G. (orgs). *Palacete Santa Helena : um pioneiro da modernidade em São Paulo*. São Paulo: SENAC/Imprensa Oficial, 2006. p.203-226

BRUNA, P. J. V. ; CESAR, R. C. ; FRANCO, L. R. C. ; **Área da Luz: Renovação Urbana em São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

CJ. ARQUITETURA – Revista de arquitetura, planejamento e construção. 40 anos do patrimônio *histórico*. FC Editora, Ano IV, 1977, n. 17

CJ. ARQUITETURA – Revista de arquitetura, planejamento e construção. Patrimônio cultural de São Paulo. FC Editora , Ano V, n. 19, 1978.

CARPINTÉRO, M. V.T.; CERASOLI, J. F. **A cidade como história**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009. Editora UFPR

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Inventários urbanos como instrumentos de conservação**. In: LIMA, Evelyn Furquim W.; MALEQUE, Miria Roseira (Org.). *Espaço e Cidade: conceitos e leituras*. 2 ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

_____. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CERVELLATI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto. **Bolonia** - política y metodología de la restauracion de centros históricos. Editorial Gustavo Gili S.A., Barcelona, 1976.

CHAGAS, Mário. **Respostas de Hugues de Varine às perguntas de Mário Chagas**. Cadernos de Museologia, V. 5, N. 5. Universidade Lusófona, 1996. Disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/248>

CHUVA, Márcia. **A História como Instrumento na Identificação dos Bens Culturais**. In: *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Iphan/ Minc, 1998.

COELHO JUNIOR, Marcio Novaes. **Processos de intervenção urbana: bairro da Luz, São Paulo**. 2010. Tese (Doutorado em Projeto, Espaço e Cultura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010

COGEP busca agora planejamento realista. **A CONSTRUÇÃO SÃO PAULO**, n.1528, 23.05.1977, p.10-14

CONSULTA popular para preservação histórica. **O ESTADO DE SÃO PAULO**, São Paulo, 9 fev. 1979. p.36.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Patrimônios Bio-culturais: Um debate sobre novas estratégias preservacionistas**. IV Reunião de Antropologia do Mercosul. Et-

nografia e Antropologia. Curitiba, 11 a 14 de novembro de 2001. Forum de Pesquisa "Patrimônio, Memória e Relações Interculturais".

COSTA, Bartira Velludo Varella. **Brás**: da estrada de ferro à linha do metrô (TGI). São Paulo: FAUUSP, 1978.

COSTA, José Horácio de A. N.; FERREIRA, Nadia S. M.; FELDMAN, Sarah. Transformações Urbanas: Preservação e Destruição. **CJ ARQUITETURA**, n.19 de 1978, p.42 a 44.

COSTA, Juliana Braga. **Ver não é só ver**: dois estudos a partir de Flávio Motta. 2010. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010

COUNCIL OF EUROPE. **Criteria and Methods of cataloguing ancient buildings and historical or artistic sites** – Resolution (66) 19. Barcelona e Palma: maio de 1965. Disponível em: wcd.coe.int/wcd/ViewDoc.jsp?id=638613

_____. **Protective Inventory of the European Cultural Heritage** (I.E.C.H.) based on the Palma recommendation: criteria and methods for the use of the index card I.E.C.H. : preservation and rehabilitation of groups and areas of buildings of historical or artistic interest (text presented by Gabriel Alomar, François Sorlin, Pietro Gazzola). Strasbourg, France: Council for Cultural Co-operation, 1968.

_____. **Preservation and Rehabilitation of The Cultural Heritage of Monuments and Sites**. European Perspectives, 1970

_____. **Architectural heritage**: inventory and documentation methods in Europe - proceedings. Nantes colloquy (28-31 October 1992). Strasbourg: Council of Europe, 1993. (Cultural heritage n.28)

_____. **Guidance on inventory and documentation**. Strasbourg: Council of Europe, 2009.

DA TAIPA de mão ao concreto do metrô. **CONSTRUÇÃO SÃO PAULO**. São Paulo, n.1412, p.6-11, mar, 1975.

DAIFUKU, Hiroshi. **Monument Conservation Programmes**. In: Preserving and Restoring Monuments and Historic Buildings, Série Museums and Monuments XIV. Paris: UNESCO, 1972, p. 31-48.

DEBENEDETTI, E.; SALMONI, A.. **Arquitetura italiana em São Paulo**. Trad. Paulo J. V. Bruna. (Coleção Debates) . São Paulo: Perspectiva, 1981.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO - DPH/ SMC/ PMSP. 30 anos de DPH - Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo – 1975-2005. **REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL**. São Paulo, 2006. Número especial.

_____. **O direito à memória** - patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

- _____.; DIÉGOLI, Leila R. (coord.). **Inventário geral do patrimônio ambiental e cultural: metodologia**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico (DPH/SMC/PMSP), 1986. (Cadernos do IGEPAC-SP:1)
- _____. **Inventário geral do patrimônio ambiental e cultural**: Liberdade. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico (DPH/SMC/PMSP), 1987. (Cadernos do IGEPAC-SP:2)
- DURHAN, Eunice R.. **Cultura, patrimônio e preservação** – texto II. In: ARANTES, Antônio A. (org.). *Produzindo o Passado: Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Brasiliense, p.23-34, 1984.
- EM 15 dias o projeto do Leste. **O ESTADO DE SÃO PAULO**, São Paulo, 9 fev. 1979. p.36.
- ENTREVISTA com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses - Concedida a Luciana Quillet Heymann e Aline Lopes de Lacerda em 31 de março de 2011. **Estação História**, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 48, p. 405-431, julho-dezembro de 2011. disponível em <http://www.scielo.br/pdf/eh/v24n48/09.pdf>
- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL) - FAUUSP/IPHAN. **Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos** (programa). São Paulo, 1974.
- FELDMAN, Sarah. **Planejamento e Zoneamento**: São Paulo, 1947-1972. 1a ed. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2005.
- FENERICH, Antônia R. L. **Preservação em São Paulo**: análise de procedimentos metodológicos. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FAUUSP, 2000.
- FICHER, Sylvia. **Os arquitetos da Poli**: Ensino e profissão em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2005
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **A noção de referência cultural nos trabalhos de Inventário**. In: Inventário de Identificação um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1998.
- _____. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- FRÓES, Marilda. Contribuições para a construção de processo sustentáveis de preservação do patrimônio. **Patrimônio: Lazer & Turismo** - UNISANTOS, maio de 2006.
- FRUGOLI JUNIOR, Heitor. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez; EDUSP, 2000.
- GAZZOLA, Piero. **L'inventario di protezione del patrimonio culturale**. Settore dei Beni immobili. IPCE. Scopo e norme di esecuzione. Verona, 1968

- GERALDES, Eduardo A. S. **Condições para a constituição de um patrimônio ambiental urbano**: proposta de focos qualitativos no centro de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 2006.
- GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. **Inventário Nacional dos Bens Imóveis Tombados** – instrumento para uma proteção eficaz. REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: nº22, 1987, p. 86-89.
- HECK, Eneida R. B.. **A EMURB como instrumento de planejamento urbano em São Paulo**: 1971-2001. Dissertação de Mestrado (FAU), USP, São Paulo, 2004.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil) - IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Brasília, IPHAN, 1995. (Caderno de Documentos nº3)
- INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (IAB). **Anais IX Congresso Brasileiro de Arquitetos**. São Paulo: IAB-SP, out. 1976.
- JACOPONI, Cláudio. O prefeito que mudou São Paulo. **Revista Problemas Brasileiros** n.321 mai/jun 1997. São Paulo: SESC-SP, 1997
- KARA-JOSÉ, Beatriz. **Políticas Culturais e Negócios Urbanos**: A Instrumentalização da Cultura na Revitalização do Centro de São Paulo. 1975-2000. São Paulo: Annablume, 2007
- KATINSKY, Júlio Roberto. **Sete proposições sobre história da arquitetura**. In: Revista Pós – Número Especial: Anais do Seminário Nacional O Estudo da História na Formação do Arquiteto. Vol. I. São Paulo: FAU-USP/FAPESP, 1994, p.119-123.
- _____. O mestre - aprendiz Mário e as Artes Plásticas. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** – Mário de Andrade. No. 30. São Paulo, 2002, p. 49 - 71.
- KÜHL, Beatriz M. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006.
- _____. **Notas sobre a Carta de Veneza**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. v.18. n.2, jul.- dez. 2010, p.287-320.
- LEAL, Cláudia F. B. (org.) **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Trad. Rejane Maria Lobo Vieira. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.
- LEMONS, Carlos A. C.; LEFÈVRE, Renée. **São Paulo, sua arquitetura**: colônia e império. Companhia Editora Nacional/ EDUSP, São Paulo, 1974.
- LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. **Capelas alpendradas de São Paulo**. Setor de Publicações do Serviço de Documentação da FAU. Publicação n.1, novembro de 1959

- _____. **Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo**. Centro de Estudos Brasileiros do GFAU/Departamento de História. FAU-USP. São Paulo, 1969.
- _____. **Cozinhas, etc.:** um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. (Tese de doutorado). FAU-USP, São Paulo, 1972.
- _____. Preservação da Fisionomia Paulistana. **MÓDULO** nº42, março de 1976. p. 30-33.
- _____. Breve relato sobre as construções paulistas (colônia e império). **CJ ARQUITETURA** n.19, 1978, p. 6-12
- _____. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981
- _____. **Alvenaria Burguesa:** breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. 2ed. rev., ampl. - São Paulo: Nobel, 1989.
- _____. **Viagem pela carne**. São Paulo: EDUSP, 2005.
- _____. **Originalidade, autenticidade, identidade, valor documental**. 2006. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq082/arq082_01.asp
- LENZI, Maria Isabel Ribeiro. **A missão do intelectual-colecionador Gilberto Ferraz**. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio Memória e Patrimônio. UNIRIO, Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010
- LERNER, Dina. **Experiências de Inventário no Estado do Rio de Janeiro**. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de R.(orgs.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p. 79-89.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. **Os sentidos da preservação:** história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1983). 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.
- LYNCH, Kevin. **¿De qué tiempo es este lugar?** - para una nueva definición del ambiente. Editorial Gustavo Gili S. A., Barcelona, 1975
- MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. **Da materialização à legitimação do passado:** a monumentalidade como metáfora do Estado, 1920-1945. Rio de Janeiro: Lucerna; Faperj, 2002.
- MARX, Murilo de Azevedo. Proteção global para a memória paulistana. **C. J. ARQUITETURA**, Rio de Janeiro: FC, Ano 5, n. 19, 1978.
- MATOS, M.C. ; RAMOS, T.B. **Campos opostos:** trabalhos e viagens de Viana de Lima no Brasil. 2 Seminário DOCOMOMO N-NE. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 04 a 07 de junho de 2008.

- MEC/ SPHAN/ PRÓ-MEMÓRIA. **Restauração e revitalização de núcleos históricos: análise face à experiência francesa** (Seminários 1- Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n. 30). Brasília: SPHAN, 1980.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Patrimônio Ambiental Urbano: do lugar comum ao lugar de todos. **C.J. ARQUITETURA**, Rio de Janeiro: FC Editora, Ano 5, n. 19, p.45 e 46, 1978.
- _____. **Cidade, práticas museológicas e qualificação cultural**. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO SOBRE A CULTURA ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA, 2., 1992, Porto Alegre. *Anais do 2º Congresso Latino-Americano sobre a Cultura Arquitetônica e Urbanística: patrimônio ambiental urbano e qualidade de vida*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1997, p.109 – 117
- _____. **Os “Usos Culturais” da Cultura**: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A cidade como bem cultural**: áreas envolvidas e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: ANDRADE, Antônio L. D. et al. *Patrimônio*: atualizando o debate. São Paulo: 9a SR/IPHAN, 2006.
- MESA-REDONDA de Santiago do Chile - ICOM, 1972 Tradução Marcelo M. Araújo e M.^a Cristina Bruno. disponível em <http://www.museumonteredondo.net/index.php/textos-referencia/8-santiago?tmpl=component&print=1&p>
- MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 44-47,
- MINISTÉRIO DA CULTURA; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL) - MC/ IPHAN. **Bens Imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 4ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL) – MEC/ IPHAN. **Anais do II Encontro de Governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil**, realizado em Salvador, Bahia, de 25 a 29 de outubro de 1971. Rio de Janeiro: IPHAN, 1973.
- _____; SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL) - MEC/SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA. **Restauração e revitalização de núcleos históricos: análise face à experiência francesa** (Seminários 1- Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n. 30). Brasília: SPHAN, 1980.
- MARINS, Paulo César Garcez. **Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista**. In: SETUBAL, Maria Alice. (Org.). Terra paulista: trajetórias contemporâneas. São Paulo: Imesp; Cenpec, 2008, v. , p. 237-267

MORENO, Júlio. Uma rua colorida, com flores, sem carros. Uma rua de lazer. **JORNAL DA TARDE** de 26 de fevereiro de 1973. p.

_____. Esta fuga já dura três séculos. (série Fuga da Cidade n.2). (com colaboração de Benedito Lima de Toledo). 18 de julho de 1973. **JORNAL DA TARDE** p.10

_____. Uma cidade calma e humana, no lugar em que hoje está São Paulo (série Fuga da Cidade n.4) (com colaboração de Benedito Lima de Toledo) 20 de julho de 1973. **JORNAL DA TARDE** p.18

_____. Primeiro catálogo do tesouro que São Paulo esconde em suas ruas, em **JORNAL DA TARDE/O Estado de São Paulo**, 19 de maio de 1975, p.06-07.

MORI, Vitor Hugo. **70 anos do patrimônio em São Paulo**. In: LEMOS, Carlos A. C. et al. IPHAN, patrimônio: 70 anos em São Paulo. São Paulo: 9.SR IPHAN, 2008.

MOSQUEIRA, Tatiana M. **Reabilitação da região da Luz** – Centro histórico de São Paulo: projetos urbanos e estratégias de intervenção. (dissertação de mestrado) FAU-USP, São Paulo, 2007.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de R. (orgs.). **Inventários de Identificação**. Rio de Janeiro: IPHAN/ MINC, 1998.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto R. **Por um inventário dos sentidos**: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário (Prêmio Silvio Romero 2004). São Paulo: Hucitec\Fapesp, 2005.

_____. Inventário e Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista História**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.

OLENDER, Marcos. **Uma “medicina doce do patrimônio”**: o inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural – limites e problematizações. Arqtextos, São Paulo, 11.124, Vitruvius, set 2010. Disponível em www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/11.124/3546>.

OS PLANOS para a preservação da memória de São Paulo. **O ESTADO DE SÃO PAULO**, São Paulo, 19 mai. 1978. 618- Suplemento de Turismo. p.3

PATRIMÔNIO da Zona Leste. **O ESTADO DE SÃO PAULO**, São Paulo, 17 dez. 1979. p.14.

PELEGRINI, Sandra C. A.. **Cultura e natureza**: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. Rev. Bras. Hist. [online]. 2006, vol.26, n.51, pp. 115-140. ISSN 0102-0188

PESSOA, José (coord.). **Lúcio Costa**: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PLANO para recuperar um pouco dos anos 20. **Revista Construção São Paulo**, n.1426, 9 de junho de 1975, p.11-15

PRONSATO, Sylvia Adriana Dobry. **Para quem e com quem**: ensino de Arquitetura e Urbanismo. Tese (Doutorado) ,Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio cultural e cidade**: práticas de preservação em São Paulo. Tese (Doutorado, FAUSP, São Paulo, 2009.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Urbanização e Teoria**: contribuição ao estudo das perspectivas atuais para o conhecimento dos fenômenos de urbanização (tese da Cátedra). São Paulo: FAU-USP, 1967

_____. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira – EDUSP, 1968, p. 20.

_____. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo, Perspectiva, 1970.

_____; TANAKA, M.; HUCK, M; COSTA, B. **Análise Urbana**: Área CURA Brás - Bresser. São Paulo: EMURB, 1979

_____; TANAKA, M.; HUCK, M; COSTA, B. **Vilas e Conjuntos Habitacionais**: Área CURA Brás – Bresser. São Paulo: EMURB, 1979

_____; TANAKA, M.; HUCK, M; COSTA, B. **Galpões Industriais Significativos**: Área CURA Brás – Bresser. São Paulo: EMURB, 1979

_____; TANAKA, M. M. Soban. ; GROSTEIN, M.D. ; COSTA, B.V.V.. Vilas Habitacionais Bras/Mooca. **Revista Projeto** Arquitetura Planejamento Desenho Industrial Construção, São Paulo, p. 11 - 15, 01 mar. 1980

_____. (coord). **Guia dos Bens Tombados**: São Paulo. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

_____. **Aspectos da história da engenharia civil em São Paulo**: 1860-1960. São Paulo: CBPO/Livraria Kosmos Editora, 1989.

_____. Algumas raízes: origens dos trabalhos regulares de pesquisa sobre História da Arquitetura, da Urbanização e Urbanismo no Brasil. **Revista Pós**, São Paulo, Número Especial(Anais do Seminário Nacional O Estudo da História na Formação do Arquiteto. Vol. I), p.40-45, 1994.

_____. **100 Anos de Ensino de Arquitetura e Urbanismo em São Paulo**. 1. ed. São Paulo: FAU-USP/FUPAM, 1996.1. 96 p

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL nº20. Rio de Janeiro: SPHAN, 1984.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL nº22. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987.

ROCHA, Alexandre Luiz. Inventário dos Bens Culturais Paulistanos. In: **REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL**, São Paulo, 1980.

ROCHA FILHO, Gustavo Neves. **Centro Cultural**: restauro e revitalização da casa-sede do Sítio da Ressaca: diretrizes de preservação visual do monumento. São Paulo: EMURB, 1977. p.7

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado** – a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. São Paulo: Ed. Unesp; Imesp; Condephaat; Fapesp, 2000 [1994]

RUBINO, Silvana. **As fachadas da História**: as origens, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1936-1967. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992

SAIA, Luís. **O alpendre nas capelas brasileiras**. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n.3, 1939 p. 235-249

_____. **Morada Paulista**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1978. 2a edição

SAIA, L.; REIS FILHO, N.G. **Orientação Geral para o Curso de Restauro e Conservação de Obras e Locais Históricos**. FAU-USP, São Paulo, 1972

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. **Metropolização**: estudo da habitação popular paulistana (tese de doutorado). FAU-USP, São Paulo, 1972

SÃO PAULO (município)/COGEP; EMURB . **O que o Tietê reservou para a cidade** – Projeto Leste. São Paulo, outubro de 1974.

SÃO PAULO (município)/COGEP; DPH . **Patrimônio Ambiental Urbano Zona Metrô -Leste**. São Paulo, 1978.

SÃO PAULO (município)/COGEP; INSTITUTO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **PR-085 Seminário Revitalização de áreas centrais**. São Paulo: COGEP, 27 a 29 janeiro de 1975.

SÃO PAULO (município)/COGEP. **PR-073. Grota da Bela Vista**: Projeto de Reabilitação Urbana Grota da Bela Vista, 1974.

_____. **Reuniões IAB/COGEP**. São Paulo, São Paulo, 27 de maio e 24 de junho de 1974.

_____. **PR-025/2 Projeto Centro:** Edifícios de valor Histórico e Paisagístico. São Paulo, 1975.

_____. **RP.003/76 Plano Integrado da Área Central** - Seminário Permanente de debates: conclusões. São Paulo, julho de 1976.

_____. **RD/001/76 Plano Integrado da Área Central:** Relatório Informativo dos Elementos de Conhecimento, 1976.

_____. **Política de controle de uso e ocupação do solo:** consolidação das leis de zoneamento – Política de Preservação de bens culturais paisagísticos. Série Políticas Setoriais. São Paulo, 1979.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Negócios Metropolitanos; Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A; Secretaria Municipal de Planejamento - SNM/EMPLASA/SEMPILA.. **Bens Culturais Arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo.** São Paulo, 1984.

SCIFONI, Simone. **A Construção do Patrimônio Natural.** Tese de Doutorado (Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS - SNA. **Arquitetura popular em Portugal.** Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961.

SODRÉ, João Clark de Abreu. **Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil (1938-1962).** Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOMEKH, Nadia. **Trinta anos de urbanismo em São Paulo.** Teoria e ação. *Arquitextos*, São Paulo, 12.143, Vitruvius, apr 2012 disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.143/4324>>.

SOPRINTENDENZA ai Monumenti delle Marche/ Direzione Generale delle Antichità e Belle Arti / Ministero della Pubblica Istruzione. **Restauri Nelle Marche - Ricerche-** studi e interventi per la conservazione e la valorizzazione dell'ambiente storico. Urbino, Palazzo Ducale, 1973.

SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto:** campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950/ Pesquisa e texto de Juliana Sorgine; [colaboração de Lia Motta e Bettina Grieco]. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

SYKES, Meredith H. **Manuel des systèmes d'inventaire du patrimoine culturel immobilier.** UNESCO/ONU. Paris, 1986

- TAMASO, Izabela. **A expansão do patrimônio**: novos olhares sobre velhos objetos, novos desafios... In: REVISTA SOCIEDADE E CULTURA. Goiânia: UFG, v.8, n.2, jul./dez. 2005, p. 13-36.
- TELLES, Augusto Carlos da Silva. Formação de arquitetos para a preservação dos bens culturais. **CJ Arquitetura**, São Paulo, n.17, 1977, p. 23.
- _____. **Viana de Lima e o Brasil** In: SECCA, Amândio e ALMEIDA, Pedro Vieira de (Org.) *Viana de Lima. Arquitecto 1913-1991*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Árvore - Centro de Actividades Artísticas, CRL, 1996.
- TOLEDO, B. L.; DANON, D. **São Paulo**: Belle Époque. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1974.
- _____. **São Paulo**: Belle Époque. 2 ed. São Paulo: Nacional, 2010.
- TOLEDO, Benedito L.; TOZZI, Cláudio; TOZZI, Décio. **Vila Itororó**: projeto de recuperação urbana. São Paulo: Cogep, 1975.
- TOLEDO, Benedito L. de. O caminho do mar. *Revista do IEB*, São Paulo, n.1, 1966.
- _____. Os pousos da Serra do mar. *Acrópole*, São Paulo, n.345, p.15-23, 1967.
- _____. **Estudo de Alternativas de Traçado Tramo oeste** – Identificação dos Bens Culturais Envolvidos- Volume I Diagnóstico. Cia. Do Metropolitano de São Paulo – Metrô Linha Leste-Oeste – Hidroservice – Engenharia de projetos Ltda., s. d. (1977)
- _____. Em um século, três cidades. **CJ. ARQUITETURA**, Rio de Janeiro, n. 19, 1978
- _____. O ecomuseu. **CJ.Arquitetura**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 106-112, 1978
- _____. **São Paulo**: três cidades em um século. 1a.. ed. São Paulo: Duas cidades, 1981.
- _____. Bem cultural e identidade cultural. **REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**, Rio de Janeiro, v. 20, p.29-32, 1984.
- VARINE-BOHAN, Hughes de. **Patrimônio Cultural**: a experiência internacional. Notas de aula, 12.08.1974. São Paulo: FAU-USP/lphan, 1975.
- VARINE, Hughes de. **O Tempo Social**. Trad. Fernanda de Camargo-Moro e Lourdes Rego Novaes. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1987
- _____. **Le patrimoine industriel et les travailleurs**. 1979. Disponível em <http://hdl.handle.net/2042/30613> acesso em 01-06-2012
- _____. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VILAS do início do século serão protegidas no Brás. **O ESTADO DE SÃO PAULO**, São Paulo, 20 out. 1978, p.42.

YÁZIGI, Eduardo. **Patrimônio Ambiental Urbano** – primeiras noções (manual do professor). São Paulo, Coord. Ação Regional/Sec. de Economia e Planejamento/Gov. Estado de São Paulo, 1977.

_____. A Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano Paulista. **CJ Arquitetura** n.17, p.29-34, 1977.

_____. **A conceituação de patrimônio ambiental urbano em países emergentes**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE REHABILITACIÓN DEL PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO Y EDIFICACIÓN, 8., Buenos Aires, 2006. *La dimensión social del patrimonio*/ Antonio Donini et al. Buenos Aires: Centro Internacional para la Conservación del Patrimonio, 2006, p. 226 – 250.

ZANETTI, Valdir Z. **Planos e projetos ausentes**: desafios e perspectivas das áreas centrais de São Paulo. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005.

ZONA Leste da cidade. **O ESTADO DE SÃO PAULO**, São Paulo, 02 jun. 1979.

Arquivos

Seção Técnica de Crítica e Tombamento/ DPH/SMC/PMSP

Seção Levantamento e Pesquisa/ DPH/SMC/PMSP

Departamento de Uso do Solo/DEUSO/SMDU/PMSP

9a. Superintendencia Regional IPHAN – SP

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo.